



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
ÁREA: POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE**

**JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL:  
No contexto intra-urbano de Natal, RN.**

**ALGÉRIA VARELA DA SILVA**

**Natal /RN  
2008**

**ALGÉRIA VARELA DA SILVA**

**JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL:  
no contexto intra-urbano de Natal, RN**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Livramento  
Miranda Clementino.**

**Natal/RN  
2008**

**JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL:  
no contexto intra-urbano de Natal, RN**

**ALGÉRIA VARELA DA SILVA**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestre no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Membros da Banca Examinadora:**

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN)  
**Presidente da Banca**

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Irene Alves de Paiva (UFRN)  
**Examinadora**

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Maria Ângela Almeida Souza (MDU/UFPE)  
**Examinadora**

---

Professor Dr. Moisés Alberto Calle Aguire (UFRN)  
**Suplente**

**Natal, \_\_\_\_\_ de Agosto de 2008.**

Dedico aos que acreditam num mundo melhor, através da Educação!

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um gesto de compartilhar com as pessoas que amamos momentos de nossa vida. A realização deste trabalho foi fruto de um conjunto de encontros, que só agora percebo que foram fundamentais para que este fosse completo. Quero registrar nominalmente todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização de um sonho.

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado a graça de viver até este momento e realizar este trabalho. Muitos jamais terão esta oportunidade, por isso agradeço a Ele de todo meu coração.

Aos meus pais que me geraram e proporcionaram a minha educação, sem vocês não poderia ter chegado até aqui, obrigado por tudo e um dia irei retribuir tamanho amor. Enfim a toda minha família e em especial a minha sobrinha Maria Eduarda, te amo!

A professora Maria do Livramento, que teve toda paciência comigo, principalmente no término do trabalho, além de ser um exemplo de mulher, mãe e profissional, a senhora é um espelho para todos (as) que desejam seguir na vida acadêmica. Obrigada por mais uma orientação, serei grata por toda minha vida!

Aos amigos de longa data, Denes que se mostrou uma das pessoas mais solidárias e humanas que conheci, você é um grande amigo. Divaneide e Nádia obrigada por acreditarem em mim e incentivarem, a força de vocês foi fundamental. Sabrina mais uma vez, pronta pra ajudar na formatação do trabalho, nossas vidas sempre cruzando os mesmos caminhos. Maryanne que mesmo um tanto longe, sempre incentivou e acreditou que tudo ia dar certo. Zoraide obrigada pela colaboração e por minha inserção na vida acadêmica. Obrigada a vocês!

Aos novos e queridos amigos, Paulo grande amigo e ser humano que se mostrou impecável comigo, obrigada por tudo que você fez. Joudson obrigada pela enorme colaboração na parte estatística do trabalho e por ser um grande homem íntegro e justo, tenho dívidas com vocês e espero saná-las. Rosana você também está nesse rol, agradeço pela elaboração dos mapas e por disponibilizar seu tempo e por se mostrar uma pessoa tão sincera e disposta a ajudar.

Aos amigos do Núcleo Avançado de Políticas Públicas da UFRN, obrigada pelas conversas, pelos momentos de descontração. Rosiana obrigada pela grande ajuda na metodologia, Larissa obrigada pelas conversas e pela confecção dos

mapas. Rebeca obrigada pela elaboração da arte da capa. Thiago que mesmo, longe se fez presente em nossas conversas virtuais, obrigado!

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial ao coordenador, professor Edmilson Lopes Júnior.

Ao grupo de pesquisa do Núcleo Avançado de Políticas Públicas e a todos os mestres que compõem o NAPP. Quero agradecer especialmente aos professores Flávio Miranda e Moisés Arguire, pela orientação na parte estatística deste trabalho.

A Milton pela revisão do texto e pela humanidade e solidariedade. Obrigada!

Enfim agradeço a todos(as), que diretamente ou indiretamente contribuíram para o término deste trabalho.

*“Apesar da máquina substituir o homem, o ato de pensar, de criticar é inerente ao  
homem”  
Claus Offe*

## RESUMO

O uso do termo vulnerabilidade social no estudo da reprodução das desigualdades sociais no Brasil, ainda, é recente. A vulnerabilidade social está ligada aos indicadores de risco social. O trabalho aborda a vulnerabilidade social da juventude e sua relação com a educação, considerando a juventude um, entre outros grupos socialmente excluídos, vulneráveis, nas metrópoles brasileiras. Está orientado pelas formulações teórico metodológicas sobre esta temática desenvolvidas pela Rede Metrôpoles no âmbito do projeto, “Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática” (Projeto Milênio CNPq) e seus desdobramentos no Núcleo Natal. Empiricamente, testa uma proposta metodológica – ainda em construção - e realiza um “estudo piloto” para a cidade de Natal com base nos dados do Censo do IBGE-2000, que propõe mensurar a importância das características sociais do bairro sobre o desempenho educacional dos jovens, considerados aqueles que se encontram na faixa de 15 a 24 anos. Considera que os “ganhos educativos” dos jovens como sendo influenciado não somente pelo contexto social da família, mais também, pela sua localização espacial na cidade – contexto social do bairro. Com base nos resultados podemos constatar que os jovens da cidade de Natal apresentam situações de vulnerabilidade social tanto no âmbito da família quanto expressas no espaço social do bairro. Tais vulnerabilidades são constatadas nos baixos índices educacionais, nas elevadas taxas de desemprego e nas condições sociais apresentadas das áreas pesquisadas. Os jovens, moradores desses bairros, são considerados vulneráveis socialmente, pois, originários de uma precária fonte de “ativos” e oportunidades. Há em Natal uma baixa “estrutura de ativos e oportunidades” - acessíveis à juventude.

**Palavras-Chave: Juventude, Vulnerabilidade Social, Educação.**

## ABSTRACT

The use of the term social vulnerability in the study of the reproduction of the social inequalities in Brazil, still, is recent. The social vulnerability is linked to the indicators of social risk. The work approaches the youth's social vulnerability and your relationship with the education, considering the youth a, among other groups socially excluded, vulnerable, in the Brazilian metropolises. It is guided by the methodological theoretical formulations on this thematic one developed by the Rede Metr p les in the ambit of the project, " Observatory of the Metropolises: territory, social cohesion and democratic governability" ( Project Millennium CNPq) and your unfoldings in the Natal group. Empirically, forehead a methodological proposal - still in construction - and it accomplishes a " pilot " study for the city of Natal with base in the data of the Census of IBGE 2000, that proposes mensurar the importance of the social characteristics of the neighborhood on the considered youths' educational acting those that are in the strip from 15 to 24 years. It considers that the youths' educational " earnings as being influenced not only for the social context of the family, also, for your space location in the city - social context of the neighborhood. With base in the results can verify that the youths of the city of Natal present situations of social vulnerability so much in the ambit of the family as expresses in the social space of the neighborhood. Such vulnerability are verified in the low educational indexes, in the high unemployment rates and in the presented social conditions of the researched areas. The youths, residents of those neighborhoods, they are considered vulnerable socially because original of a precarious source of " assets " and opportunities. There is in Natal a low " structure of assets and opportunities " - accessible to the youth.

**Key-Words: Youth, Social Vulnerability, Education.**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### GRÁFICOS

01: (BRASIL) Evolução das Taxas de Analfabetismo absoluto de 15 anos ou mais ..	41
---	----

### FIGURAS

01: Vulnerabilidade Social e Seus Componentes.....	70
02: : Esquematização da Estrutura de Oportunidades.....	115
MAPA 01 : Mapa base IBGE, Zonas Administrativas de Natal.....	82
MAPA 02 : Mapa base IBGE, Especializações das ADE'S.....	98
MAPA 03 : Mapa base IBGE, Percentual de pessoas c/ 5 a 9 anos de estudo.....	135
MAPA 04 : Mapa base IBGE, Percentual de pessoas c/ 1 a 4 anos de estudo.....	136
MAPA 05 : Mapa base IBGE, Percentual de pessoas c/ 5 a 9 anos de estudo.....	137
MAPA 06 : Mapa base IBGE, Percentual de pessoas c/ 15 anos ou mais de estudo..	138
MAPA 07 : Mapa base IBGE, Percentual de desafiados Institucionais.....	139
MAPA 08 : Mapa base IBGE, Percentual de emprego com trabalho protegido.....	143
MAPA 09 : Mapa base IBGE, Média de anos de estudo .....	152
MAPA 10 : Mapa base IBGE, Taxa de desemprego da população .....	156
MAPA 11 : Mapa base IBGE, Percentual de empregados c/ trab. protegido.....	159

## LISTA DE TABELAS

01: (NORDESTE: 2000) Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas.....	48
02: (NATAL: 2000) Indicadores Sócio-Demográficos Natal .....	78
03: (NATAL: 2000) Rendimento Mensal por Zonas Administrativas .....	79
04: (RM/NATAL: 2000) População na faixa etária de 15 a 24 anos por ADE'S.....	83
05 : (NATAL:2000) Divisão por Sexo, na faixa etária de 15 a 24 anos.....	84
06: (NATAL:2000) Cor ou Raça da população de 15 a 24 anos por ADE'S.....	84
07: (NATAL:2000) Estado Civil, 15-24 anos .....	85
08: (NATAL:2000) Ocupações, na população de 15 a 24 anos .....	86
09: (NATAL: 2000) Percentual da população (15 a 24 anos) analf. e analf. funcional	88
10: (NATAL: 2000) Percentual de Jovens de 15 a 24 anos fora da escola .....	89
11: (NATAL: 2000) Características educacionais da população .....	91
12: (NATAL:2000) Nível Educacional da população de 18 a 24 anos.....	93
13: (NATAL:2000) Percentual de Jovens de 15 a 17 anos fora da escola .....	95
14: (NATAL: 2000) Taxa de Analfabetismo por faixa etária .....	96
15:(NATAL:2000) Características da população segundo o nível de ensino e a AED's	99
16: (NATAL: 2000) Percentual de Jovens de 15 a 24 anos fora da escola .....	101
17: (NATAL:2000) Percentual de Jovens de 15 a 17 anos fora da escola .....	103
18: (NATAL:2000) Taxa de Analfabetismo por faixa etária /AED'S.....	104
19:(NATAL: 2000) Nível Educacional da população de 18 a 24 anos por AED'S .....	106

20: (NATAL: 2000) Atraso escolar da população entre 10 a 14 anos .....	128
21: (NATAL: 2000) Índice do Capital Físico das Famílias por AED'S .....	130
22: (NATAL: 2000) Anos de estudo concluídos da população com 20 anos .....	131
23: (NATAL: 2000) Anos de estudo concluídos da população com 20 anos .....	133
24: (NAAL: 2000) Percentual de Desafiliados Institucionalmente .....	140
25: (NATAL: 2000) Percentual de Desafiliados Institucionalmente .....	142
26: (NATAL: 2000) Percentual de Incapacidades / Deficiências .....	144
27: (NATAL: 2000)Percentual de Incapacidades / Deficiências .....	146
28: (NATAL: 2000) Média de anos de estudo da população entre 20 e 59 anos .....	150
29: (NATAL: 2000) Média de anos de estudo da população entre 20 a 59 anos .....	151
30: (NATAL: 2000) Taxa de desemprego da população entre 20 e 59 anos .....	154
31: (NATAL: 2000)Taxa de desemprego da população entre 20 e 59 anos .....	155
32: (NATAL: 2000) Percentual de empregados com trabalho protegido .....	157
33: (NATAL: 2000) Percentual de empregados com trabalho protegido .....	158

## LISTA DE SIGLAS

AED'S - Áreas de Expansão Demográfica  
AVEO - Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica  
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe  
CLT - Consolidação das leis do trabalho  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH - M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social  
LDB- Leis de Diretrizes Básicas da Educação  
MEC – Ministério de Educação e Cultura  
NAPP- Núcleo Avançado de Políticas Públicas  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
OIJ Organização Iberoamericana de Juventude  
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
RM – Região Metropolitana  
RN- Rio Grande do Norte  
SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente Urbanismo  
SPSS - Software Statistics Program Sciences Social  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL.....	19
1.1 - Juventude ou Juventudes, Qual a Definição do Termo?.....	19
1.2-Qual a relação entre Educação e Vulnerabilidade Social na Juventude?.....	31
CAPÍTULO 2 - VULNERABILIDADE SOCIAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO .....	50
2.1- A Pobreza no Contexto Social Urbano.....	51
2.2 - Abordagens acerca do conceito de Capital Social .....	58
2.3 - Vulnerabilidade Social: tentativas de construção de um conceito.....	66
CAPÍTULO 3 – A JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE NATAL.....	77
3.1 – Situando Natal: Segundo alguns Indicadores Sociais.....	77
3.2- Caracterização dos jovens: aspectos sócio-demográficos.....	83
3.3- Caracterização dos jovens: Condições Educacionais.....	88
CAPÍTULO 4 – JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL EM NATAL .....	109
4.1 – Abordagem pelo enfoque “Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades” (AVEO).....	109
4.2 – Explicando a Metodologia: Indicadores e procedimentos técnicos empregados .....	119
4.3 – Análise dos Resultados .....	127
4.3.1 – Comportamento da variável dependente: ganhos educativos em nível individual .....	127
4.3.2 Comportamento da variável interveniente: as características das famílias .....	130
4.3.3 Comportamento da variável Independente: Características do Bairro.	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
BIBLIOGRAFIA.....	163
ANEXOS.....	171

## INTRODUÇÃO

A partir da temática desigualdade social, que inclui fenômenos sociais diversos em sua reprodução, tais como: exclusão social, pobreza, vulnerabilidade social, risco social, entre outros, pretendemos explorar neste trabalho o conceito recente de vulnerabilidade social, pois, entendemos que a vulnerabilidade social tem sido no Brasil uma forma de reprodução das desigualdades, principalmente, para que grupos dependentes socialmente de outros, vivenciem situações de risco social. Neste grupo “vulnerável”, estão: crianças, jovens e idosos.

Neste trabalho centramos a pesquisa no grupo da juventude, por ser um grupo de interesse social, no que diz respeito a políticas públicas voltadas para este grupo e aos conflitos urbanos (tráfico de drogas, violência urbana, prostituição) que tais vivenciam, o jovem é uma parte importante na construção do tecido social, pois, efetivamente este construirá às sociedades futuras.

Partimos de estudo realizado anteriormente, que constitui num trabalho monográfico<sup>1</sup>, que identificou as condições sociais e de vulnerabilidade social da juventude na Região Metropolitana de Natal, onde verificamos um elevado contingente de jovens em situação de vulnerabilidade, ocasionada principalmente por um baixo nível educacional da população jovem (15 a 24 anos).

Propomos, agora, estudar a juventude no contexto da família e do bairro à fim de perceber a importância da educação para a existência ou não de situações de vulnerabilidade social. A hipótese geral, é que o nível educacional, como indicador da vulnerabilidade social dos jovens pode estar afetado não somente pelas oportunidades geradas no contexto da família, mais também pelas características sociais do bairro de residência desses jovens. A situação de vulnerabilidade social para nós seria potencialmente aumentada em função de baixos níveis educacionais.

O locus da pesquisa foi o município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte (RN), levando-se em consideração o elevado percentual de jovens supostamente em situação de vulnerabilidade social já detectados no estudo anterior acima mencionado.

---

<sup>1</sup> SILVA, Algeria Varela da. Vulnerabilidade social e as condições Educacionais da Juventude na Região Metropolitana de Natal. (Monografia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2005.

A população total de Natal é de 774.230 mil pessoas segundo a contagem populacional de 2007 do IBGE. A capital concentra, ainda, o maior contingente de população urbana do RN, além de ter uma taxa de urbanização de 100%, desde o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1980.

Enquanto referencial teórico fizemos uma revisão bibliográfica acerca dos seguintes temas: educação, juventude e vulnerabilidade social e outros dois temas que consideramos como essenciais para a discussão da vulnerabilidade que foram: pobreza urbana e capital social.

Este trabalho, utilizou a base de dados do Censo Demográfico de 2000-IBGE. Trata-se na verdade de um “estudo piloto” uma vez que testou um Roteiro de pesquisa formulado no âmbito do Observatório das Metrôpoles<sup>2</sup> e aplicado através dessa dissertação que é integrante do programa de pesquisa do Núcleo Natal dessa Rede. A metodologia – ainda em construção- foi proposta pelos pesquisadores Rúben Kaztman<sup>3</sup> e Luíz César de Queiroz Ribeiro<sup>4</sup>. Nosso objetivo empírico foi aplicar o roteiro estatístico, no município de Natal, tendo como recorte os bairros e/ou agrupamentos de bairros, segundo as áreas de expansão demográfica (AED's), do Censo IBGE 2000. A forma de estruturar a análise dos dados consistiu no agrupamento, pelas zonas administrativas da cidade: Norte, Sul, Leste e Oeste. Do mesmo modo, a análise intra urbana seguiu o recorte por AED's.

Para tanto utilizamos softwares estatísticos para a elaboração das médias, índices e agrupamentos de dados. O tratamento dos resultados estão expressos em tabelas construídas com auxílio do Excell-Windows. E ainda espacializamos alguns resultados selecionados com mapas temáticos<sup>5</sup> elaborados com o auxílio do software Terraview 3.1 e tratados para fins estéticos no Corel Draw 11.

---

<sup>2</sup> Este roteiro está vincuado a linha II (Dimensão Territorial da Inclusão/Exclusão) do projeto “Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática” ( Institutos do Milênio/CNPq/IPPUR-UFRJ) e cujo piloto foi desenvolvido no âmbito do Núcleo Natal dessa Rede. O tema de tal roteiro é intitulado: Segregação Residencial e Educação nas Metrôpoles.

<sup>3</sup> Sociólogo, professor da Universidade Católica do Uruguai, pesquisador da CEPAL e consultor do “Observatório das Metrôpoles”.

<sup>4</sup> Professor do IPPUR/UFRJ. Coordenador do Projeto “Observatório das Metrôpoles : território, coesão social e governança democrática “- Milênio/CNPq- e da Rede Metropoles á nível Nacional.

<sup>5</sup> Tais representações cartográficas são construídas com bases em informações obtidas de estatísticas oficiais (censos) e pretendem estimar e localizar da forma a mais desagregada possível as carências sociais dos domicílios e a sua relação com certas características sócio-demográficas da população moradora de cada unidade geográfica. CLEMENTINO, M.L.M.(Coord.).**Caderno Temático: Região Metropolitana de Natal.**Natal, UFRN/CNPq-Pronex/FAPERN.2005.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. Os dois capítulos iniciais foram referentes aos temas Juventude e Vulnerabilidade Social. No primeiro capítulo percorremos uma leitura que nos proporciona uma visão ampliada do conceito de juventude; melhor dizendo que não é possível entendê-la como sendo homogênea. Na nossa compreensão “juventudes” e não “juventude” somente. Com essa compreensão, construímos a relação entre Vulnerabilidade Social da juventude e Educação.

No segundo capítulo, tratamos da vulnerabilidade social como um conceito em construção; no entanto, destacando dois temas que, estão presentes na discussão sobre a vulnerabilidade social que são: a pobreza no contexto social urbano e a abordagem acerca do conceito de capital social como forma de romper com situações de desigualdades sociais.

O terceiro capítulo apresenta o campo da pesquisa, contextualizando a cidade de Natal e apresentando dados que refletem as condições educacionais e demográficas da população jovem dessa cidade, tendo como recorte as zonas administrativas do município e AED's. Nossa ênfase neste ítem foram os indicadores Educacionais. da população entre 15 a 24 anos.

O quarto capítulo contempla a pesquisa e seus resultados. Primeiro, abordamos a relação entre Juventude e Vulnerabilidade Social considerando a proposta do modelo AVEO (Ativos Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades), conforme Rúben Kaztman e Fernando Filgueira<sup>6</sup>. Em seguida, descrevemos a metodologia e quais indicadores e procedimentos técnicos realizamos. A metodologia do “estudo piloto” seguiu as orientações do Roteiro que foi adequado à realidade da base de dados do Censo do IBGE-2000. Os resultados foram apresentados segundo cada variável, que foram as seguintes: comportamento da variável dependente “ganhos educativos”; comportamento da variável interveniente “características das famílias”; e, comportamento da variável independente “características do bairro”.

Nas considerações ressaltamos que o conjunto de condições sociais desfavoráveis presentes no contexto do bairro e da família, são potencialmente negativas para os extratos de jovens da cidade. Tais condições são expressas pelos baixos níveis educacionais dos residentes no bairro e a precária inserção no mercado de trabalho formal. Nossa hipótese é que os adultos são modelos para os

---

<sup>6</sup> Sociólogo, Professor da Universidade Católica do Uruguai e docente em várias Universidades internacionais.

mais jovens e que possivelmente uma estrutura social negativa irá contribuir para que estes percorram caminhos sociais não usuais. E esses caminhos não usuais contribuem para o aumento das desigualdades sociais que esse grupo vivencia. Logo, é interessante que as Intituições básicas da sociedade possam efetivamente contribuir para a diminuição da Vulnerabilidade Social da camada de jovens.

## CAPITULO 1: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

### 1.1 Juventude ou Juventudes, Qual a definição do termo?

*“A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir”.*

*(Maria Rita Kehl)*

A juventude é a fase da vida que antecede a vida adulta do indivíduo, ou seja, a fase da transição, da passagem do mundo de proteção, que supostamente deve se ter, isto é, para alguns, para o mundo da sobrevivência e das obrigações inerentes à vida adulta. Para outros, as obrigações ou mesmo uma condição adultizada é presente mesmo, antes de estar na idade cronológica denominada juventude. No Brasil, segundo o IBGE, o corte é demográfico e é dado pela faixa etária de 15 a 24 anos. Neste trabalho, adotaremos o corte da referida instituição.

Estudo realizado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que constituiu um livro, que aborda a relação entre juventude e vulnerabilidade social, organizado por Miriam Abromoway, aponta que a juventude não é um grupo etário homogêneo; é, outrossim, uma etapa da vida com particularidades, problemas e desafios análogos; no entanto, a juventude em seu interior abriga outros subgrupos; isto torna, ainda mais complexo, tentar identificar uma única juventude; na realidade, esta é plural e diversificada, porém, com problemas comuns e suas relações irão se apresentar de forma diferenciada, principalmente a partir de um dado contexto social.

La juventud, em cuya población se suele incluir a los adolescentes tardíos y los adultos tempranos, pese a que no es un grupo etario homogêneo, constituye un grupo de personas que, por la trascendencia de la etapa de vida que atraviesa, comparte particularidades, problemas y desafíos análogos,..., no existe una demarcación tan precisa y el grupo en cuestion tiende a rebasar las cotas de 15 y 24 años (ABROMOWAY, 2001, p.3).

Como definir o que é juventude em nossa sociedade? Por um corte etário, pela linguagem do grupo, pela aparência física, pelo comportamento, por qual caminho podemos então definir o que é ser jovem? Por objetos de consumo juvenis? E, mesmo ao tomarmos algumas definições ou parâmetros para mensurarmos a juventude, certamente podemos cair num erro metodológico. E os jovens, como a mídia, a sociedade e todos apregoam, são fontes de potencialidades. Esta é uma condição inerente à idade, à vitalidade do jovem; no entanto, é importante observar o contexto social no qual a juventude está inserida.

A vulnerabilidade social tira essa potencialidade inerente aos jovens e os atira ao poço da incerteza. Segundo relatório da CEPAL (1999), há correntes de estudo que colocam o jovem enquanto sujeito portador de problemas, logo, mais vulnerável, tanto nos aspectos sociais quanto biológicos. Este é, em muitas vezes, ainda dependente de outrem para sua sobrevivência ou se é ele próprio, é provedor de sua sobrevivência; isto indica uma condição ainda de maior vulnerabilidade social, já que este pode estar inserido no mercado de trabalho em atividades precarizadas. Todavia, afirmamos que os jovens podem e devem protagonizar suas histórias enquanto indivíduos e enquanto grupo social. Apresentar a juventude, enquanto uma etapa portadora de problemas, é não aceitar que este grupo social possa e deva protagonizar sua história. É, aceitar a visão de que a juventude é simplesmente a época da inseqüência, sem nenhuma responsabilidade ou obrigação.

Para algunas corrientes de pensamiento, atribuir a la juventud una mayor vulnerabilidad y riesgo de rechazo social constituye un planteamiento desventajoso y portador de un estigma negativo que debilita su posición en esta etapa de transición biológica y social. Tanto el reconocimiento a la definición de identidad como la inserción autónoma en la estructura social existente se verían afectadas por un enfoque que analizara la situación de los jóvenes desde conceptos que remiten a su debilidad o inferioridad en distintos aspectos vitales. Así, en lo que constituye una etapa social de conformación y prueba de las aptitudes reproductivas en un amplio sentido, el sujeto principal- los jóvenes – aparecería sólo como portador de problemas y no como protagonista de su maduración individual y social (CEPAL, 1999, p.4).

Sem dúvida, como anteriormente afirmamos, é necessário observar em qual contexto social a juventude está inserida. Sendo assim, os jovens de famílias com

baixo nível educacional e, conseqüentemente, menor renda, são os grupos mais atingidos por esta condição, pois são colocados para o “mundo” ainda numa idade em que deveriam estar em bancos escolares, brincando, descobrindo o mundo de uma maneira mais humana, e não expostos a riscos físicos, sociais e simbólicos. Estes são os jovens-adultos, que assumem responsabilidades, em muitos casos, de chefes de família, diferentemente de jovens, oriundos de famílias com mais anos de estudo, moradores de áreas mais privilegiadas, que tardiamente são colocados para o mundo, pois são protegidos de todas as intempéries sociais, pela família, pela escola e pelas relações sociais, nas quais estão inseridos. Assim afirma:

Os jovens integrantes das camadas superiores e médias são mais tardiamente emancipados, enquanto que os das camadas mais baixas, ao contrário, precocemente são desviados das rotas de socialização. Em conseqüência, ocorre o abandono ou atraso dos estudos, maternidade precoce de adolescentes e abandono do trabalho (ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL: CONSTRUÇÃO DE TIPOLOGIAS, TIPOLOGIA SOCIAL E IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS VULNERÁVEIS, 2005, p. 34).

Em sua maioria, o jovem oriundo das camadas baixas só trabalha ou trabalha e estuda; tendo uma jornada dupla ou tripla, este jovem é emancipado para sustentar sua família e a si próprio, já que os baixos níveis de renda familiar obrigam que o maior número de membros da família apto ao trabalho, adentre no mercado de trabalho o mais precocemente possível e que a educação seja deixada em segundo plano ou até mesmo seja banida da vida do jovem, já que ganhar dinheiro é uma necessidade primordial para sobrevivência deste e de seus familiares, sendo a escola abandonada para suprir a demanda pela sobrevivência física. Outra necessidade para que os jovens adentrem precocemente no mercado de trabalho é através da idéia ou necessidade do consumo; esta é uma forma de aceitação social. O grande apelo para que os jovens sigam ao perfil da juventude apregoado pela

mídia ou juventude malhação<sup>7</sup>, evidencia códigos e condutas sociais que, se não seguidas corretamente, tornam aqueles não-seguidores excluídos socialmente.

Nas últimas décadas, os segmentos juvenis latino-americanos viveram de forma marcante um paradoxo no qual coexistem as dimensões de integração, pelo consumo simbólico, e de desintegração, à medida que não têm acesso aos produtos do progresso material e tampouco participam de sua produção (ALMEIDA, 2000; p.42).

O consumismo desenfreado é a mola propulsora para que as pessoas sejam aceitas em determinados grupos sociais. E, quando falamos de juventude, é uma máxima tal idéia; os jovens desejam ser visíveis perante os outros, são códigos e comportamentos que visam uma ascensão perante os demais membros do grupo.

A juventude é um tema instigante, pois, como anteriormente colocamos, é uma fase transitória. Não queremos afirmar que há uma única juventude integrada e homogênea, mas que há juventude e juventudes, e que, há fatores que diferenciam a juventude, que podem ser dados, por vários aspectos: condição social, escolaridade, moradia, entre o urbano e o rural, forma de agrupamento familiar, entre outros fatores. É evidente que a globalização e os avanços tecnológicos que estão presentes no contexto histórico e social, tornam certas características comuns.

Não queremos definir juventude meramente por uma abordagem demográfica ou etária, ou seja, pela idade de 15 a 24 anos, alguns organismos unilaterais adotam este recorte etário para definir políticas para a juventude, tais como: Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também adota este parâmetro.

É como se bastasse estar inserido nesta idade para que as pessoas se sintam jovens e assumam comportamentos, gestos e linguagens juvenis, ou seja,

---

<sup>7</sup> Referência ao seriado exibido pela Rede Globo de Televisão, que reproduz, num primeiro momento uma academia de ginástica, freqüentada por jovens de classe média e alta e, atualmente, o enredo é desenvolvido numa escola, com padrões elitizados. O que destoa do padrão de vida da maioria dos jovens brasileiros.

assumam um “estilo juvenil”. Com a tecnologia e a inovação no campo da medicina, ser jovem fisicamente pode ser alcançado por pessoas que estão fora da faixa etária mencionada, logo, como afirma Reis (2000), que considera que a juventude é cultural e histórica. E, que possivelmente a categoria juventude não irá dar conta do surgimento de novas categorias, em decorrência de um aumento na expectativa de vida oriunda de avanços na medicina principalmente.

Em relação à idade, possivelmente muitas transformações ainda virão em decorrência do desenvolvimento tecnológico. Com o aumento da expectativa de vida, talvez novas categorias tenham de ser criadas para abarcar a crescente extensão temporal da sobrevivência dos seres humanos,[...], Mais do que uma referência natural e biológica, a juventude é uma categoria cultural e histórica (REIS, 2000; p. 86-87).

A juventude foi uma criação da idade moderna. Historicamente, vemos exemplos que comprovam que a juventude era uma categoria inexistente, já que as crianças assumiam responsabilidades adultas, vejamos as fábricas de tecelagem inglesas, que tinha uma mão-de-obra feminina e infantil, a própria experiência do casamento e da maternidade, que são indicadores de entrada na fase adulta, em tempos remotos era exercida por pessoas muito jovens; meninas exerciam os papéis de mães e mulheres precocemente. Crianças, na mais tênue idade, eram submetidas a elevadas cargas de trabalho na era da revolução industrial. Não estamos afirmando que o trabalho infantil tenha sido exterminado de nossa sociedade, mas, na última década, alguns programas sociais surgem no cenário das Políticas Sociais Brasileiras para combater esta prática. Como exemplo de um programa instituído pelo Estado, temos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que visa retirar crianças do trabalho infantil, fornecendo-lhes uma bolsa; para tanto, é necessário que a família matricule a criança e mantenha o cartão de vacinação em dias, e incentive a permanência desta na escola. Além de ações que aumentaram a qualidade de vida de crianças, através destes Programas, como campanhas de vacinação em massa, que hoje, contribuíram para uma erradicação da poliomielite no cenário brasileiro são exemplos de ações que contribuíram para um aumento do período denominado infância.

Segundo Helena Abramo (2005), a juventude surge, como um tempo de preparação, um estágio para as relações sociais advindas da sociedade industrial. Logo, essa preparação para vida industrial era dada em escolas de ofícios ou mesmo no contato com os mais experientes.

A juventude nem sempre apareceu como etapa singularmente demarcada,[...], a juventude “nasce” na sociedade moderna ocidental, como um tempo a mais de preparação para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe (ABRAMO, 2005; p.41).

Outra questão fundamental é que a juventude é considerada, em alguns casos, como mera passagem da infância para a vida adulta; logo, a juventude seria a transição entre a dependência de um adulto para independência e a vivência como um adulto, com direitos e deveres. Também é interessante pensarmos que a juventude não é um ente social apartado da sociedade; não concebemos a idéia pela qual a juventude é autônoma da sociedade. No entanto, outra questão preponderante é enfatizar que não há uma única juventude, mas, juventudes ou grupos juvenis. Para isto, é necessário suscitar indicadores que comprovam quão heterogêneo e diversificado é falar em juventude.

Podemos pensar que a juventude ainda agrega mais um problema que está relacionado com a cidadania, se esta passagem marca a delimitação entre sujeitos dependentes e sem direitos para sujeitos independentes e detentores de direitos sociais. Não esqueçamos, no entanto, que no Brasil o jovem exerce seu direito ao voto aos 16 anos, apesar de ainda não poder ser eleito para nenhum cargo eletivo: majoritário ou proporcional. É, no mínimo contraditório, pensar que estes jovens em alguns momentos são considerados cidadãos e em outros momentos não podem exercer tal cidadania.

Abramo (2005 apud SOUSA, 1999; p.17) fala de alguns aspectos que demarcam o território da juventude “transitoriedades, ambigüidade, momento de suspensão da vida social, individuação, vivência de uma crise potencial, estado de revolta um *‘mal estar da juventude’*”.

Foracchi (1972) citando Sousa (1999) fala das angústias da juventude, este afirma que esta fase é demarcada por dificuldades. Havendo um grande desperdício de potencial humano, o autor coloca que:

Crescer e tornar-se adulto são tarefas terrivelmente difíceis em nossa sociedade [...] Há, assim um enorme desperdício de potencial humano, incapaz de ser criadoramente absorvido pelo sistema social e a juventude é parcela considerável desse potencial (FORACCHI, 1972 apud SOUSA, 1999; p.22).

Mas, crescer e tornar-se adulto depende do contexto no qual essa transição irá ocorrer, além das oportunidades que os jovens poderão ter acesso. Segundo Abramo (2005; p. 39), “os problemas da vulnerabilidade não terminam aos 18 anos, outrossim, podem agravar-se a partir daí”, indicando que problemas de risco social, como a vulnerabilidade pode aumentar a partir daí, um exemplo pode ser observado quanto aos programas sociais que servem como espaço de proteção social que contemplam jovens é encerrada, quando estes completam 18 anos. Outro fator importante, que impede que estes jovens não possam ser absorvidos pela sociedade, é quando observamos o quadro da violência urbana em nosso país, que dizima diariamente várias vidas, que não alcançarão a idade adulta.

Falar em juventude é teoricamente um exercício difícil e conflituoso, pois, classificar este grupo social é agregar diferentes grupos para que se possa aglutinar em uma única classificação. “[... ] a juventude agrega em seu entorno uma série de circunstâncias e significados socialmente definidos” (GOUVEIA, 2000; p. 62).

Neste entorno da juventude, há outros grupos e instituições que contribuem para sua formação, para sua identidade enquanto grupo social. O mercado (trabalho), família e escola, são efetivamente os espaços, nos quais os jovens podem absorver modelos para sua formação; isto, num cenário social que possa contribuir para que estas Instituições sirvam como este modelo pretendido. Essas instituições são básicas e interligadas e, segundo a ordem vigente, formadoras de cidadãos bons e detentores da ordem social. Coexiste, porém, um espaço da desordem, do perigo, da informalidade, o caos; este espaço é a rua, onde inúmeros jovens buscam suprir as necessidades que a família, escola e mercado não lhes concederam, como afirma Rosilene Alvim: “[...] o trabalho e a família, a escola representa o espaço da ordem, da segurança, da esperança de uma boa formação e ascensão social, oposto a um lugar “perigoso e desordenado”, como é compreendido o mundo da rua” (ALVIM, 1992; p. 128).

Não há, porém, como falar em juventude, sem antes afirmar que é necessário observar a desigualdade de oportunidades, que diferentes grupos juvenis enfrentam que depende da posição social que ocupam. Segundo Singer (2005), por muito

tempo, no Brasil, a juventude era percebida somente pela imagem de jovens escolarizados de classe média. Outra percepção imperante na sociedade brasileira ficou restrita a crianças e adolescentes em situação de risco social. Sem dúvida, políticas voltadas exclusivamente para a juventude são frutos da democracia, ou melhor, dos governos eleitos pelo voto direto, leia-se com Fernando Henrique Cardoso, e com maior expressão no Governo Lula, com a criação de programas, sendo o mais recente, o Pró-Jovem. Onde a juventude sem “voz” foi percebida enquanto ente de deveres e direitos. *“A percepção da juventude para além da adolescência em risco numa direção, e para além dos setores de classe média, em outra direção, é mais recente emergindo com mais força de uns dez anos para cá”* (SINGER, 2005; p.39).

Os jovens oriundos dos setores médios contam com uma rede de proteção vistosa, que são: família e escola, que cumprem efetivamente seus papéis de mantedoras da ordem e a formação destes para ingressarem no mercado de trabalho, é a consequência de uma boa formação, e estes adentram no mercado em posições de destaque. Reis (2000), afirma que a categoria juventude pode ser transformada em um produto de mercado, que é lucrativa e consumista, mas, no entanto, além disto, há uma juventude que protagoniza sua história e vai de encontro aos padrões de consumo vigentes.

Esta história ou histórias no plural é muitas vezes expressa na imposição do mundo adulto ou na inserção na delinqüência e na morte prematura (SINGER, 2005). Para outra parcela, a condição juvenil é o momento das descobertas, da liberdade, o momento de ousar e quebrar regras, a idéia de que o jovem pode tudo.

Segundo a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada em outubro de 1999 pela Fundação Perseu Abramo, com 3.501 jovens em todo território brasileiro, quando os entrevistados foram questionados acerca de “Quais são as melhores coisas de ser jovem? 45% dos entrevistados responderam que seria não ter responsabilidades/preocupações e 40% respondeu que aproveitar a vida/viver com alegria. Isso demonstra que, no imaginário destes, ser jovem é ser livre, é não assumir responsabilidades. Abramo (2005) afirma que, a juventude seria o tempo do ócio:

Juventude [...], compreendida como esse adiamento dos deveres e direitos da produção, reprodução e participação, um tempo socialmente legitimado para a dedicação exclusiva à formação para

o exercício futuro dessas dimensões da cidadania (ABRAMO, 2005; p.41).

A condição de juventude, no entanto, como enfatizada anteriormente, não é amplamente vivenciada. Há uma clara e evidente divisão entre jovens que não podem postergar sua inserção na vida da reprodução de bens e serviços e outros que podem ter uma plena formação para a cidadania e para o mercado. Essas diferenciações são expressas no mundo do trabalho, na educação e na cultura. Há uma grande parcela de jovens que não receberam nenhuma formação condizente; para estes, o espaço das ruas e o contexto eminente de risco são suas fontes de formação.

Reis (2000) coloca que os jovens dos setores médios e altos têm vantagens em relação aos jovens de classes populares, pois, há uma maior vivência da juventude, seja através da postergação da vida do trabalho, seja pela aquisição de símbolos da juventude ou mesmo expressa através de comportamentos ou pela sua aparência exterior.

[...] os jovens dos setores médios e altos têm inúmeras vantagens em relação aos demais, por exemplo, oportunidades de acesso à educação e de postergação das responsabilidades da vida adulta. São capazes de emitir por mais tempo os signos sociais da juventude que tendem a se estetizar, constituindo um conjunto de características vinculadas ao corpo, à vestimenta e ao estilo de vida em geral que transforma a categoria juventude em um produto, um valor simbólico (REIS, 2000; p. 90).

Logo, estaríamos diante da dicotomia: jovens das classes médias e altas, e jovens de classes populares, pois, ao consideramos o indicador ocupação, podemos constatar que estes últimos iniciam a passagem da infância para a juventude, pois necessitam estar ocupados, seja no mercado formal ou informal, em ocupações lícitas ou ilícitas, sem necessariamente vivenciarem a juventude. Estes assumem papéis adultos e adentram no mercado de trabalho em ocupações desfavoráveis frente aos jovens de camadas superiores. *“Na América Latina, e não na Europa onde seria mais ampla, a “juventude” está praticamente restrita às camadas média e alta, que têm acesso à educação superior e à moratória na plenitude do termo”* (MARGULIS & URRESTI, 1996; p. 14).

A plenitude do termo, como coloca os autores, pode ser dada por um maior número de anos de estudo que, para as camadas populares, deve ser responsabilidade do Estado, com escolas de qualidade e ensino superior gratuito. Mas, o que se observa é que o ensino superior vem se revelando um privilégio da elite, detentora de um ensino médio de qualidade, e, conseqüentemente, irá ocupar as vagas nas Instituições Públicas de Ensino Superior. A escola, no entanto, já não cumpre seu papel de socialização ou formação de “bons” cidadãos. A atração pela instituição escola, a cada dia está sendo diminuída por outros atrativos que podem levar jovens a obterem e realizarem seus anseios capitalistas ou não, por outras vias, que não sejam ligadas à educação formal e de forma mais rápida.

Parte importante dos indicadores tradicionalmente utilizados para definir a fase juvenil na sociedade atual encontra-se fragilizada diante da maior complexidade da transição da adolescência, que é dada pelo contexto social atual, no qual a mídia influenciou para que adolescentes sejam “adultizados”, por padrões juvenis midiáticos. *“As classes populares estariam então mais suscetíveis a uma passagem abrupta da infância para a idade adulta em razão, principalmente da necessidade de participar no mundo do trabalho”* (REIS, 2000; p.90).

Esta necessidade de participar do mundo do trabalho é a necessidade da sobrevivência física e simbólica, e a postergação da juventude para estes é invalidada pela necessidade de tornar-se um trabalhador, para suprir suas necessidades ou de membros de sua família. A necessidade de assumir responsabilidades os torna jovem-adulto.

Sposito (2005, p.131) afirma que é importante examinar a experiência juvenil no Brasil, na presença de agências mais tradicionais – escola e família- mas, situá-las em três óticas: a) Primeiramente, observar o processo de mutação das agências clássicas, família e escola. b) Segundo, a família e a escola perderam o monopólio na presença da formação de novas gerações e c) Terceiro, o sentido que os jovens atribuem a suas relações com essas agências para além da submissão aos modelos normativos e hegemônicos da reprodução cultural ou de uma situação meramente instrumental e distanciada de seu modo de funcionamento.

A família é primordial para a construção da juventude e da formação de sua identidade. As transformações ocorridas nas últimas décadas, no âmbito familiar, que vão desde a própria constituição do núcleo familiar e as novas categorias familiares, expressam uma profunda modificação nos padrões usuais da família.

Reis (2000) afirma que a exclusão é agudizada pela desestruturação familiar, que potencializa a carência dos membros.

A exclusão não se refere apenas à esfera pública no que diz respeito à falta ou dificuldade de acesso à saúde, educação, lazer e condições de vida razoáveis. Ela engloba também a esfera privada uma vez que a ausência de uma estrutura familiar estável produz profundas seqüelas, em particular quando aliada à escassez de recursos econômicos (REIS, 2000; p.94).

Os membros das famílias são gravemente afetados por uma desestruturação de tal Instituição. Um dos principais agravantes é a pouca renda de seus membros, pois dificulta o acesso a outras fontes de recursos. A família e o conjunto de seus membros, principalmente os mais jovens, são os principais afetados pela crise que tal instituição atravessa. Se esta é o modelo para uma efetiva construção social e ao não cumprir este papel, toda sociedade sofrerá as conseqüências de tal desestruturação.

Aqui colocamos outras questões: com a desestruturação das instituições básicas na sociedade moderna, qual o caminho que os jovens irão trilhar no futuro? Ser jovem é uma condição positiva ou negativa? A situação de rebeldia, de atuação parece que foi sendo diluída ao longo do tempo, e, hoje, a maioria dos jovens vivencia uma situação de desespero frente aos novos desafios ou de acomodação perante tais desafios. A rebeldia dos anos 60, que buscava uma paz entre os povos, o famoso maio de 1968, que marcou a história de luta de uma época, a dita juventude paz e amor, cede lugar a juventude anos 2000, que busca sobreviver ao caos urbanos e a crescente desigualdade e violência instalada na sociedade. Além de uma mostrar uma apatia frente as questões de ordem pública, os interesses da coletividade e a busca pela diminuição das desigualdades sociais, já não faz parte de uma agenda da juventude, que trazia a pauta das discussões os problemas da sociedade.

[...] A juventude parece, pois, condenada à submissão ou ao desespero. Submissão não apenas aos pais e avós, aos patrões e governantes, mas, também ao mundo deles. Neste mundo, ensina-se nas escolas e nas igrejas (com raras e honrosas exceções) que é natural que os jovens obedeçam aos mais velhos não só porque

estes têm poder, mas porque têm experiência, sabedoria, ao passo que aqueles são impetuosos, impacientes, inexperientes e, coitados, muito ignorantes. Os jovens tendem a acreditar que, devendo construir um novo mundo, eles serão capazes de fazê-lo melhor, mais justo e mais livre do que o mundo em que vieram à luz (SINGER, 2005, p.29).

Para Singer (2005), o jovem compactua da idéia de mudança e ousadia, e a construção de um mundo melhor no futuro, do que o mundo que vivenciam. E, esta mudança pode ser dada via cenários políticos e de participação, que são “guetos” de minorias. Neste sentido, há alguns trabalhos acerca da juventude que retratam as expressões culturais de alguns grupos, tais como o hip-hop, grafiteiros e pichadores, que são expressões tidas como rebeldes, mas que buscam dar visibilidade a estes grupos. No entanto, o discurso impetrado por tais grupos não repercute de forma mais ampla na sociedade. Singer, afirma que: “A juventude deseja ajudar o mundo a mudar e pensa em fazê-lo, menos, mediante a militância política, do que pela ação direta. Mas, a maior parte dela, antes de poder contribuir para a mudança, tem que ser ajudado” (SINGER, 2005, p.35).

Esses grupos de “resistência” são tipicamente gestados no interior de comunidades carentes, com dificuldades sociais básicas. E, além de serem “importunos” para a sociedade, pois, vão de encontro aos padrões normativos, são vistos com certa “desconfiança”. Suas expressões artísticas visam expor a situação de risco social que estes estão inseridos. E, tais expressões são vistas como uma forma “feia” de expressão cultural.

Categorizar, demarcar ou mesmo definir o que é juventude, depende de um conjunto de indicadores que devem ser observados, partindo do contexto que estes jovens estão inseridos, como afirmamos anteriormente. Para tanto, é necessário observar três instituições básicas: a família, o mercado e a sociedade. Pensar em juventude é pensar em diferentes grupos, em diferentes formas de sociabilidade.

Kaztman e Filgueira (2006) enumeram aspectos que distinguem os atuais jovens pobres da atualidade com outras gerações. O primeiro aspecto diz respeito à socialização através dos meios de comunicação de massa, e sua disseminação. Segundo, por estes jovens serem receptores das mensagens publicitárias, o que ocasiona a formação de subculturas juvenis, com códigos e padrões de consumo distintos. O terceiro aspecto é a maior exposição a subculturas juvenis e a influência destes grupos juvenis, e o quarto aspecto é que os jovens pobres urbanos,

atualmente apresentam dificuldades de construir trajetórias profissionais estáveis e de melhorar suas vidas, baseadas no trabalho.

Assim, pensar em juventude é afirmar que coexistem diferentes grupos juvenis, diferentes óticas, diferentes formas de expressão. É necessário, então, compreender a juventude de diferentes ângulos e aspectos. É preciso observar o conjunto de estruturas de oportunidades às quais estes são apresentados. É preciso observar a família e em quais aspectos esta contribui de forma positiva ou negativa na formação de seus membros jovens. A sociedade via suas instituições, tais como a escola, também deve ser colocada como fonte de formação desta identidade juvenil.

Pensar em juventude e em como esta está sendo formada é pensar no futuro, que a sociedade na quais estes são co-participantes terá. Devemos criar mecanismos que possam contribuir para a diminuição das desigualdades e o aumento e melhoria da formação de nossos jovens, não vendo estes como problemas sociais, mas sim, como os agentes que irão quebrar as fontes de tais problemas.

## **1.2 Qual a relação entre Educação e Vulnerabilidade Social na Juventude?**

*“[...] a finalidade da educação não é só humanização. A finalidade da educação diante dos oprimidos é a recuperação da humanidade roubada” (Miguel Arroyo)*

A epígrafe acima de Miguel Arroyo (2002), presente num artigo do livro *A Cidadania Negada*, nos faz refletir acerca do papel da Educação em nossa sociedade. Como humanizar através da educação, se esta, em muitas vezes, é negada para os menos favorecidos? Como pensar em Educação e tentar assumir esta como uma das principais fontes de quebra das desigualdades sociais, se ela pode assumir um caráter de exclusão, quando somente os mais abastados podem usufruir de tal mecanismo com qualidade? Ela, além disto, assume os indicadores de desigualdades sociais. Desse modo, iremos esboçar alguns argumentos que comprovam a relação entre Educação e Vulnerabilidade Social vivenciada na

juventude, e como a ausência desta contribui para o agravamento da vulnerabilidade, principalmente nas camadas oriundas de um contexto sócio-econômico marcado por dificuldades.

A vulnerabilidade social, a partir dos anos 90, não trilha somente os estratos mais baixos ou abaixo da linha de pobreza; ela é advinda do desemprego e de um capital educacional de poucos anos de estudo. Mas, ao nos reportamos à história brasileira, verificamos fatalmente que, desde os primórdios, a Educação foi voltada para uma classe, a dos abastados. A parcela sem recursos sempre foi relegada à condição de detentora de baixa qualificação educacional. Segundo Rosanvallon (1995 apud Kowarick, 2003, p.71), os excluídos constituem, de fato, quase que por sua própria essência, uma não-classe.

A falta de sociabilidade das classes excluídas com a classe não-excluída, seja em espaços de lazer ou no próprio ambiente escolar, gera uma condição de vulnerabilidade social, em virtude de uma segregação educacional. As escolas brasileiras são condizentes com os padrões de renda de seus freqüentadores, com algumas exceções, tais como as Escolas Técnicas Federais, que primam por um padrão de qualidade e de acesso mais amplo para as camadas inferiores. Castel (1995), no livro “O que é ser protegido”, traça um perfil da camada desfavorável:

[...] silhuetas incertas às margens do trabalho e nas bordas das formas de troca socialmente consagradas desempregadas de longa duração, habitantes das periferias, deserdados, beneficiários da renda mínima de inserção, vítima das reconversões industriais, jovens em busca de emprego e que perambulam de um estágio a outro, pequenas tarefas em ocupação provisória quem são eles, de onde vêm como chegaram lá, o que irão se tornar[...] (CASTEL, 1995a; p. 13 - 15).

A desigualdade, a exclusão são características advindas do capitalismo e podem ser datadas a partir do séc. XIX, pela Revolução Industrial que amontoava as cidades com um contingente de pessoas em busca de uma melhor condição de vida, através da obtenção de postos de trabalho. Não estamos afirmando que a sociedade antes de tal período vivia em condições igualitárias entre seus membros, mas que, a partir de tal período, as desigualdades ficaram mais explícitas.

O trabalho assalariado surge, então, como a contrapartida da venda da força de trabalho; seria uma forma paliativa de combate às condições sub-humanas dos trabalhadores. Problemas como saúde e educação são visíveis nitidamente, principalmente com as camadas mais vulneráveis. O discurso sobre a vadiagem, a malandragem constante em toda a nossa história<sup>8</sup>, já não se faz tão presente, já que a pobreza nas cidades está perceptível, não sendo fruto de uma pequena camada, mas de uma camada bastante expressiva. Isto não é uma condição natural, mas característica de uma sociedade fragmentada e com uma distribuição de renda desigual.

O Estado não consegue atender aos marginalizados e passa a “responsabilidade social” ao setor privado e, em ações coletivas, que atendam a parcela menos favorecida, realizando ações pontuais e não Políticas Públicas que contemplem o cidadão e suas reais necessidades. Uma das necessidades básicas nas quais acreditamos ser possível à quebra da desigualdade social, é através da Educação. Baixos níveis educacionais criam relações pouco sólidas com outras instituições, principalmente com o mercado de trabalho.

Com pessoas com baixo nível educacional, principalmente os não-alfabetizados ou denominados analfabetos, há um preconceito mascarado, um preconceito que aflora em várias situações cotidianas destes indivíduos, seja ao pegar um ônibus, preencher um currículo de solicitação de emprego ou até mesmo pedir uma informação a outrem, já que o não-conhecimento para executar tais funções são consideradas como uma marca social negativa. Assumir uma não escolarização impede que estes possam efetivamente ascender socialmente pela via do trabalho. Não ser letrado<sup>9</sup> é não usar a escrita como forma de inserção social.

A vulnerabilidade social também pode ser vista enquanto processo de falta de cidadania. Como já afirmamos anteriormente, existe um preconceito quanto ao analfabeto, que é considerado como um não-cidadão. Vivemos numa democracia, mas os direitos civis que rezam a Constituição Brasileira de que, todos são iguais perante a lei têm se consubstanciado somente como retórica; na prática, a igualdade

---

<sup>8</sup> É interessante ressaltar que na nossa colonização brasileira, a metrópole Portugal enviava os excluídos (prostitutas, ladrões, mendigos). A nobreza queria fazer uma verdadeira limpeza das ruas, pois incomoda o fato de na cidade conviverem grupos considerados tão desprezíveis socialmente. O Brasil era o “celeiro” da sub-classe portuguesa.

<sup>9</sup> Segundo a professora Magda Soares (2003), no livro “Letramento Um tema em três Gêneros”, que define letrado, “como alguém que faz uso da escrita”.

tem sido ignorada. Lúcio Kowarick (2002), no artigo “Viver em risco sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano”, coloca que:

No que se refere à igualdade perante a lei e à própria integridade física das pessoas, bem como dos direitos sociais, como acesso à moradia digna, serviços médico-hospitalares, assistência social e níveis de remuneração adequados, para não falar do desemprego, nas múltiplas modalidades arcaicas e modernas de trabalho precário, autônomo e assalariado ou na enorme fatia das aposentadorias que produz uma velhice muitas vezes marcada por acentuados graus de pobreza (KOWARICK, 2002, p.10).

Isto demonstra uma cidadania mascarada, na qual legitimamente as pessoas estão inseridas, são beneficiadas, porém com serviços precários e com condições adversas, com salários que não podem integralmente suprir suas necessidades mínimas e um sistema previdenciário que não atende as necessidades básicas da terceira idade. Kowarick, em relação à vulnerabilidade social, no sentido de direitos sociais, afirma que:

[...] há muita vulnerabilidade em relação a direitos básicos, na medida em que não só os sistemas públicos de proteção social foram sempre restritos e precários, como também em anos recentes, houve desmonte de serviços e novas regulamentações que se traduziram em perda de direitos adquiridos (KOWARICK, 2002; p.10).

O mesmo autor, em relação à vulnerabilidade social entre os grupos, que são mais afetados por tal condição, em virtude de uma maior exposição a situações de risco, que são expressas pela violência, por baixos níveis educacionais, por condições de saúde e habitabilidade delicadas, afirma:

Quanto à vulnerabilidade civil, não obstante alguns intentos de tornar alguns grupos – crianças e adolescentes, mulheres, idosos - mais protegidos nos seus direitos, basta ver as notícias e estatísticas estampadas na imprensa acerca de atos criminais perpetrados por bandidos e pela polícia muitas vezes impunes, que revelam a fragilidade do Estado em um atributo básico o monopólio legítimo da violência (KOWARICK, 2002; p.10).

E, nas estatísticas vigentes, a violência está ligada ao jovem oriundo de baixa renda, com baixa instrução, filhos de pais também com baixa instrução e moradores de áreas urbanas periféricas com serviços precários e onde o poder público atua de forma assistencialista. E os Programas Sociais que atendem a juventude, como: Agente Jovem que tem como proposta fundamental fomentar o Protagonismo Juvenil, segue como uma ação pontual e localizada. Mas, como formar jovens protagonistas com baixa educação, que simplesmente ingressam nestes Programas para garantir uma pequena renda, que pode, em muitos casos ser a fonte de subsistência para ajudar no sustento de suas famílias? Entendemos, pois, que ser protagonista é intervir na sociedade de forma questionadora e atuante.

Ainda segundo KOWARICK (2002), mudanças como: crescimento econômico, migração para as cidades e as oportunidades socioeconômicas e políticas geradas por esse processo, deixavam grandes parcelas de fora do benefício do desenvolvimento e da modernização. Este autor faz um diagnóstico da subcidadania, e afirma que o mundo da desordem é, em potencial, jovem.

A condição de subcidadania urbana é importante para fundamentar uma forma de controle social pela história da vida privada das pessoas: o mundo da desordem, potencialmente delinqüente, é jovem, [...], de preferência não porta ou não tem carteira de trabalho e mora nos cortiços das áreas centrais ou nas favelas das periferias. Sobre essa modalidade de moradia, o imaginário social constrói um discurso que esquadrinha a mistura de sexos e idades, a desorganização familiar, a moralidade duvidosa os hábitos perniciosos, olhando esses locais como focos que fomentam os germes da degenerescência e da vadiagem, e daí o passo para a criminalidade. Ou seja: a condição de subcidadão como morador das cidades constitui fonte motriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade ( KOWARICK , 2002 apud ESCRITOS URBANOS, 2003; p. 54-55).

As condições sociais citadas anteriormente exprimem claramente o perfil do jovem em situação de vulnerabilidade. Novamente, colocamos mais uma condição: baixo nível de escolaridade, que pode ser expressa pela condição de analfabetismo, pois o mesmo exprime um obstáculo para que este jovem esteja fora do mercado de trabalho, e a um passo da criminalidade, não queremos, outrossim, afirmar que todos os analfabetos irão enveredar pelo caminho da criminalidade, mas, queremos sim, afirmar que tal situação pode ser fomentadora de tal situação. A sociedade

capitalista é inclusiva; no entanto, esta inclusão pode ser desigual. Apontamos a questão da exclusão, no sentido de que está imbricada ao conceito de cidadania, constituindo-se, em dois conceitos antagônicos, ou seja:

A sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir de outro modo. [...] antes logo que se dava à exclusão em curtíssimo prazo se dava à inclusão: os camponeses eram expulsos do campo e absorvidos pela indústria. [...] Em outras palavras, o período de passagem do momento de exclusão para o momento de inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um momento transitório (MARTINS, 1997 apud KOWARICK, 2002, p.21).

Esta lacuna entre a exclusão e inclusão cria uma situação de total ausência das instituições, que podem promover a inclusão. Grupos vulneráveis podem vivenciar essa ausência de mecanismos, que possam conduzi-los novamente à sociedade. No entanto, a busca pela inserção na sociedade pode ser dada, por vias não convencionais, quer seja pela criminalidade, pela obtenção ilícita de recursos, por meios não legais. Hoje, a exclusão está vigente no ter ou não direito. Ser apazível ou não a determinado grupo inclui uma série de normas que podem ser externadas em atos, no discurso, ou no imaginário. E pode ser dada pela cor, local de moradia, vestimenta, falta de educação, por um inúmero conjunto de regras que, quando não são seguidas, tornam os grupos “estranhos” para quem quebra as regras. A vulnerabilidade dos pobres se expressa no aumento da exclusão. Assim coloca Kowarick:

‘Exclusão’ aponta uma condição de depressão de direitos, chegando a atingir casos extremos de extermínio em massa, cujos exemplos podem ser encontrados entre os considerados heréticos pela Santa Inquisição, os judeus e ciganos na Alemanha nazista ou, mais recentemente, as vítimas das atrocidades em Kosovo. Trata-se, portanto, de destituição de direitos, que em última estância pode atingir, segundo Hannah Arendt a perda do ‘direito de ter direito’ (CASTEL, 1993 apud KOWARICK, 2002; p. 22).

Esta ausência de direitos por estes grupos de excluídos pode levar a uma situação de total ausência de direitos, parafraseando Hannah Arendt a “perda do direito de ter direitos”, o que implica que estes são descartáveis para a sociedade,

são objetos que podem ser aniquilados do convívio social dos cidadãos detentores de direitos. E, não conviver em sociedade com os grupos de excluídos, seria uma forma de “higienização” social.

A anulação daqueles que são percebidos como diferentes e inferiores constitui uma questão social que atravessa nossa história e continua a ser elemento constitutivo das relações sociais fortemente hierarquizadas e estigmatizadas imperantes na nossa sociedade (KOWARICK, 2002; p. 23-24).

O excluído é estigmatizado pela sociedade, como alguém que não está no padrão adequado, algo que não pode ser colocado no mesmo patamar de humanidade, pois destoa do resto da sociedade, uma espécie de não-cidadão, não-humano, alguém que pode ser colocado de fora e isto é internalizado pelos próprios excluídos, como afirma:

O que mais imprime força e sentido à própria idéia de exclusão tem a ver com o fato de que sobre eles (os outros, os diferentes, subalternos, ameaçadores, perigosos) se abate um estigma, cuja conseqüência mais dramática seria a sua expulsão da própria “órbita da humanidade”, isso na medida em que os excluídos (levam) muitas vezes uma vida considerada subumana em relação aos padrões normais de sociabilidade (OLIVEIRA, 1999 apud KOWARICK, 2002; p.24).

Os excluídos, então, convivem com uma baixa auto-estima, pois não são úteis à sociedade, sua força de trabalho não é considerada válida, seus hábitos e condições de vida são considerados subumanos, e talvez sua expulsão da “órbita da humanidade”, poderia ser uma solução para este problema, uma erradicação dos excluídos; para alguns, seria uma maneira eficaz de combate a esta situação incômoda.

Mas, situações de desigualdades sociais, como a exclusão e a vulnerabilidade, confirmam, o que anteriormente afirmamos que tais questões são mazelas sociais decorrentes de uma sociedade desigual e concentradora de renda nas mãos de uma minoria. Segundo Dieterlen (2001), vulnerabilidade é a falta de

atendimento às necessidades básicas, que são negadas pelos detentores de poder. O Estado seria o principal culpado pela situação de vulnerabilidade.

Y una forma de vulnerabilidad consiste en tener necesidades básicas, puesto que las personas que carecen de los medios necesarios de subsistencia dependen del ejercicio del poder de aquellos que pueden proporcionarles o negarles los medios de vida. Las necesidades básicas reflejan una falta de poder, y por lo tanto una situación de vulnerabilidad (DIETERLEN, 2001; p.19).

Este autor trabalha com a idéia de que as populações atingem um elevado grau de vulnerabilidade que não podem ter a capacidade de *“elegir o de rechazar aquello que se les ofrece”* (DIETERLEN, 2001, p.19). E que eliminar as situações de vulnerabilidade tanto competem aos gestores públicos quanto aos cidadãos. Cortés 2001 apud Ziccardi, 2001, propõe um conceito de vulnerabilidade social que diz:

Diferentes grupos y sectores de la sociedad están sometidos a carencias y procesos dinámicos de inhabilitación que los colocan en situaciones que atentan contra la capacidad de resolver los problemas que plante la subsistencia y el logro social de una calidad de vida satisfactoria. En lo fundamental, éstas dependen de la existencia y de la posibilidad de acceder a fuentes y derechos básicos de bienestar, trabajo remunerado y estable., conocimientos y habilidades, tiempo libre, seguridad y provisión de servicios sociales, patrimonio económico ciudadanía política, integración e identidad ética y cultural ( CORTÉS 2001 apud ZICCARDI, 2001; p. 108 ).

Quebrar com tal situação e exercer a cidadania através de direitos e deveres impostos pelo Estado e sociedade, é ser cidadão em gozo de todas as esferas: educação, saúde, trabalho, seguridade, cidadania política, integração e identidade ética e cultural. A ausência de um destes direitos traz uma ruptura com uma cidadania plena.

A educação passa pela cidadania social e é um direito assegurado por lei, mas não é uma regra, a educação é para todos, assim como a cidadania, mas nos deparamos com duas educações: a dos ricos e a dos pobres. Mas, quando não se atinge nem mesmo o alicerce para que um indivíduo seja letrado, seja alfabetizado,

quando nem ao menos se sabe utilizar a fala e escrita do espaço social no qual está inserido, um verdadeiro ser estranho em seu espaço, um estrangeiro.

Conviver neste território urbano passa a ser uma batalha vivenciada a cada momento, uma batalha pela sobrevivência, como em situações corriqueiras, como pegar um ônibus, descobrir o nome de uma rua, saber ler uma placa que pode sinalizar perigo, a leitura não é dada nem no campo gráfico nem no campo simbólico.

Como anteriormente mencionamos, ter escolaridade é um dos principais caminhos para que os estratos de baixa renda obtenham uma melhor posição social e consigam sair de uma situação de total carência para um patamar, no qual obtenham um melhor nível de vida. Quanto maior o nível de escolaridade, mais capital humano.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a educação básica para aqueles que não a obtiveram em idade adequada está legitimada por lei<sup>10</sup>, ainda de forma branda conforme explicitamos: *“dever-se-á fomentar e intensificar, na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo da educação primária”* (DECRETO LEI 226, 1995)<sup>11</sup>. Além da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que no Capítulo III, na seção I em seu primeiro artigo, coloca que: *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988; p.55-56). Sendo um direito garantido constitucionalmente, mas que, no entanto ainda não é plenamente exercido.

A educação no Brasil, desde sua formação, foi colocada nas mãos das elites que podiam pagar para que seus filhos tivessem tutores, ou os reportavam para a Europa, berço do conhecimento e cultura, conforme o pensamento dominante da

---

<sup>10</sup> O art. 13, I, “d”, do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de 16/12/66, aprovado, no Brasil, pelo Decreto Legislativo 226 de 12/12/95 e promulgado pelo DEC. 591 de 07/07/96)

<sup>11</sup> PINO (2002), aponta a fragilidade das reformas educacionais implementadas pelo Governo, leia-se LDB (Leis de Diretrizes Básicas da Educação), aprovada no final de 1995, “o governo se utiliza de instrumentos legais extremamente antidemocráticos e, ao mesmo tempo, frágeis. Isto é, foram utilizados: uma Medida Provisória, um Decreto Presidencial e uma Portaria Ministerial. Portanto, esta profunda reforma se assenta em mecanismos autoritários, passíveis de serem substituídos apenas com a caneta do presidente da República, pois, os mecanismos legais que fundamentam a reforma não passam pela aprovação do Congresso Nacional.

época, para que seus filhos voltassem “doutores”. Esta educação sofria um grave preconceito: somente os homens podiam ter acesso, pois as mulheres deveriam se ocupar em tarefas do lar e criarem com esmero e educação seus filhos e filhas. No artigo 179 da Constituição Imperial de 1824, reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita, mas se entende por cidadão somente a elite abastada, ou seja, livre e liberta. Machado de Assis, em 1879, escreve que somente 30% dos indivíduos do Brasil sabem ler, e destes, 9% não lêem letra de mão e 70% jazem em profunda ignorância.

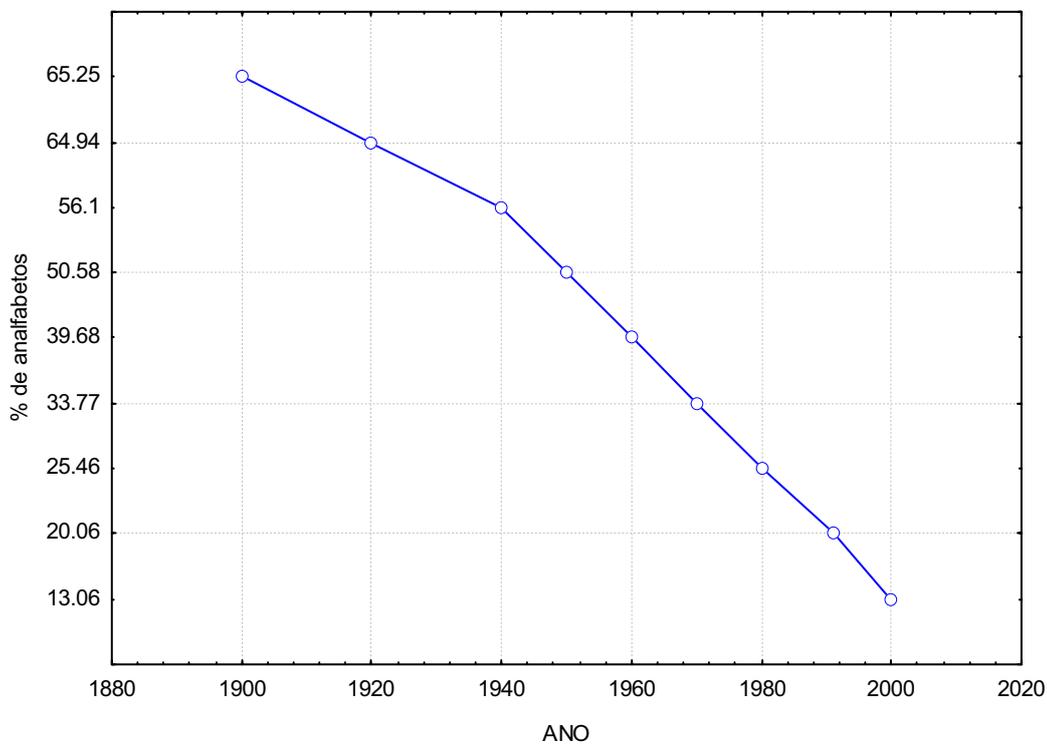
No Dec. 7.247 de 19/04/1879 de reforma do ensino apresentado por Leôncio de Carvalho, que previa a criação de cursos para adultos analfabetos livres ou libertos, do sexo masculino, com duas horas diárias de duração no verão e três horas no inverno, com as mesmas matérias do diurno (SOARES, 2002, p. 45), que demonstra uma educação sexista.

Na tabela a seguir, observamos que os níveis de analfabetismo, no início do século passado, atingiam mais de 65% da população e que a partir do Pós-guerra as taxas decaem consideravelmente, chegando ao início do século vigente, com um percentual de pouco mais de 13%.

Numericamente, a população do Brasil cresceu num ritmo intenso, logo não podemos simplesmente deduzir que o índice de analfabetismo da população jovem e adulta decaiu no último século, e que a taxa de 13,06% no ano 2000 não corresponde a uma redução substancial dos índices de analfabetismo da população jovem e adulta, já que, paralelamente, a urbanização se intensifica. As taxas de analfabetismo passam a ser indicadores para as políticas educacionais

### Gráfico 01: (BRASIL) Evolução das taxas de analfabetismo absoluto de 15 anos ou mais

Evolução do percentual de analfabetismo no Brasil da população com 15 anos ou mais



Fontes: IBGE / PNDA, Anuário Estatísticos,  
Censos Demográficos – MEC/INEP (2000)

Com a Revolução Industrial, o urbano é o modo de vida dominante, e como tal escolarização é algo imprescindível ao homem urbano, pela própria aquisição de conhecimentos e qualificações para incrementar a produção de bens e serviços.

O Banco Mundial apregoa o desenvolvimento da educação de quantidade e não de qualidade. A partir da década de 30, começa, no Brasil, uma formação efetiva do sistema público de educação elementar. É nesta década que a oferta do ensino primário, gratuito e obrigatório se torna direito de todos. Neste mesmo período, com a industrialização, é visível a concentração populacional nos centros urbanos. A responsabilidade pela educação era dada aos Estados e Municípios. A educação está na pauta da agenda mundial. O Banco Mundial começa a intervir de forma a melhorar os níveis educacionais, mas essa mudança é dada ainda num plano quantitativo.

O Banco Mundial passou a reconhecer de forma mais explícita que o sucesso de seu modelo de desenvolvimento depende de profundas mudanças na engenharia política e social das sociedades em que atua. Enfatizando a melhora das condições sociais e o fortalecimento da sociedade civil, as reformas dos serviços sociais pregados pelo Banco Mundial, particularmente na educação (BORGES, 2003; p.7).

É necessário viabilizar o acesso ao sistema educacional. Embora o discurso da Educação para todos esteja em pauta é preciso sim, perceber que há uma heterogeneidade, pois, universalizar políticas sociais é, antes de tudo, negar a existência de particularidades, mesmo que o mundo esteja vivenciando um processo de globalização. Entretanto, é necessário, primeiramente, reduzir as desigualdades sociais, pois a educação de qualidade é uma “dádiva” de um “seleto grupo”, quando ainda existem elevados índices de analfabetos; é preciso formar protagonistas sociais com um mínimo de conhecimento de sua realidade, e que possam questionar a realidade presente.

A complexidade do mundo, no final do século XX, ou melhor, nas suas duas décadas finais, passou a exigir uma homogeneidade na formação básica. O mundo está interligado. A alfabetização pura e simples não basta para legitimar, se determinada pessoa tem uma compreensão de mundo, tem uma leitura de mundo coerente com este novo período da História da humanidade. E, se a leitura é negada, enquanto direito, como pensar em um mundo global, se há um abismo social no que tange à educação?

A exigência do mercado impõe que o trabalhador seja conhecedor de todas as etapas do processo de produção. Mas, se o novo século dita tais padrões, como a população analfabeta ou analfabeta funcional vai ser “absorvida” pelo mercado? Ora, podemos dizer que o grande contingente de desempregados nos centros urbanos é oriundo desta condição de exclusão, que busca o mercado informal, sem nenhuma garantia social.

A busca por uma qualificação, que é vista como um maior número de anos de estudo, é a garantia para aqueles que estão fora do mercado formal e dependem desta maior e melhor qualificação, como afirma Paiva (2002), para sua inserção ou reinserção:

Na competição intensificada, os segmentos profissionais mais preparados, intelectual e pessoalmente, são mais capazes de sair

ganhando financeiramente ou em outros aspectos da vida. E na moderna combinação de grandes firmas e pequenos produtores independentes (de produtos ou de serviços), as vantagens possíveis dos que ficaram de fora do mercado formal dependem cada vez mais do conhecimento e da qualificação ( PAIVA, 2002; p.56).

Ter um bom nível educacional não é garantia de inserção no mercado de trabalho; é apenas uma vantagem, em relação àqueles que não possuem nenhum ou baixo nível educacional, mas não é uma garantia de que todos irão exercer alguma ocupação.

Segundo Durkheim (1983) apud Rodrigues (2003), a educação é básica e, essencialmente, uma função social, e, de certo modo, deve estar submetida à influência do Estado, como gestor da educação na sociedade. A lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, institui a década<sup>12</sup> da educação, mas, no entanto, a Educação ainda segue na pauta da agenda mundial e como um grave problema social.

Com a moderna divisão do trabalho, os interesses passam da coletividade para a individualidade, a satisfação pessoal, fruto da sociedade complexa na qual vivemos. Quanto maior o individualismo, mais a consciência coletiva diminui.

Para Durkheim (1983) apud Rodrigues (2003), a educação é, essencialmente, o processo pelo qual aprendemos a ser membros da sociedade, e a adequada é aquela própria ao meio moral que cada um compartilha. Mas, somos educados segundo o meio no qual nossa socialização primária ocorre. Educação é socialização. Logo, ao sermos desapropriados da educação, no sentido de domínio de um código, não num sentido moral, não somos membros da sociedade. Não estamos afirmando que aquele que não tem um nível educacional ou mesmo a ausência de qualquer nível, não esteja inserido. Na sociedade ele está inserido; todavia, de forma desigual. Mesmo que esteja numa situação de risco, ainda assim, estará incluído, mas, de forma desigual.

Paulo Freire (1996), no seu livro “Pedagogia da Autonomia”, afirma que os saberes adquiridos a partir da socialização não devem ser relegados, colocados como saberes simplistas, e sim, devem ser a base para uma educação libertária,

---

<sup>12</sup> No título IX das Disposições Transitória o Artigo 87, coloca que: É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei (1996), no parágrafo 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

uma educação autônoma, construída a partir do conhecimento do indivíduo, e não algo imposto. Seguindo recomendações da UNESCO, na década de 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou a divulgar, além dos índices de alfabetismo, índices de analfabetismo funcional, tomando como base não a auto-avaliação dos respondentes, mas o número de séries escolares concluídas (IBGE, 2001). Pelo critério adotado são analfabetos funcionais, as pessoas com menos de quatro anos de estudo.

O conceito de analfabetismo funcional foi disseminado principalmente por agências internacionais, diga-se UNESCO e amplamente utilizado no desenho de programas governamentais de educação de adultos, com o objetivo de salientar os benefícios sociais e econômicos desse tipo de investimento educativo.

Os baixos resultados de campanhas de alfabetização de adultos empreendidas em países pobres nas décadas de 1960 e 1970, por um lado, e, por outro, o desenvolvimento de estudos acadêmicos sobre os impactos psicossociais do letramento lançaram sérias dúvidas sobre essa visão otimista que associa mecanicamente a alfabetização ao desenvolvimento psicológico ou socioeconômico (RIBEIRO, 2003).

O analfabetismo, ou melhor, aquele que é analfabeto, sempre foi visto como a escória da sociedade, como alguém menor, como afirma Freire (1968) apud Ferraro (2003), que demonstra que a visão que as classes dominantes têm acerca desta questão é negativa: uma "erva daninha", "enfermidade", "chaga", a visão de que o analfabetismo não é um problema, diga-se, social, mas um problema, inerente à condição de dominado.

A sociedade desperta pelo combate ao analfabetismo, através de movimentos civis ou oficiais a partir de 1920, pois a industrialização batia à porta, sendo crescente a necessidade de mão-de-obra, que soubesse manejar os equipamentos com eficiência, com "sabedoria", ou seja, uma educação voltada aos interesses de um determinado grupo, para manobrar ou "adestrar" para as novas relações de trabalho, pois ser analfabeto é sinônimo de estar sofrendo alguma anomalia, algum mal que necessita de cura. Conforme Soares (2002) afirma:

Nos anos 1920, muitos movimentos civis e mesmo oficiais se empenham na luta contra o analfabetismo, considerado um "mal-nacional" e "uma chaga social". A pressão trazida pelos surtos de urbanização, os primórdios da indústria nacional e a necessidade de

formação mínima da mão-de-obra do próprio país e a manutenção da ordem social nas cidades impulsionam as grandes reformas educacionais do período em quase todos os Estados (SOARES, 2002; p.48).

A educação não era obrigatória para os jovens, apenas bastava no ensino primário saber o “ABC” e as operações matemáticas (somar, subtrair, dividir e multiplicar), para ter o mínimo de conhecimento. Somente em 1967 é que a educação passa a ser obrigatória até os 14 anos. Conforme Soares (2002, p.56) coloca:

A Constituição de 1967, mantém a educação como direito de todos (art. 168) e, pela primeira vez estende a obrigatoriedade da escola até os 14 anos. Esta extensão parece incluir a categoria dos adolescentes na escolaridade apropriada, propiciando, assim a emergência de uma outra faixa etária, a partir dos 15 anos, sob o conceito de jovem (SOARES, 2002; p.56)

A Constituição Federal do Brasil (1988) no art. 205, como anteriormente citada, observa como princípio básico que toda e qualquer educação, visa o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (SOARES, 2002; p.59.). Se este princípio é ferido, quando o jovem é excluído da escola, como obter essa educação para a cidadania, se este passa da etapa- escola – para o mercado de trabalho, sem a mínima condição, no que concerne, às aplicações básicas do saber ler, do escrever e compreender o mundo que o cerca de maneira crítica, um ser que reflete que busca o conhecimento. Então, podemos falar de jovens sem desenvolvimento pleno de sua capacidade, que sofreram um retrocesso na sua socialização.

A educação é um bem indispensável, como alimentar e respirar são funções vitais para qualquer ser humano, até mesmo para qualquer ser vivente que povoa a terra; considerar a educação como função vital, não é visão errônea, pelo contrário, é simplesmente assegurar uma sociedade, na qual, a luta por melhores condições de vida e qualidade de vida, sejam frutos de uma busca incessante, busca esta, de oferecer uma base mínima, ou seja, um patamar de igualdade, de justiça e não como sobejo, como se simplesmente a vida colocasse obstáculos intransponíveis, impossíveis de serem alcançados.

Soares (2002) afirma que é o sistema de ensino responsável pela educação da grande massa desprovida, e que como já afirmamos em outras falas, que estão inseridas no mercado de trabalho ou tentando adentrar:

Muitos já estão trabalhando, outros tanto querendo e precisando se inserir no mercado de trabalho. Cabe aos sistemas de ensino assegurar as ofertas adequadas, específicas a este contingente, que não teve acesso à escolarização no momento da escolaridade universal obrigatória, via oportunidades educacionais apropriadas (SOARES, 2002; p.67).

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, para que a educação básica se torne eqüitativa, é necessário oferecer a todas as crianças, jovens e adultos a oportunidade de alcançar um padrão mínimo de aprendizagem, ou melhor, um padrão mínimo de anos de estudo, pois aprendizagem é dada, muito mais num plano subjetivo, do que no plano objetivo, quantidade é diferente de qualidade. Neste sentido, assegurar no mínimo um número de anos de estudo, ou garantir que o jovem tenha um maior contato com o ambiente escolar e conseqüentemente busque quebrar as barreiras da vulnerabilidade social, à qual está submetida, que tenha um conjunto de alternativas de inserção social, já são válidas para melhorar a qualidade de vida deste grupo de jovens, que estão expostos a riscos sociais, a cada momento de suas vidas.

Segundo Paulo Freire, no seu livro *Pedagogia da Autonomia*, o poder dominante tem a seguinte ideologia: *“a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação”* (1996, p.92), facilitar o discurso de que o jovem é responsável pela sua situação, pois é um vagabundo que não faz nada, que leva a vida na brincadeira. Esse discurso tão carente coloca toda a culpa pela situação de baixa escolaridade nas mãos dos jovens. Nosso recorte metodológico nesse trabalho, parte da juventude na faixa etária entre 15 a 24 anos, pelas seguintes razões: primeiramente, este grupo etário reflete o parâmetro utilizado por pesquisas acerca do “grupo juvenil”; e segundo, por compreender a idade na qual o jovem está num nível de ensino entre o médio e o superior, dada as condições normais de vida que um jovem nessa idade deva ter.

A lei 4.155/98, referente ao Plano Nacional de Educação, diagnostica a condição de carência educacional, das camadas pobres e o atual Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), afirma que:

A educação formal pública é a cota de responsabilidade do Estado nesse esforço social mais amplo, que não se desenrola apenas na escola pública, mas tem lugar na família, na comunidade e em toda forma de interação na qual os indivíduos tomam parte, especialmente no trabalho (PDE/MEC, 1998, p. 142).

O que torna a responsabilidade da Educação, não somente responsabilidade do Estado, mas dos demais atores sociais.

Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório. Embora, tenha havido progresso com relação a esta questão o número de analfabetos é ainda excessivo e envergonha o país [...] Todos os indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no país (LEI 4.155, 1998 apud SOARES, 2002; p.99).

Ainda convivemos com elevados percentuais de analfabetismo. Mesmo para um país em desenvolvimento, ter em suas estatísticas, elevados percentuais de jovens analfabetos, é preocupante. Tal condição é concentrada em espaços de pobreza, ao mesmo tempo em que observamos que esta mazela é fruto de uma desigualdade na gênese da formação do povo brasileiro. O Nordeste é um claro exemplo da junção entre pobreza e analfabetismo. Tal região é considerada um dos bolsões de pobreza, e também abriga elevados percentuais de analfabetismo na população jovem. Para efeito demonstrativo, utilizamos a tabela 01 que corresponde ao percentual de pessoas de 15 anos e mais analfabetas nos estados do Nordeste, no ano 2000.

A partir dos dados, constatamos que em todos os estados do Nordeste os percentuais de jovens com 15 anos ou mais analfabetos ultrapassam os 22% no ano 2000. O estado de Alagoas chega quase a 32%. Podemos concluir que o Nordeste

ultrapassa o percentual do país em analfabetismo, que é em torno de 13% para o mesmo ano.

**Tabela 01:(NORDESTE: 2000) Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas**

Estado	%
Alagoas	31,91
Bahia	22,09
Ceará	24,97
Maranhão	27,14
Paraíba	28,25
Pernambuco	23,06
Piauí	29,17
Rio Grande do Norte	23,91
Sergipe	23,85

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Desse modo, acredita-se que a pobreza está intimamente ligada ao analfabetismo, pois, dificilmente alguém com posses materiais sofrerá a condição de ser desprovido de educação, de não ser alfabetizado na idade adequada, em condições adequadas e num ambiente que propicie seu crescimento tanto intelectual quanto social.

De acordo, com os historiadores, o fim da infância no Brasil para os escravos se dava aos 7 anos, e, para os livres, a infância se prolongava até os 12 anos. Para os escravos, o caminho mais eminente era o trabalho e, para os livres, o caminho era o estudo e as atividades nobres. Há um slogan de uma programação infantil vinculada na televisão, que diz: “criança não trabalha, criança dá trabalho”, ou, em alguns casos, essa afirmação cede lugar à seguinte: criança trabalha para incrementar a renda familiar. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirma que toda criança tem por direito a garantia de serviços essenciais: educação, saúde e moradia, mas nos deparamos com um entrave de diferenciação social existente historicamente, e que, ao acrescermos a idade da população, verificamos que as desigualdades sofrem uma agudização: o jovem, entretanto, não tem um Estatuto específico, no qual o Estado tenha que legalmente lhe oferecer serviços essenciais. As políticas são voltadas para o mercado de trabalho e em número reduzido. Para os que, não são contemplados por estas políticas, são, em muitas vezes, incorporados a outros segmentos, tais como: prostituição e tráfico de drogas.

A juventude, sem nenhuma contestação, é parte importante em qualquer sociedade, pois a ela estão associados alguns requisitos, tais como: vitalidade, esperança de vencer obstáculos, garra, até, biologicamente falando, o estado de ser jovem confirma essa afirmação. É esta a imagem ou o modelo que a sociedade cria para o jovem, pois a altivez está à flor da pele. Mas, apesar da juventude carregar todas essas condições citadas, não podemos falar numa única e exclusiva juventude, como se todo e qualquer jovem passasse pelos mesmos processos. Basta ter a faixa etária do jovem e você terá as mesmas condições; não se pode generalizar a juventude, mas manter sim alguns aspectos que a tornam universal.

No trabalho aqui desenvolvido, podemos identificar uma juventude que destoa da realidade criada pelo imaginário coletivo, pois está fora dos padrões pré-estabelecidos, por alguns fatores, tais como: baixo nível educacional, entrada precoce no mercado de trabalho, onde tais indicadores tornam os jovens oriundos de estratos menos favorecidos mais propensos a calcarem caminhos de incerteza e descrédito. Acreditamos que a Educação poderá inibir a vulnerabilidade social vivenciada por estes estratos, é um caminho, entre outros possíveis.

## CAPÍTULO 2- VULNERABILIDADE SOCIAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

O uso do termo vulnerabilidade social, no estudo da reprodução das desigualdades sociais no Brasil, ainda é recente. Data da década de 90. Mas o conceito tem tomado a pauta das discussões sociológicas atuais. A vulnerabilidade social está ligada aos indicadores de risco social. Este termo é apropriado, não somente pelos estudos da sociedade, no sentido de averiguar condições desfavoráveis, nas quais um grupo de indivíduos está exposto, mas, em outras áreas tais como: direito, segurança alimentar, meio-ambiente, aos efeitos das transformações macroeconômicas, medicina e prevenção de desastres naturais, e em outros estudos, como os ligados à área da saúde<sup>13</sup>.

O conceito de vulnerabilidade ainda é recente na literatura sociológica. Assim, abordaremos a vulnerabilidade social, por entender que este conceito ou definição está intimamente ligado, ou mais adequado à condição que os grupos tidos como vulneráveis, tais como: crianças, jovens, mulheres e idosos estão sujeitos, na atual conjuntura social, ora vivenciada no Brasil (desemprego, baixa qualificação, violência urbana, fome, pobreza entre outros).

Primeiramente, iremos trabalhar dois conceitos que se interpõem à discussão da vulnerabilidade social: a pobreza no contexto social urbano e a discussão sobre o capital social como forma de superação das desigualdades sociais. Na seqüência do capítulo, exploramos o conceito de vulnerabilidade social na perspectiva com o que o mesmo vem sendo tratado nos estudos<sup>14</sup> do Observatório das Metrôpoles, em estudos realizados pela CEPAL pelo sociólogo Rúben Kaztman.

---

<sup>13</sup>O termo, no que diz respeito ao uso na área de saúde também ganha corpo, ao indicar o risco que um indivíduo está submetido a contrair alguma moléstia, diz-se que, este indivíduo, está numa condição de vulnerabilidade, propenso a adquirir determinada patologia

<sup>14</sup>Um dos produtos acerca desta temática realizado pelo Observatório das Metrôpoles, consistiu na elaboração do relatório intitulado: "Construção de Tipologias, Tipologia Social e Construção de Áreas Vulneráveis.

## 2.1- A Pobreza no Contexto Social Urbano

*“A pobreza é hoje um fenômeno social visível e complexo...”*

*(João Vicente R. B. C. Lima e Rosana Campos)*

A pobreza<sup>15</sup> é uma mazela histórica na sociedade. Desde seus primórdios, a obtenção de recursos foi fonte de ascensão social. Ter recursos é uma espécie de “passaporte” de prestígio e bem-estar social; logo, não ter recursos evidencia uma condição social carregada de estigma e preconceitos; é viver constantemente à margem da sociedade, principalmente quando está inserido na sociedade de consumo, como a atual. Somente a partir do final do século XX organismos internacionais e multilaterais de combate à pobreza, indicam em seus estudos que somente a renda não explica porque determinados grupos sociais vivenciam situações de pobreza e desigualdade social.

Sem penetrar em detalhes históricos, importa notar que a questão da pobreza sempre teve uma tônica fortemente ética, na qual os indivíduos que se encontravam nessa situação eram por ela responsabilizados, pois careciam de atributos como força de vontade e energia moral[...] (KOWARICK, 2002; p.63).

A carência de recursos materiais ocasiona uma série de desvantagens, seja no que tange à obtenção de recursos, seja no âmbito moral do indivíduo, que será excluído de vários espaços sociais. Culpar os indivíduos por sua condição de pobreza, é negar que tal condição é fruto da desigualdade social, da exploração, ganância da mais pura arrogância humana. Podemos constatar que países que na atualidade ocupam posições de destaque quanto ao número de pobres e indigentes, foram frutos de colonialismo e exploração, como por exemplo, os países africanos

---

<sup>15</sup> “Em sentido geral, pobreza é uma situação na qual, pessoas carecem daquilo que têm necessidade para viver. Os limites de “necessidade para viver”, no entanto, é matéria de definição. Se a pobreza é definida em termos absolutos – aquilo de que os indivíduos precisam para sobreviver fisicamente -, torna-se mais simples definir o ponto em que pessoas se tornam pobres. A experiência de pobreza, porém, depende também do quanto as pessoas têm em comparação com outras pessoas na sociedade e como os valores culturais que definem a “boa vida”,... A maneira como definimos pobreza tem grande importância, especialmente nas sociedades industriais, onde a pobreza relativa é mais comum do que a pobreza absoluta...” (DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA, 1997, p.176)

que por centenas de anos suas riquezas naturais foram saqueadas pelos seus colonizadores, além de sua riqueza humana que sofreu com o processo de escravidão.

A pobreza é naturalizada como algo “normal”, já que sempre existiram ricos e pobres; o pobre não tem força; “pobre deve estar perto do pobre”, pois não compartilha das mesmas idéias e visões dos ricos. Sendo assim, demarcam-se os espaços sociais da pobreza, que são relegados, não-belos e com problemas sociais que se alastram por todo o espaço físico e social habitado pelos não-sujeitos. Nascimento (1994 apud KOWARICK, 2003, p.78) “Tornando o pobre um ‘não sujeito’, a pobreza é como que ‘naturalizada’ e as relações sociais tornam-se ‘naturalmente’ excludentes”.

O estudo da vulnerabilidade é uma vertente dos estudos da pobreza, pois amplia a análise para o campo não somente material, no que diz respeito a ter acesso a bens e serviços usuais da sociedade, que são provenientes de uma dada renda. A vulnerabilidade vai além da aquisição de bens e serviços através da renda. A vulnerabilidade passa por questões de acesso a bens e serviços imateriais. Hogan afirma que a vulnerabilidade, além das desvantagens que são produzidas, compreende reflexos e produtos da pobreza. “A vulnerabilidade é associada às desvantagens sociais que produzem e, ao mesmo tempo, são reflexos e produtos da pobreza” (HOGAN, 2006; p.27)

Em recente estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolvido por Carlos Herrán (2005), que aponta novas faces da pobreza e desigualdade no Brasil, que caminham para novas dimensões, como o gênero e etnia, indicando uma outra face da pobreza e conseqüente discriminação, em relação à etnia e gênero. O autor coloca que:

A pobreza e a desigualdade no Brasil têm muitas faces: elas afetam grupos diversos da população de várias formas e em diferentes graus. Algumas características - chave da pobreza e da desigualdade no Brasil vêm fazendo parte do debate de políticas há algum tempo (diferenças regionais e urbanas/rurais, fatores demográficos, diferenças na educação e no emprego formal/informal). Estudos recentes destacam outras dimensões importantes (inclusive acesso ao mercado de trabalho, segmentação e discriminação étnica e de gênero) (HERRÁN, 2005; p. 8-9).

A pobreza na perspectiva atual de análise não está baseada somente na ausência de renda, mas, sobretudo, associada ao conjunto de desigualdades regionais, sociais, educacionais, presentes nos espaços sociais, que são determinantes para que os grupos, ao acessarem serviços públicos de qualidade, possam obter níveis de renda desejáveis para seu provimento físico, moral e social.

Herrán (2005) destaca quatro traços do perfil da pobreza:

- I- A pobreza urbana responde por três quartos da pobreza total, apesar da maior incidência de pobreza nas zonas rurais;
- II- Famílias cujos chefes estão desempregados têm duas vezes mais probabilidade de ser pobres do que aquelas cujos chefes estão empregados, ainda assim, mais de três quartos dos chefes de famílias pobres estão empregados, mas sua renda é muito baixa para retirá-los da pobreza;
- III- As diferenças raciais na pobreza são grandes, mas podem ser explicadas, em grande parte, por outras variáveis, notadamente as diferenças na educação;
- IV- O gênero não afeta a probabilidade de ser pobre, a despeito de fortes evidências de discriminação salarial significativa por gênero.

É interessante ressaltar pontos relevantes para compreensão da pobreza a partir das estruturas de oportunidades: família, mercado, Estado e sociedade, pois cada um deles está contemplado nos traços da pobreza acima citados. E, como estes são dependentes entre si, pois, se considerarmos um indivíduo com baixa qualificação, ocupações frágeis, geralmente provenientes do mercado informal e marcados por estigmas sociais negativos formam um conjunto de indicadores que corroboram para que este esteja numa condição de pobreza, que pode perdurar pela sua existência ou ser um estado tido como momentâneo.

Os pobres estão no imaginário social como os culpados pela “desgraça social”, como a vadiagem, que não procura melhorar de vida como fonte de toda mazela existente em nossa sociedade. A escravidão, hoje, não acorrenta fisicamente, mas acorrenta através da busca diária pela subsistência. Segundo Kowarick (2002), os mais pobres sempre estão a serviço dos mais ricos, que se beneficiam da aguda pirâmide social ou como Luís César Ribeiro (2004), define no artigo intitulado “Segregação Residencial e Políticas Públicas-Análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território” que a imagem da pirâmide cede lugar à imagem da ampulheta, na qual a grande base é composta dos estratos médios e

baixos. A elite sobrepuja as camadas pobres e médias, e cada vez mais busca um destaque perante a sociedade evidenciada por seus padrões de consumo.

Segundo Parada (2001), a pobreza é definida como a falta de acesso ou controle, dos requisitos básicos pra que se tenha um nível aceitável de sobrevivência. No Brasil, inúmeras famílias não conseguem fazer diariamente as refeições básicas, segundo nossa cultura alimentar, ou mesmo possuir vestimentas adequadas ou ter uma habitação com equipamentos básicos, tal como, um banheiro. A pobreza é o problema social mais difícil de solucionar ou talvez não haja uma solução efetiva para tal problema. *“La definición clásica de pobreza e la falta de acceso o dominio de los requisitos básicos para mantener um nivel de vida acceptable”* (PARADA, 2001; p.67).

Então, deparamo-nos com uma grave constatação, qual seja que a pobreza está altamente disseminada em nosso país. No, entanto há mecanismos para quebra desta situação, neste sentido, acreditamos que a educação é uma forte ‘arma’ no combate das desigualdades sociais, pois ela amplia os horizontes e oportunidades de acesso a outros meios que diminuem a grande lacuna que separam ricos e pobres em nossa sociedade.

E quanto maior o nível de escolaridade, mais capital humano ou social. A escola, enquanto espaço de sociabilidade é uma grande fonte de contato e convívio social com as diferenças existentes, espaço de descobertas de um mundo novo e fascinante para aqueles que fazem desta instituição um espaço que oportuniza tal proposta. Ter escolaridade é um dos principais caminhos para que os estratos de baixa renda obtenham uma melhor posição social e consigam sair de uma situação de total carência para um patamar, no qual obtenham um melhor nível de vida.

A pobreza é, sem dúvida, determinada historicamente, ou seja, há padrões que foram sendo incorporados ao longo do tempo. As privações as quais cada população sofreu ou ainda sofre são ditadas pelo tempo, no entanto, há algumas carências que ainda coexistem. Em algumas sociedades a água é um bem para poucos, aliás, podemos exemplificar como a seca, em algumas áreas no Brasil, afeta as condições de vida dos habitantes e torna a pobreza e fome, como principais conseqüências de uma situação de ausência de um recurso natural. Para outras sociedades, a água é considerada um bem comum.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. (BARROS; HENRIQUES & MENDONÇA, 2000; p.7)

Considerar o fenômeno da pobreza única e exclusivamente pela renda, já não explica tal fenômeno por completo. Além da renda, há outras questões que fundamentam os estudos acerca da pobreza. Alguns estudiosos propõem que as capacidades básicas (educação, saneamento básico, estrutura habitacional) quando privadas, ou mesmo, inexistentes associadas a um baixo nível de renda contribuem para o não agir autônomo dos indivíduos.

O fenômeno da pobreza precisa ser entendido como privação da capacidades básicas para o agir mais amplo, e não somente baixo nível de renda que é indicativa de um nível maior de privação no sentido instrumental. Entender a pobreza como privação de capacidades para o agir autônomo (VICENTE & CAMPOS, 2007; p.66)

Apesar da renda não constituir o único determinante de pobreza dos indivíduos, todavia, está sempre atrelada a outros condicionantes de privação. Se pensarmos que na atualidade os serviços básicos dos quais indivíduos necessitam para sobreviver com um padrão mínimo de qualidade de vida (conceito que está atrelado ao bem-estar), é necessário pagar por tais serviços, pois, os serviços de qualidade são privados, tais como: uma creche ou mesmo um sistema de saúde com melhor qualidade, não estão disponíveis nos chamados serviços públicos. Esse tipo de serviço é tido como ineficiente e ineficaz. Cabe às camadas menos favorecidas sua utilização, mesmo que de forma precária.

Segundo Campos (2007), o fenômeno da pobreza tolhe o agir, privando as capacidades básicas; logo, a pobreza está para além do plano material. Ela perpassa pelo imaterial, pelo subjetivo, o que indica que não é somente não ter acesso, não usufruir e, além disto, ser visto e sentir-se como alguém indesejável, alguém que não pode ser considerada um cidadão de direitos, alguém que é visto

pela sociedade como a simbologia do fracasso, o indicativo da total ausência de dignidade humana.

O fenômeno da pobreza precisa ser entendido como privação de capacidades básicas para o agir mais amplo, e não somente baixo nível de renda, que é indicativo de um nível maior de renda, que é indicativo de um nível maior de privação no sentido instrumental (CAMPOS & LIMA, 2007; p.66).

Para Amartya Sen, um dos grandes estudiosos da pobreza e criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a pobreza econômica e sua principal consequência, a fome, imputam as pessoas de sua vida em comunidade. A fome enfraquece nutricionalmente e socialmente as pessoas. Ela desapropria os seres humanos de qualquer condição de enfrentamento da pobreza, sendo esta uma necessidade básica que quando não é saciada biologicamente nem socialmente, ocasiona uma situação de extrema pobreza. *“A pobreza econômica rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, e as pessoas famintas vêem-se afetadas em uma condição básica para participar plenamente da vida de sua comunidade”* (AMARTYA SEN, 2000 apud CAMPOS, LIMA 2007; p.67).

A renda é o meio para alcançar a realização de projetos de vida, mas, no entanto, não é o único meio para que as pessoas possam quebrar com sua situação de privação ou mesmo de realização pessoal. Ter uma renda quer seja mínima ou não, não é uma condição para que as pessoas alcancem seus projetos de vida. A renda é somente um meio para tal. *“A expansão das capacidades humanas tem um alcance mais amplo no que diz respeito à realização de um projeto de vida desejado e onde a renda é um meio para este fim, e não única condição para dirimir todas as demais privações”* (LIMA & CAMPOS, 2007; p.68).

A pobreza, no entanto, pode ser abordada por outra ótica via necessidades básicas, pois, permite a inclusão de outras necessidades e não somente da renda. A renda pura e simplesmente pode não ser garantidora de um bem-estar dos indivíduos; ela pode não ser bem aproveitada. Os autores do fragmento abaixo, apontam algumas necessidades: educação, saneamento, habitação. Pois, uma família pode ter uma renda, mas ainda pode enfrentar uma situação de pobreza, seu domicílio pode ter carências de infra-estrutura, ou mesmo seus moradores podem ter um baixo nível de escolaridade, o que torna um exemplo negativo, principalmente

para os mais jovens. *“A abordagem da pobreza pelas necessidades básicas permite incorporar uma gama mais ampla de necessidades humanas como educação, saneamento, habitação”* (LIMA & CAMPOS, 2007; p. 60-61).

Segundo Herrán (2005), o aumento dos níveis de escolaridade tem uma relação diretamente proporcional com as novas exigências oriundas do mercado de trabalho, em que funções tidas como simples precisam de alguém com certo nível de escolaridade para que seja operacionalizada. O autor, também destaca, uma maior abertura para que as pessoas tenham acesso à educação, com o surgimento de programas sociais como o Brasil Alfabetizado e Programas de Alfabetização nas Empresas implementados pelo sistema S, que visam a alfabetização e a criação de novas modalidades de ensino, como o Educação de Jovens e Adultos (EJA), permitindo que pessoas fora da faixa de ensino, possam retornar aos bancos escolares e acelerem os anos de ensino, perdidos por diferentes motivos.

A taxa de pobreza em domicílios cujo chefe tem de 5 a 11 anos de escolaridade vem aumentando gradualmente. Essa mudança é um resultado combinado de aumentos rápidos no acesso a esses níveis educacionais e de aumentos dos níveis educacionais e de aumento nos níveis mínimos de escolaridade exigidos pelo mercado de trabalho (HERRÁN, 2005, p.42).

É necessário observamos que este acréscimo de escolaridade é quantitativo, pois há uma pressão dos organismos internacionais para que os países em desenvolvimento combatam as mazelas sociais e, entre estas, o baixo nível de educação. Muitos destes que tiveram um acréscimo em seus anos de escolaridade, não irão prosseguir para níveis mais altos (término do ensino médio ou ensino superior); talvez estejamos mascarando uma realidade, quando observamos o aumento dos níveis de escolaridade das pessoas nos últimos anos.

Kowarick (2002) coloca que enxergar a pobreza e tornar a inferiorização vantajosa, não é somente uma questão de visualização dentro do espaço. Não podemos meramente compreender a pobreza e sua localização, causas e conseqüências. É necessário controlá-la por meio de discursos e ações que levem à pacificação. Isto demonstra que ações de redução da pobreza são ações que visam uma amenização de tal realidade. A realidade aponta, então, para uma “eterna” dualização entre as classes sociais.

Para se desobrigar diante da pobreza e tornar a inferiorização vantajosa, não basta enxergá-la como inerente à fundamentação de nossa sociedade: é também preciso controlá-la por meio de discursos e ações que levam à sua pacificação (KOWARICK, 2002; p.27).

A pobreza ainda será uma mazela que as futuras gerações enfrentarão, talvez em grau diferenciado, que pode ser maior ou menor ou de outra forma. A crise de alimentos que atualmente o mundo caminha pra enfrentar será um retrocesso; a pobreza, fome e escassez de água serão as grandes questões para o enfrentamento das políticas públicas de combate ou redução à pobreza. Avançamos em tecnologia, na genética, mas, no entanto, convivemos com problemas milenares. Não conseguimos reduzir a fome de populações que há séculos convivem com a escassez de alimentos. Criamos novas necessidades e novas formas de compreender e classificar a pobreza. Se não convivemos com a fome, mas convivemos com desigualdades de: educação, habitação, segurança. Ser pobre é, então, uma questão histórica, como já afirmamos anteriormente; resta saber para onde iremos caminhar.

## **2.2 - Abordagens acerca do conceito de Capital Social**

*“As sociedades funcionam melhor quando seus membros estão felizes e avaliam positivamente suas vidas.” (Bjornskov)*

O conceito de capital social é um conceito recente nas Ciências Sociais. Três teóricos da atualidade são precursores nos estudos acerca desta teoria: Coleman, Putman e Bourdieu. Segundo um destes autores, o capital social é definido, enquanto conexões entre indivíduos e redes sociais e está baseado em redes de confiança e reciprocidade. Estes são os princípios, nos quais o capital social está fundamentado. “El capital social se puede definir como conexiones entre individuos redes sociales y las normas de reciprocidad y confianza que emergen de ellos (PUTNAM, 2002 apud VALDIVIESO & LOPES, 2007; p.121).

O capital social surge como a moeda da confiança e reciprocidade entre as comunidades, instituições e pessoas. Quando a rede de reciprocidade entre as pessoas é quebrada, surge um cenário de desconfiança, descrédito, não havendo reciprocidade. “A população que perde a referência nas instituições, nos valores e crenças de seu tempo, tende a perder a confiança no seu mundo”. (RANINCHESKI, 2007; p.170). A modernidade nos demonstra que a sociedade vive numa condição de medo e insegurança, jamais vista em outras épocas, como afirma Giddens. As relações humanas tornam-se restritas a contatos efêmeros e baseados na desconfiança; nada é confiável até que seja provado o contrário. O avanço da tecnologia e as relações virtuais, que atualmente são estabelecidas, tornam as relações ainda mais distantes e impessoais.

O capital social é uma moeda, e como tal, exprime um valor em si mesmo e dá ao seu possuidor “poderes” na obtenção de recursos para uma melhor qualidade de vida. Esse capital, não exprime um valor monetário, mas um valor simbólico para que as pessoas possam usufruir de status social. “O capital social está conectado com o desenvolvimento econômico e este se conecta a um processo de empoderamento que formenta uma melhor qualidade de vida” (PUTNAM, 1993 apud BAQUERO, 2007; p. 29).

Logo, as relações que são baseadas em reciprocidade e confiança entre seus pares, são bem mais aprazíveis e duradouras do que as relações baseadas em outros aportes, que podem ser fragmentadas. Para Bourdieu a obtenção destes recursos, que podem ser efetivos ou potenciais, constitui o capital social. Estes recursos podem servir de moeda para que seus possuidores usufruam de uma rede de relações, que podem ajudá-los a alcançar objetivos relacionados ao seu bem-estar. Nas relações de trabalho, por exemplo, uma rede de relações otimiza a entrada com certa facilidade no mercado de trabalho. “*Para Bourdieu o capital social é o conjunto de recursos efetivos ou potenciais que são ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas[...]*” (BOURDIEU, 1980 apud RANINCHESKI, 1980; p. 171).

No entanto, relações de confiança e reciprocidade podem servir para que pessoas não obtenham níveis adequados de bem-estar, e sim, uma apartação social. O capital social, pode então trazer uma tônica perversa. Rúben Kaztman, no artigo intitulado “Capital Social e Sociedade Civil na América Latina”, exemplifica esta idéia, quando afirma que grupos de jovens urbanos, que estão numa situação de vulnerabilidade social e excluídos das instituições básicas da sociedade, ou

desafiliados institucionalmente, podem influenciar para que os jovens inseridos em tais grupos não freqüentem o sistema educativo, o que implica um indicador negativo para inserção no mercado de trabalho. Grupos ou seitas religiosas, que são baseados em valores machistas, que impedem a inserção de mulheres em instituições sociais, tais como: escola, mercado de trabalho, protagonizando um papel de total submissão aos ideais propostos por esses grupos, são exemplos negativos de redes de confiança e reciprocidade. Estas relações estão baseadas em reciprocidade e confiança, mas, de forma negativa, pois não corroboram para o bem-estar do grupo.

Isto demonstra que o capital social, pode sim, tomar uma forma contrária, enquanto fim, ao passo que são estabelecidas redes de reciprocidade, confiança, são estabelecidas também relações marginalizadas e de exclusão da vida social. A segregação residencial é uma forma contrária de obtenção de capital social, pois se aglutinam num mesmo espaço os semelhantes, com códigos sociais distintos, não ocorrendo uma socialização entre desiguais, mas uma homogeneização.

[...] os níveis de segregação residencial nas cidades determinam a maior ou menor probabilidade de que se conformem espaços de sociabilidade que incluam apenas pessoas ou famílias com características socioeconômicas semelhantes (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2001, p.79).

Segundo outro teórico, Coleman, o capital social é o conjunto de relações de confiança, o que vai ampliar as ações coletivas, ou seja, relações de confiança entre as pessoas constituem ações coletivas efetivas. Mas, estas relações de confiança entre as pessoas são dadas em espaços de sociabilidade que contribuem para a troca de recursos simbólicos. E, elas ampliam a ação coletiva: *“para Coleman, é o o conjunto que está relacionado às relações de confiança que ampliam a capacidade de ação coletiva”* (BOURDIEU, 1980 apud RANINCHESKI, p. 171-172).

O capital social, então, ao ampliar a ação coletiva, amplia a capacidade de cooperação e participação popular. A integração de pessoas em busca de um objetivo comum. Isto revela que as pessoas estão interagindo entre si, e depositando sua esperança em um objetivo comum. Isso demonstra que a individualidade cede lugar à solidariedade.

A teoria do capital social, como anteriormente afirmamos, surgiu a partir de algumas razões, as quais Marcello Baquero (2007) enumera, a seguir:

- 1- Necessidade de encontrar canais efetivos de comunicação entre Estado e sociedade, além das organizações formais, que não têm conseguido desempenhar uma função eficiente de mediação e têm sido “substituídas” por modalidades informais na promoção do desenvolvimento comunitário;
- 2- Preocupação com a erosão de laços sociais tradicionais bem como a ausência de uma base normativa de apoio às instituições reguladoras das relações sociais as quais estiveram constantemente no centro das atenções nas Ciências Sociais. (BAQUERO, 2007; p. 33-34).

A ausência de canais efetivos, para que a sociedade possa ser ouvida e se fazer ouvida pelo Estado, ou mesmo, a descrença nesta instituição para a resolução de problemas e conflitos sociais abriu precedente para que instituições informais protagonizem o papel antes realizado pelo Estado. Estas instituições informais, por estarem mais próximas da sociedade, são identificadas como espaços menos burocratizados e nos quais todos têm voz e vez. A erosão dos laços sociais tradicionais e a ausência de bases normativas não são compatíveis com as novas configurações sociais, que são baseadas, outrossim, em relações pouco consolidadas.

Torna-se oportuno captar tanto a dimensão do agir individual, do ângulo por onde a pessoa observa e entende a vida cotidiana em bases instrumentais e ideais, traduzidas em ações concretas do dia-a-dia, até a dimensão institucional que sustenta a vida do indivíduo - dos programas e ações governamentais que o atingem, favorecendo ou impedindo a consecução de metas de bem-estar individuais e da comunidade. Esse ponto tem a ver com a dimensão prática da vida da pessoa, isto é, de como ela vive, implicando na construção de uma síntese de realidade e capacidades demonstradas dos níveis de eficiência de sua ação cotidiana para cuidar de si e participar da vida de sua comunidade (VICENTE & CAMPOS, 2007; p.68).

Quando falamos em capital social, presumimos que este é um conjunto de ações individuais que irá compor uma ação voltada para o bem-estar individual e, por conseqüência, o bem-estar da vida em comunidade. Mas, é necessário que os indivíduos participem da vida na comunidade, que é dada via instituições ou espaços

de sociabilidade. Para que estas ações coletivas sejam, de fato, efetivadas, antes de tudo, os indivíduos necessitam de uma auto-realização.

Segundo Baquero (2007), a base do capital social está na confiança interpessoal e, quando não há uma combinação entre outros tipos de confiança, pode gerar grupos fechados, que excluem aqueles não-confiáveis, aqueles aos quais não há nenhuma forma de reciprocidade, os que não compactuam de um mesmo ideal.

A base do capital social se encontra na confiança interpessoal a qual quando não é combinado com outros tipos de confiança, pode gerar grupos fechados agindo de forma a excluir outros, inibindo o desenvolvimento de uma região (BAQUERO, 2007; p.35).

Os laços de confiança e reciprocidade entre as pessoas devem ser dados em esferas conjuntas, ou seja, quando há uma quebra dos laços de confiança, isso inibe ações voltadas para um interesse comum das comunidades nas quais os grupos estão inseridos, pois, grupos diferentes irão buscar diferentes ações, e o ideal de coletividade é subtraído. Isto pode implicar que numa mesma comunidade pode haver diferentes grupos em busca de diferentes ideais. E conseqüentemente, irá enfraquecer a comunidade. Não afirmamos que não deva existir contradições, mas, que estas não podem ultrapassar os laços de confiança entre um determinado grupo. *“O capital social é um conglomerado de características culturais que criam e mantêm a confiança mútua e a cooperação dentro de uma comunidade ou grupo social”* (STULHOFER, 2001 apud BAQUERO, 2007; p. 35).

É interessante ressaltar quais características culturais mantêm os laços de confiança entre os indivíduos. Para tanto, temos que observar qual o contexto social em que a comunidade está inserida e quais as bases para que a reciprocidade e confiança sejam expressas. Quais códigos são compartilhados no interior das comunidades e quais as razões e princípios cada grupo mantém como próprio em suas relações. *“O capital social nasce de interações cotidianas e não por meio da legislação. Estimula e facilita a cooperação e se constitui num recurso coletivo que influencia positivamente o desenvolvimento”* (BAQUERO, 2007; p. 35).

Sem dúvida, como anteriormente mencionado, o capital social é um conjunto de interações interpessoais que nascem da vida cotidiana, da vida em comunidade

e que não é legitimado por um conjunto de regras pré-estabelecidas, nem por uma legislação que conduz a determinados comportamentos sociais, mas por relações espontâneas dentro da vida em comunidade. Podemos observar que comunidades com laços de reciprocidade tendem a manter cuidados mútuos entre si, que perpassam para além do espaço privado da família e refletem nos espaços públicos, seja a rua, a escola, a praça. Para Baquero, a definição do capital social depende da área funcional (ação coletiva, coesão social e bem-estar).

Aqui colocamos alguns questionamentos: o capital social funciona? Como mensurar níveis de capital social numa comunidade? Assim questionamos porque somos fruto de um contexto histórico de desconfiança e de exploração. Desde nossa colonização, fomos alvo da exploração e carregamos o estigma do famoso “jeitinho brasileiro”; logo, podemos afirmar que vivenciamos uma cultura política baseada na desconfiança e no oportunismo de uma elite.

Ao invés de confiança e de reciprocidades de engajamento cívico, o legado autoritário da América Latina parece ter produzido um ciclo vicioso de desconfianças reforçando padrões de comportamento que utilizam um capital social localizado na família e no mundo privado, e não nas redes societárias que promovem o bem coletivo (BAQUERO, 2007, p. 36).

Então, podemos constatar que primordialmente o capital social está numa esfera particular, ou seja, na família e no mundo privado das relações sociais. Essa desconfiança advinda de um sistema sóciopolítico excludente e ineficiente, quanto ao papel de suprir as necessidades básicas da sociedade, em aspectos básicos, como saúde e educação. Ao invés de questionar a qualidade e eficiência destas instituições que promovem o bem comum, é mais interessante “pagar” pela obtenção de serviços de qualidade. A classe média principalmente absorveu esta prática ao privatizar os serviços públicos. Associações, sindicatos, ou grupos organizados da sociedade civil, estão, muitas vezes, enfraquecendo e não contribuindo para que a sociedade tenha certa inserção perante o Estado. Estas instituições cada vez mais estão caindo em descrédito.

O capital social compreende duas dimensões que são: agregação social e pontos sociais. A agregação social é dada pelo grau de envolvimento das pessoas com grupos sociais, enquanto as pontes sociais constituem as conexões entre os

grupos. Logo, os grupos podem surgir da necessidade efetiva, acerca de algum problema social eminente ou pela interação e necessidade de ajuda mútua ou interação social. Diversos grupos sociais podem convergir para coibir, modificar ou mesmo perpetuar algo.

A teoria do capital social é uma teoria que busca avaliar a qualidade de vida da sociedade via as relações de confiança que seus membros depositam entre si. É uma teoria que visa mensurar a satisfação dos indivíduos que estão interagindo em grupos sociais em diferentes esferas ou instituições sociais. Baquero (2007) cita quatro conjuntos de fatores que são ditos como importantes na geração de qualidade de vida. Estes fatores constituem os aspectos da vida social e são os promotores de bem-estar, e a quebra ou ausência de um destes ocasiona uma ruptura no bem-estar. “quatro conjuntos de fatores têm sido identificados como importantes na geração de qualidade de vida: fatores políticos, fatores econômicos, fatores institucionais e fatores de desenvolvimento humano” (BAQUERO, 2007: p.42).

“Gerar qualidade de vida”, este é o discurso presente nas discussões em todas as áreas de estudo. Nunca se buscou tanto elevar a qualidade da vida humana. A busca incessante por um mundo melhor é à base do desenvolvimento sustentável. Mas, o que será efetivamente qualidade de vida na sociedade moderna? Será a aquisição de tecnologia, ou mesmo o consumo desenfreado de produtos? Será viver no urbano ou no rural? Será ter uma conta bancária com milhões? Ou será viver com uma renda mínima num lugar tranquilo longe das inovações tecnológicas? Será determinar os aspectos físicos das crianças ainda no ventre? Será vivermos numa sociedade democrática?

A existência de redes sociais é constituída, a partir de normas mútuas, entre os indivíduos que constituem tais redes. Essas relações são construídas horizontalmente, pois, são acessíveis; as pessoas se sentem participantes. Uma outra forma de capital social, são os modelos de rol, que, para Kaztman (2001, p.88), “resulta da existência, no entorno social imediato, de pessoas que são exemplos de êxito na utilização de vias legítimas de acesso ao bem-estar”. O autor cita exemplos de crianças pobres que tentam ingressar em estabelecimentos escolares, freqüentados por crianças de classe média, que, conseqüentemente, têm por objetivo o ingresso em instituições de nível superior. Esta questão está relacionada aos valores que as redes sociais imprimem como padrões de bem-estar social.

Emergen dos aspectos fundamentales del Capital Social: uno de naturaleza estructural como son la existencia de redes horizontales de individuos y un fenómeno cultural relativo a los valores y normas de los que participan em esas redes. Son ambos fenómenos en conjunto los que facilitan la participación política y el buen gobierno (VLADIVIESO Y LÓPEZ, 2007, p. 121).

O capital social não se limita ao acesso às estruturas de oportunidades da sociedade, como afirmam Kaztman & Filgueira, mas, transborda para além, para a camada pobre. Isto significa que a ausência deste capital ou sua insuficiência aumenta as desigualdades entre esta camada da população, ou mesmo forma redes negativas de construção social, o que torna as pessoas menos solidárias aos problemas envoltos no seu entorno geográfico.

O déficit do capital social, que não se limita ao acesso às estruturas de oportunidades da sociedade, em seu conjunto, mas, se translada também para o interior das comunidades pobres. Deste modo, um bem escasso, não renovável e que deve ser extensivo aos reais participantes das esferas sociais concretas produz-se em quantidades insuficientes, com características inadequadas, fragmentando-se e distribuindo-se de forma crescentemente desigual (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2006; p.92).

Neste sentido, explica-se o atual cenário social, repleto de desigualdades sociais exclusão e onde, o individualismo e relações baseadas na desconfiança estão cada vez mais presentes. Teorias que tentam buscar razões para a quebra de tal situação, são necessárias para que possamos identificar núcleos de resistência a tal ordem vigente, que mostram que ações efetivas que vão de encontro a esta ordem, são possíveis de serem vivenciadas para construção de um mundo melhor.

Aumentar ou mesmo gerar um ambiente no qual as pessoas se confiem mutuamente é um grande desafio, já que as relações baseadas em contatos restritos e pouco confiáveis são cada vez mais presentes. O mundo da virtualidade é a clara e perfeita amostra de tal situação; a relação entre uma máquina e o homem, o contato físico já não importa.

Logo, se conseguirmos efetivamente relações baseadas no alicerce da teoria do capital social, que constituem o acúmulo de confiança entre as pessoas, na cooperação e ajuda mútua, possivelmente iniciaremos o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e humana.

## 2.3 Vulnerabilidade Social: tentativas de construção de um conceito

*“Outro aspecto perverso da vulnerabilidade é a escassa disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos a indivíduos ou grupos excluídos da sociedade.”*

*(Miriam Abramovay e Leonardo Castro Pinheiro)*

A vulnerabilidade está no rol das desigualdades sociais, e está associada às questões inerentes ao risco social (violência, problemas ambientais, exclusão, pobreza, entre outros), quando em outro momento tecemos algumas linhas acerca do conceito de pobreza e sua relação com a questão de renda e de atenção às necessidades básicas. Podemos, segundo a citação acima, inferir que a vulnerabilidade segue para além da questão da subsistência. Ela ingressa nas questões simbólicas. Concordamos com os autores, quando afirmam a perversidade de tal situação, proporcionada pela carência de recursos materiais e imateriais.

Conforme já mencionado, o uso do termo vulnerabilidade social no estudo da reprodução das desigualdades sociais, no contexto brasileiro é recente. Entretanto, contribuições importantes podem ser identificadas, Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ<sup>16</sup>, que constitui um Instituto virtual entre Universidades Brasileiras, elaborou um estudo denominado, “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Construção de Tipologias, Tipologia Social e Identificação de Áreas Vulneráveis,” tal estudo tem como recorte as Regiões Metropolitanas brasileiras e o Livro *Novas metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, do grupo de estudos da Unicamp, que constitui uma série de artigos relacionados ao tema da vulnerabilidade.

Neste trabalho, nos inspiramos nos estudos acerca da vulnerabilidade social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, elaborado no relatório citado acima, cuja autoria foi da Rede Metrópoles, o qual resgata o conceito de vulnerabilidade social, partindo de um conjunto de estudos sobre a vulnerabilidade social das cidades

---

<sup>16</sup> O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, criado em sessão de 25 de maio de 1987, publicada no Boletim da UFRJ de 4 de junho.

metropolitanas latinoamericanas elaborados por Rúben Kaztman e Fernando Filgueira. O relatório diz:

Segundo documentos da CEPAL, a vulnerabilidade é definida como 'a qualidade de vulnerável', 'qualidade que se aplica àquele' que pode ser ferido ou receber lesão física ou moralmente. Para que se produza um dano deve concorrer um, evento potencialmente adverso - isto é, um risco, que pode ser exógeno ou endógeno - uma incapacidade de resposta frente a tal contingência-já seja devido à ausência de defesas idôneas ou à carência de fontes de apoio externas - e uma inabilidade para adaptar-se ao novo cenário gerado pela materialização do risco (CEPAL, 1999 apud ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL, 2005; p. 25-26).

E, continua afirmando que:

Assumimos a vulnerabilidade como a situação de risco que veda ou bloqueia os segmentos mais fragilizados socialmente de adquirirem os recursos necessários à plena integração na sociedade que vem imergindo, no Brasil, desde os anos 80, quando se inicia a crise do modelo de desenvolvimento caracterizado pela substituição de importações, ao mesmo tempo em que, imerge o modelo sócio-produtivo fundado nos parâmetros da revolução molecular-digital e na flexibilização do trabalho (CEPAL, 1999 apud ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL, 2005; p. 26).

O estudo da CEPAL, citado no relatório, resgata o panorama ou o alicerce do qual o termo vulnerabilidade está apoiado historicamente: na crise do suposto Estado de Bem-Estar na América Latina e adoção de políticas neoliberais; tecnologia, adotadas em meados do século passado e, além de hoje vivenciarmos a revolução não somente tecnológica, mas, a revolução do conhecimento técnico - científico. Hoje, a sociedade está impactada pelo rápido avanço do conhecimento em todas as áreas; passa do poderio econômico para o poderio da informação tecnológica; vide, hoje, países tidos como emergentes têm o poder de dizimar a população mundial com suas armas químicas. Com o surgimento de inovações técnico-científicas, o homem, em algumas atividades, foi colocado em segundo plano, cedendo lugar às máquinas, em seus postos de trabalho. Apesar das disparidades existirem historicamente, somente após o término da Segunda Guerra

Mundial é que as desigualdades entre as nações do mundo receberam atenção pública.

Neste sentido, entendemos que segmentos vulneráveis da sociedade como os jovens oriundos de famílias com laços frágeis de inserção na sociedade, com baixo número em anos de estudo e moradores de áreas urbanas com risco social eminente, e que apesar da crescente urbanização e elevado número de serviços, ditos como modernos (transações bancárias, presença de multinacionais, maior quantidade de aparelhos educacionais, novos espaços de sociabilidade como os shoppings centers, entre outros), estas camadas, em situação de vulnerabilidade, por não acessarem serviços básicos e essenciais como saúde e educação, estarão expostas ao risco social e, conseqüentemente, à marginalidade. A marginalidade, segundo o autor do fragmento abaixo, origina-se após a Segunda Guerra Mundial, para caracterizar a nova configuração urbana e a precariedade nos serviços do entorno geográfico. A ausência de serviços básicos como: água, luz, transportes, segurança afirmam a precariedade com que as populações marginais convivem, em seus espaços de habitabilidade.

A palavra [marginalidade] introduziu-se em nosso meio como referência a certos problemas surgidos no processo de urbanização posterior à Segunda Guerra Mundial, como conseqüência do estabelecimento de núcleos de populações recentes e de características sub-standard na periferia do corpo urbano tradicional da maior parte das cidades latinoamericanas. ... Como, precisamente, esses povoamentos se levantaram em regra geral, nas bordas ou margens do corpo urbano tradicional das cidades, o mais fácil era denominá-los “bairros marginais” e seus habitantes, “populações marginais”. ... O problema que estes grupamentos encerravam se constituiu no problema das “populações marginais... “não era unicamente a moradia ou a habitação como tais que se encontravam em precariedade, mas todo o conjunto de ‘serviços comunais’ (água, esgoto, luz elétrica, transportes) de certas áreas da cidade” (QUIJANO, 1978; p. 18 apud MAIOLINO & MANCEBO, 2005; p. 1).

A diminuição de postos de trabalho, provocado pelo avanço tecnológico, da grande revolução digital que vivenciamos, é um fator da diminuição de renda das camadas médias que migram para estratos menos favorecidos. Nas camadas tidas como vulneráveis, a renda é mínima, onde, em muitos casos, a população encontra-

se abaixo da linha de pobreza<sup>17</sup>. A desigualdade não é vista de uma forma tão equivocada quanto a pobreza, pois a pobreza é, muitas vezes, mitigada assistencialista de forma filantrópica, e com ações pontuais tanto por parte do Estado quanto da sociedade: campanha de doação de alimentos, doações de cestas básicas, “esmola” a um pobre, a “boa ação” do dia, basta para muitos no combate à pobreza urbana. “No senso comum, a desigualdade é vista de forma ‘natural’, pois uns nascem ricos e outros pobres; é a ordem natural das “coisas”. Seria uma forma determinista, de afirmação da desigualdade.

A vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui. Ser pobre, segundo Katzman (2005), é quando não se satisfazem as necessidades básicas. A vulnerabilidade transcende esta situação de não satisfação das necessidades, pois, ela tem um valor também simbólico. O autor define vulnerabilidade, como sendo:

Vulnerabilidad no es exactamente lo mismo que pobreza se bien la incluye. Esta última hace referencia a uma situación de carência efectiva y actual mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecería a partir de ciertas debilidades, que se constatan em el presente. (KATZMAN, 2005, p. 04).

E amplia seu conceito, dizendo que:

Em su sentido amplio la categoria de vulnerabilidad refleja dos condiciones: la de los “vulnerados”, que se assimila a la condición de pobreza es decir que ya padecen una carência efectiva que implica la imposibilidad actual de sostinimiento y desarrollo y una debilidad a futuro a partir de esta incapacidad y la de los “vulnerables” para quienes el deterioro de sus condiciones de vida no esta yamaterializado sino que aparece como uma situación de alta probabilidad em um futuro cercano a partir de las condiciones de fragilidad que los afecte. (KATZAM, 2005, p. 04).

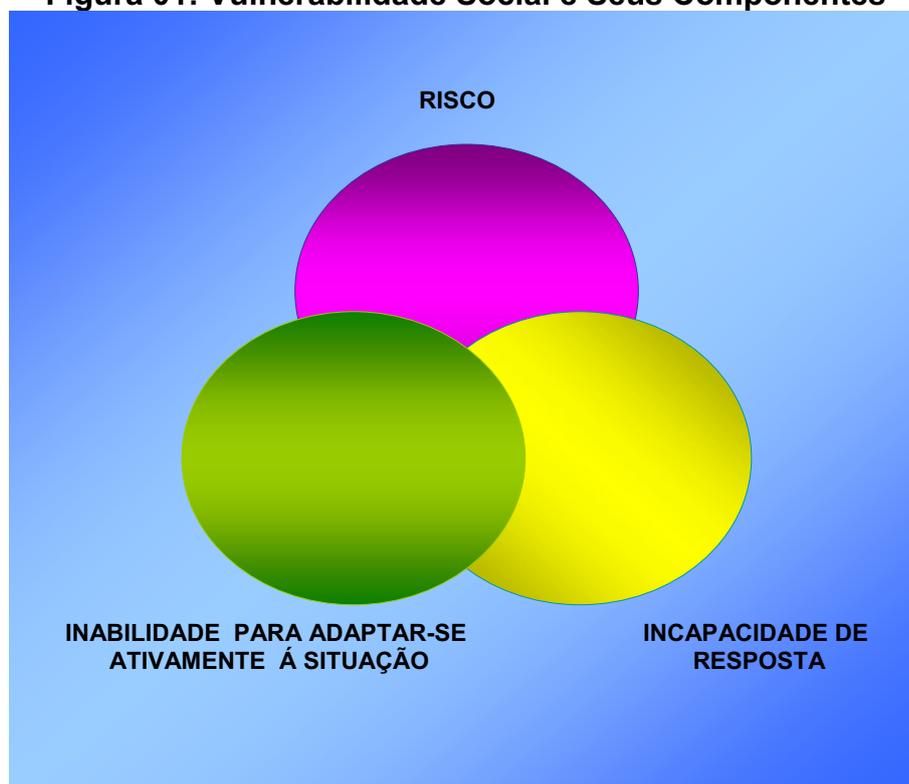
---

<sup>17</sup> As linhas de pobreza oficiais do Brasil, calculadas pelo IPEA (R\$ 62,00 per capita/mês no caso de pobreza extrema e R\$ 125,00 no caso de pobreza). Esses valores correspondem, aproximadamente a ¼ e ½ de um salário mínimo per capita/mês, ou cerca de US\$ 25,00 e US\$ 50,00 respectivamente. Para cálculo dos novos parâmetros é necessário observar o valor do salário mínimo atual (HERRAN, 2005, p. 8).

A vulnerabilidade, então, não diz respeito a uma situação de risco presente, mas afirma uma situação de risco futura, uma debilidade que pode acompanhar a trajetória de vida dos indivíduos, e que influencia suas escolhas quanto ao padrão de vida que o mesmo possa alcançar.

A vulnerabilidade social é um conjunto de três componentes dependentes entre si que são: risco, inabilidade de adaptar-se ativamente à situação e incapacidade de resposta. Seria um bloqueio ao enfrentamento das situações de risco social, impossibilitando os indivíduos de ascenderem socialmente. Logo, estes componentes são interligados, formando uma cadeia negativa. A figura 1 ilustra tal afirmação.

**Figura 01: Vulnerabilidade Social e Seus Componentes**



Fonte: A autora, baseado nos texto de Rúben Kaztman.

Vulnerabilidade diz respeito à falta de ativos materiais e imateriais a que, determinado indivíduo ou grupo está exposto a sofrer futuramente, alterações bruscas e significativas em seus níveis de vida. No estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que originou o livro “Juventude,

violência e vulnerabilidade social na América latina: desafios para políticas públicas, os autores trabalham a definição de vulnerabilidade social, como sendo:

Vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos<sup>18</sup> atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais econômicas culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (VIGNOLI & FILGUEIRA, 2001 apud AMBRAMOVAY, 2002; p.13.).

A vulnerabilidade social pode se manifestar em dois planos: estrutural e subjetivo. No plano estrutural, pode ser fruto de uma mobilidade descendente e, no plano subjetivo, pelo desenvolvimento de sentimentos de incerteza, insegurança, de não-pertencimento a determinado grupo, de fragilidade dos atores, com a construção de suas histórias. Os mesmos autores afirmam que:

O conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (VIGNOLI e FILGUEIRA, 2001, apud AMBRAMOVAY, 2002; p. 34 -35).

O já citado relatório do Observatório das Metrôpoles, ao fazer a identificação das áreas vulneráveis nas regiões metropolitanas brasileiras, entende que a vulnerabilidade social é originária de duas instituições básicas da reprodução social: mercado e família. O relatório afirma que:

Entendemos a vulnerabilidade como a situação social que torna as pessoas, os domicílios e os grupos vulneráveis frente às novas condições de reprodução social. O mercado de trabalho não assegura os recursos necessários, seja pelo desemprego, ou subemprego ou ainda pela precariedade. A família como estrutura e

---

<sup>18</sup> Os recursos materiais ou simbólicos são chamados de ativos.

como instituição se fragiliza na sua capacidade de geração de recursos e de socialização (ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL, 2005; p. 34).

Em razão da alta concentração populacional nos centros urbanos, como está colocado no relatório anteriormente citado, existe, nestes territórios vulneráveis, que são expressivamente ou totalmente advindos do contexto urbano metropolitano e que, no tecido social, é a parte mais visível da crise social, pois, expõem as mazelas sociais em espaços de degradação social. Para análise dessa crise, o bairro é a unidade territorial selecionada para investigação do fenômeno no cenário urbano da metrópole. Leia-se, então, bairro como “locus” das experiências vividas, espaço no qual as famílias, grupos sociais ou indivíduos tecem as relações sociais, seja através de redes sociais de confiança ou reciprocidade para obtenção de laços mais fortes com a sociedade, seja via mecanismos que possam consolidar as relações, postos de trabalho, níveis educacionais, espaços de lazer, entre outros:

Considerar o território vulnerável como aqueles pedaços das metrópoles onde estão presentes os sinais de crise do regime coletivo de gestão de risco associado à fragilização das famílias e das estruturas sociais no plano do bairro. Tal crise resulta por sua vez da segmentação produzida neste mercado pelas transformações sócio-produtivas engendradas pela nossa inserção subordinada ao mercado, à globalização, sobretudo a partir dos anos 90 do século XX (ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL: CONSTRUÇÃO DE TIPOLOGIAS, TIPOLOGIA SOCIAL E IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS VULNERÁVEIS, 2005; p.28).

A globalização acentuou a crise urbana eminente no, pós-segunda guerra. Os anos 90 mostram o ápice da crise, principalmente na esfera relacionada ao mundo do trabalho e as novas formas de produção e consumo. O modo de produção capitalista deixa de ser apenas internacional ou multinacional e entra numa época global (IANNI, 2006; p.16). A família também é afetada por essa nova dinâmica global, que anteriormente era baseada num modelo patriarcal, cede espaço para novos modelos: monoparentais, nucleares, extensas, compostas, o que demonstra novas configurações nos arranjos familiares. O espaço de chefe de família que era papel principalmente masculino, hoje, em muitos casos, é ocupado pela figura

feminina, demonstrando, assim, uma nova relação, principalmente da mulher, com novas atribuições de provedora e mantenedora da família. Para Kaztman, a situação de mulheres como chefes de famílias acentua a vulnerabilidade social destas famílias.

Segundo Katzman (2005), os lugares vulneráveis são aqueles nos quais os indivíduos enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, participação e de acesso diferencial à informação e às oportunidades. No entanto, estes territórios estão inseridos num contexto urbano, onde se presume que haja uma interação social mais efetiva. Podemos, sim, caracterizar estes espaços, enquanto espaços isolados do cenário urbano e isolados das oportunidades de quebra deste isolamento.

“A situação de risco torna a vulnerabilidade social generalizada, como nunca antes no mundo” (HOGAN, 2006, p.24). Este autor aponta que o mundo está vulnerável. Em todas as esferas, a sociedade está fragilizada; seja em virtude da situação geopolítica agudizada pelos acontecimentos do 11 de setembro, seja pelas mudanças climáticas, (leia-se aquecimento global). A sociedade nunca esteve numa situação de risco tão eminente, de ordem: social, econômica, ambiental, política. Conforme Hogan: “A vulnerabilidade é associada às desvantagens sociais que produzem e, ao mesmo tempo são reflexos e produtos da pobreza” (2006, p.27).

As desvantagens sociais podem ou não estar associada à pobreza. A pobreza, tal qual a conhecemos, está relacionada a uma questão de renda e de não satisfação das necessidades básicas. No entanto, a pobreza é cultural e assume padrões em cada sociedade. Por exemplo: para um africano, morador de uma área de extrema pobreza, ser pobre é não alimentar-se, pelo menos diariamente; mas, para um trabalhador assalariado brasileiro, ser pobre pode, além de passar por uma questão de alimentação física, ser uma questão relacionada ao consumo de determinado produto. Logo, ser pobre não é meramente uma questão de renda, mas, sobretudo, uma questão de não atingir determinado patamar de consumo. Para Kaztman, há diferentes níveis de pobreza. O autor utiliza uma tipologia para agrupar as famílias em quatro diferentes tipos de situação de pobreza: inercial, crônica, recente e não-pobres (integração social). E propõe a análise integrada, que seria a junção dos métodos diretos (satisfação das necessidades básicas) e indireto (capacidade de ingressar no consumo) de medição da pobreza.

Para este autor “A pobreza se refere à privação de pessoas ou famílias de suas necessidades básicas, em particular necessidades materiais” (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2006; p.71)

O autor acredita que as necessidades materiais afetam diretamente o acesso a benefícios que podem levar a quebra da situação de vulnerabilidade social. Necessidades, tais como: educação, saúde, segurança, emprego, que são necessidades básicas, quando não acessadas geram situações de risco. Neste sentido, podemos pensar que um dos mecanismos para romper com a situação de vulnerabilidade social, possa ser dado pela educação, isto é, pelo acesso a este ativo social.

E a vulnerabilidade social expressa um lugar, ou seja, o território pode tornar-se um espaço vulnerável, pois este pode conter um conjunto de elementos, que conduzem à vulnerabilidade social, e pode ocorrer em diferentes níveis. Segundo a CEPAL, são as famílias quem otimizam os recursos existentes em seu entorno, e estes são acumulados pelos seus membros. A família, então, pode ser, tanto um espaço de quebra da vulnerabilidade quanto um espaço de aumento da vulnerabilidade, quando seus membros não acessam os ativos necessários para quebra da situação de risco, como afirma o fragmento a seguir: “Se refiere a su capacidad para controlar las fuerzas que lo afecta-depende de la posesión o control de activos, esto es, de los recursos requeridos para el aprovechamiento de las oportunidades que brinda el medio em que se desenvolve” (CEPAL,1999, p. 14).

A cidade sempre foi palco do crescimento e da inovação tecnológica e lugar atraente para aqueles que buscam melhorar sua condição social, já que neste espaço os serviços são ofertados em maior quantidade. O não acesso a bens e serviços, inclusive, serviços sociais e públicos, favorecem a desigualdade e a pobreza. No dizer de Milton Santos, favorece a “inclusão segundo uma lógica de exclusão” (SANTOS, 2005; p.89 ).

Outrossim, o uso e acesso de recursos, não são utilizados de forma igual e homogênea no território, mas sim, através de uma hierarquia social, que se estabelece através dos espaços dos detentores que utilizam serviços de qualidade e o espaço dos não-detentores que utilizam serviços precários , isto é, quando utilizam, são de má qualidade, como afirma:

A noção de território vulnerável ganha um sentido mais concreto, na medida em que falamos de lugares concentradores de condições sociais sistematicamente reprodutoras das desigualdades e da pobreza por nele prevalecerem condições desfavoráveis ao acesso e uso de recursos (ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL. CONSTRUÇÃO DE TIPOLOGIAS, TIPOLOGIA SOCIAL E IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS VULNERÁVEIS, 2005; p. 58).

Podemos inferir que territórios vulneráveis são concentradores de condições sociais desfavoráveis, o que implica em um baixo nível de recursos que possam diminuir as desigualdades sociais existentes. São espaços de exclusão e de legitimação de tal situação de precarização de serviços e de uma péssima qualidade de vida.

A vulnerabilidade apresenta-se disseminada em determinados grupos sociais, ou seja, está em maior grau entre crianças, jovens e idosos, pois são dependentes de outrem para sua sobrevivência. É o grupo potencialmente vulnerável, como afirma o Relatório do Observatório das Metrôpoles:

A vulnerabilidade coloca em situação de risco especialmente as crianças e os jovens (além dos idosos) por serem os segmentos mais dependentes das estruturas e instituições familiares estatais e do mercado da reprodução social (ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL. CONSTRUÇÃO DE TIPOLOGIAS, TIPOLOGIA SOCIAL E IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS VULNERÁVEIS, 2005; p. 34).

O conceito de vulnerabilidade é colocado, como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores, segundo Vignoli e Filgueira (2001).

Ser vulnerável indica uma condição de ausência, carência de algo que pode ser material ou imaterial que é físico ou psicossomático. A vulnerabilidade social, como condição de desapropriação de determinados bens que momentaneamente ou perpetuamente incidam sobre a qualidade de vida dos indivíduos. É a idéia de

fragilização do ser ou das condições que torna as pessoas capazes de exercerem sua plena cidadania.

Logo, entendemos que a vulnerabilidade aponta, não somente para uma fragilização presente, mas, sobretudo, para um futuro de incertezas, de descrédito em si mesmo e nas instituições sociais, principalmente no que tange aos grupos vulneráveis. É, sem dúvida, uma situação que transforma o presente de exclusão e incertezas num futuro baseado em total ausência de mudança; é tolher sonhos e esperanças.

## **CAPÍTULO 3: VULNERABILIDADE SOCIAL E JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE NATAL**

### **3.1- Situando Natal, segundo alguns Indicadores Sociais.**

A cidade de Natal é internacionalmente conhecida como uma das cidades mais belas e atrativas; ela é vendida para o mundo como a cidade do sol. Aqui é verão o ano inteiro; são 365 dias de sol e uma temperatura média anual de 26° C. A terra é banhada pelo Oceano Atlântico e é um dos pontos geográficos das Américas mais próximo dos continentes Africano e Europeu. Ela é cortada pelo rio Potengi, que foi, por muito tempo, fonte de subsistência das populações ribeirinhas. Natal é um nome sugestivo para uma cidade que, desde sua formação, como a concebemos nos manuais de história, foi cenário de disputas por seus atrativos.

Desde o limiar do século XX, a cidade cresceu significativamente, em particular, no pós Segunda Guerra, sendo conhecida nesta época como o Trampolim da Vitória, pois os aviões das tropas aliadas partiam daqui para África e Europa. De sede da província, atualmente, é concebida segundo os modelos contemporâneos de gestão urbana como núcleo da Região Metropolitana de Natal. Por exercer uma centralidade tanto de serviços sociais, educacionais e uma maior concentração na oferta de empregos, a cidade cresce em números e em problemas de ordem social.

Desde os primórdios de sua fundação, a cidade foi alvo de disputas internacionais. Na época de sua fundação, portugueses e holandeses, disputavam o controle e comando do território potiguar. Hoje, por ser um atrativo turístico, a cidade é alvo da especulação imobiliária, alavancada pela compra de imóveis principalmente por estrangeiros; isto tem tornado algumas localizações da cidade, um dos metros quadrados mais caros do Nordeste.

Natal foi oficialmente fundada em 1599. Inicialmente, uma pequena vila e uma igreja indicando os primeiros sinais de ocupação dos colonizadores em nosso território. A princípio, a população estava concentrada nos bairros da Ribeira e Cidade Alta. A cidade ocupa uma extensão de 172 Km<sup>2</sup>, e, segundo a contagem de 2007, sua população é totalmente urbana, sendo composta por 774.230 habitantes, como mostra a tabela 2.

No entanto, a cidade só conheceu alguns aspectos de urbanização tardiamente. Segundo Silva (2003), o processo de urbanização tardia da cidade foi reflexo do pouco peso que a economia da capital tinha no contexto nacional e regional. O crescimento urbano de Natal foi impulsionado principalmente pelo êxodo rural, que foi conseqüência principalmente de fortes secas no Estado e pela necessidade de migração do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida.

O melhoramento da cidade é iniciado, no início do século XX, com a implantação do plano da Cidade Nova, atualmente Petrópolis e Tirol. A expansão urbana da cidade foi de fato, iniciada em 1940, impulsionada pela Segunda Guerra Mundial. Já que a cidade foi ocupada pelo exército norte-americano. Carecia de serviços e infra-estrutura para sua permanência na cidade, que foi usada como ponto de saída de aviões para a Europa. Isto favoreceu a construção “da primeira pista” que, ligava Natal a Parnamirim (onde está localizado o Aeroporto Internacional Augusto Severo), atualmente Avenida Hermes da Fonseca e Senador Salgado Filho.

O fenômeno de expulsão dos menos favorecidos de áreas nobres da cidade, porém, é conhecido na história da cidade. A construção dos conjuntos habitacionais na década de 70, marca a concentração das classes populares na zona norte da cidade. A proposta era de aproximar o proletariado dos espaços de trabalho. É neste período que implanta-se o distrito industrial de Extremoz.

A seguir, apresentamos um breve panorama sociodemográfico da cidade no ano 2000 com base em indicadores do Atlas do Desenvolvimento Social e Humano/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

**Tabela 02: (NATAL: 2000) Indicadores Sócio-Demográficos Natal**

Indicador	Natal
Contagem população (2007) <sup>19</sup>	774230
População Urbana (2000)	712317
Renda per Capita	339.92
Intensidade da pobreza	42.52
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0.788
Esperança de vida ao nascer	68.78
<b>Probabilidade de sobrevivência até 60 anos</b>	<b>78.52</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Social e Humano(2000) /PNUD.

<sup>19</sup> IBGE, contagem populacional 2007.

Como demonstra a tabela 02, a Renda per Capita, é um indicador que é baseado na renda média da população. O valor de tal indicador no ano em pauta foi de R\$ 339,92 indicando uma renda per capita baixa pois ultrapassava um pouco mais de um salário mínimo.

No que se refere à intensidade de pobreza (distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres, 1/4 do salário mínimo, do valor da linha de pobreza medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza) em Natal no referido ano, o valor foi de R\$ 45,42. Consideramos os índices supra mencionados muito baixos, ou seja, demonstra a existência de uma cidade onde a pobreza está instalada.

Nos indicadores, que correspondem aos dados inerentes à qualidade de vida dos habitantes de Natal, elegemos os seguintes: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Esperança de Vida ao nascer e Probabilidade de sobrevivência até 60 anos.

No indicador referente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (é obtido pela média aritmética de três subíndices referentes às dimensões: Longevidade, Educação e Renda), verificamos que Natal obtém 0,788, neste indicador. Um bom resultado em tal indicador corresponde a um valor próximo a 1.

Ao observamos o indicador, que corresponde a Esperança de Vida ao nascer, número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, em Natal, no ano 2000, a Esperança de Vida era de 68 anos em média.

Outro indicador concernente à qualidade de vida é a probabilidade de sobrevivência até 60 anos, Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até os 60 anos, se o nível e o padrão de mortalidade prevalecente em 2000 permanecer constante ao longo da vida. No ano 2000, esta probabilidade em Natal era de 78, 52%.

**Tabela 03: (NATAL: 2000) Rendimento Mensal por Zonas Administrativas**

<b>Região</b>	<b>Pessoas c/ Rendimento (Responsáveis p/ domicilio particulares permanentes)</b>	<b>Valor do Rendimento (Nominal médio mensal salário mínimo)</b>	<b>Valor do Rendimento (Nominal mediano mensal salário mínimo)</b>
Norte	52.919	2,92	1,99
Sul	39.445	11,62	7,28
Leste	28.200	9,00	3,31
Oeste	41.994	2,92	1,65
<b>Natal</b>	<b>162.558</b>	<b>6,09</b>	<b>2,52</b>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000), SEMURB, Natal -2003.

Na tabela 03, observamos o rendimento médio das pessoas por domicílios particulares permanentes, com os dados estão ordenados por zonas administrativas, e corresponde a uma média por domicílios particulares permanentes. Diante de tais dados, podemos constatar que a zona sul concentra as pessoas de renda mais alta. Em média, a renda do domicílio gira em torno de um pouco mais de sete salários mínimos. A zona leste ocupa a segunda melhor renda com um pouco mais de três salários mínimos. A zona norte ocupa a quarta posição com quase dois salários mínimos em média. E a zona oeste a última colocação com um pouco mais de um salário mínimo e meio.

No entanto, há algumas particularidades presentes nos bairros que compõem as zonas administrativas. Como o maior rendimento<sup>20</sup> em Natal, no referido ano, está concentrado no bairro de Petrópolis, o rendimento mensal era de R\$ 3.336,16 e a média em salários mínimos de 22,09. A segunda posição também foi encontrada na zona leste. No bairro de Tirol, o rendimento de R\$ 3.266,70 e em salários mínimos de 21,63. Esta zona, porém, abriga um dos piores resultados em relação à renda que é o bairro de Mãe Luiza com a 34ª posição, com a renda de R\$ 310,34 e rendimento em salários mínimo de 2,05.

A zona sul abriga a terceira maior renda da cidade, que está no bairro de Capim Macio com R\$ 2.449,01 e em salário mínimo de 16,22. A menor renda desta zona está no bairro de Nova Descoberta com R\$ 1.073,16 e em salários mínimo de 7,11. A zona norte abriga em todos os seus bairros rendas menores do que R\$ 255,00, indicando um espaço marcado predominantemente por pessoas com baixos rendimentos. A maior renda da zona norte é verificada no bairro de Potengi com R\$ 579,99 e em salários mínimos de 3,84, ocupando a 20ª posição. A menor renda é encontrada no bairro de Salinas com R\$ 254,72 e em salário mínimo de 1,69, tal bairro ocupa a 35ª posição.

A zona oeste ocupa a terceira posição entre as zonas administrativas. Ao observamos o rendimento médio em seus bairros, constatamos que estão abaixo de R\$ 780,00. A maior renda é encontrada no bairro de Nossa Senhora de Nazaré, com R\$ 780,05 em salários mínimos de 5,16, e a menor renda no bairro de Guarapes com 245,76 em salários mínimos de 1,63, sendo este bairro com a menor renda de todo o município.

Natal, a cidade do turismo sol e mar, de belezas inconfundíveis, abriga um cenário marcado por uma extrema desigualdade de renda e oportunidades. Pelos

---

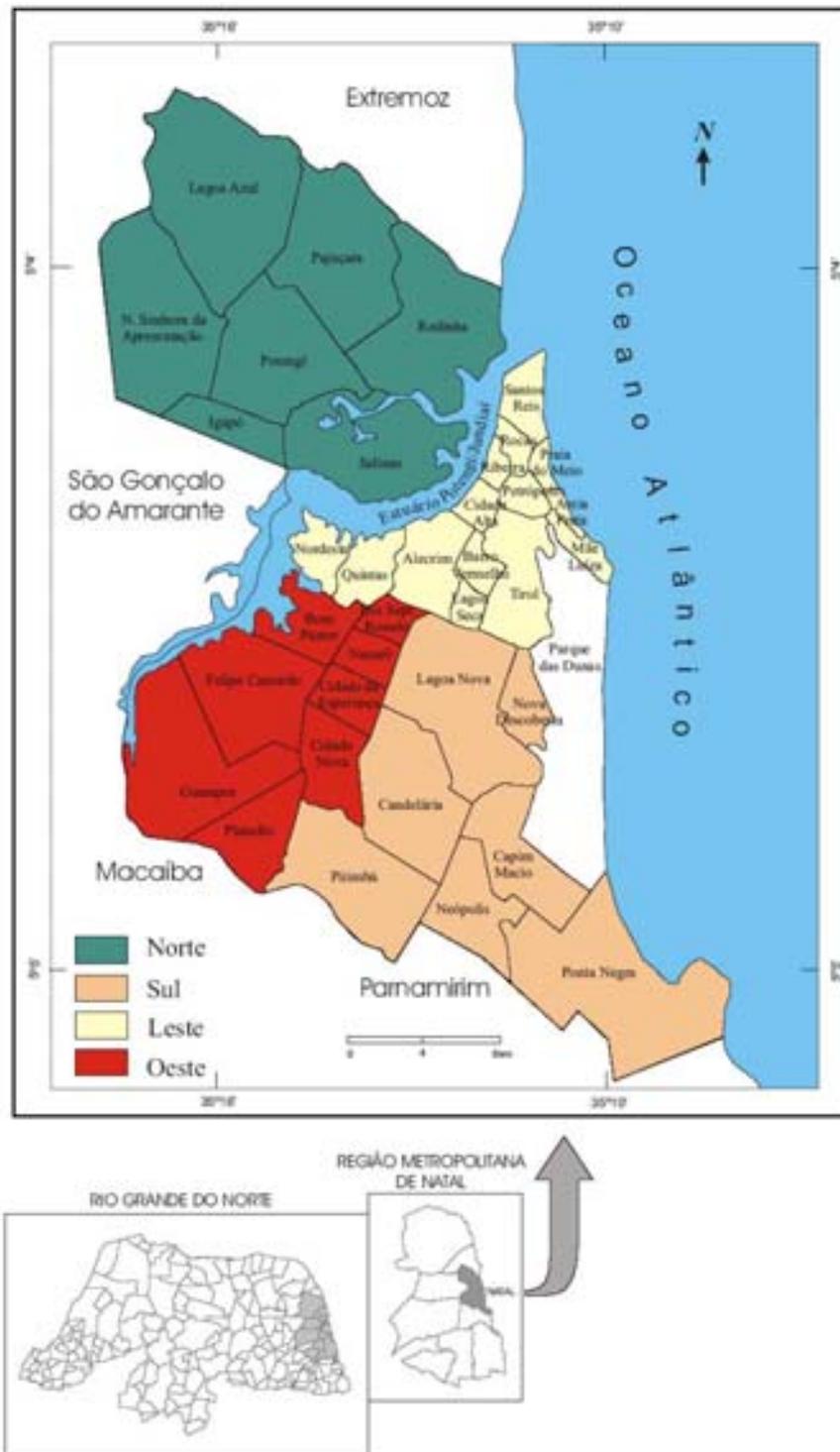
<sup>20</sup> Ver tabela em anexo

dados podemos verificar uma enorme divisão social entre as zonas administrativas, o que demonstra uma clara segregação social impulsionada pela renda. Esta concentração é, sem dúvida, o reflexo de uma formação social e histórica baseada numa pequena elite local, que por anos comandava a cidade. Esta nova configuração social da cidade reflete um pouco a história e seus problemas.

A cidade, como anteriormente colocamos, é cortada pelo Rio Potengi. Em uma de suas margens está concentrada a zona norte da cidade e na outra margem as zonas: leste, sul e oeste. Essa divisão é observada no Mapa 01, que mostra a espacialização da cidade, segundo seus bairros e limites municipais. Os limites municipais ocorrem com quatro municípios: São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz e Parnamirim.

As quatro zonas administrativas da cidade são formadas por 36 bairros. A distribuição dos bairros em cada zona administrativa é a seguinte. Zona Norte: Lagoa Azul, Pajuçara, Redinha, Nossa Senhora da Apresentação, Potengi, Igapó e Salinas. Zona Sul: Parque das Dunas, Neópolis, Nova Descoberta, Lagoa Nova, Capim Macio, Candelária, Ponta Negra e Pitimbu. Zona Oeste: Planalto, Guarapes, Cidade da Esperança, Cidade Nova, Felipe Camarão, Bom Pastor, Nazaré, Dix-Sept-Rosado, Nordeste e Quintas. Zona Leste: Alecrim, Barro Vermelho, Lagoa Seca, Cidade Alta, Petrópolis, Ribeira, Rocas, Praia do Meio, Areia Preta, Mãe Luiza e Santos Reis. Tal espacialização é observada no mapa 01.

**Mapa 01- Localização do município de Natal, segundo as zonas administrativas e sua inserção no contexto do Rio Grande do Norte e Região Metropolitana,2000.**



Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Adaptado por R. França, 2008.

### 3.2- Caracterização dos jovens: aspectos sócio-demográficos

A seguir, destacaremos alguns dados relativos às condições educacionais e demográficas da população jovem do município de Natal. Para tanto, construímos indicadores para tal análise em dois recortes espaciais. O primeiro corresponde à divisão por zonas administrativas e o segundo por Área de Expansão Demográfica (AED'S), que é um agrupamento de setores censitários do Censo 2000.

**Tabela 04: (RM/NATAL: 2000) População na faixa etária de 15 a 24 anos por zonas administrativas**

Zonas	Grupo Etário 15-24	%
Norte	51.194	34,07
Sul	35.222	23,44
Leste	22.939	15,27
Oeste	40.898	27,22
<b>Natal</b>	<b>150.253</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

A tabela 04 corresponde ao quantitativo de jovens, no ano 2000, distribuídos nas quatro zonas administrativas da cidade (norte, sul, leste e oeste), e o percentual destes em relação à população jovem total da cidade no referido ano. A cidade, no ano 2000, abrigava um contingente populacional de 712.317 habitantes em valores absolutos. Desse total, 150.253 correspondem a jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, o que percentualmente indica um percentual em torno de 21%.

O maior contingente de jovens está presente na zona norte da cidade com 51.194 jovens de 15 a 24 anos, o segundo maior número de jovens está localizado na zona oeste com 40.898, o terceiro maior número na zona sul com 35.222 e a zona leste tem o menor número de jovens com 22.939.

**Tabela 05 : (NATAL:2000) Divisão por Sexo, na faixa etária de 15 a 24 anos, segundo as zonas administrativas.**

Zonas	Homens	%	Mulheres	%
Norte	24.824	34,33	26.370	33,83
Sul	16.522	22,85	18.700	23,99
Leste	10.982	15,19	11.957	15,34
Oeste	19.981	27,63	20.917	26,84
<b>Natal</b>	<b>72.309</b>	<b>100,00</b>	<b>77.944</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

A tabela 05 corresponde à divisão por gênero da população de jovens de 15 a 24 anos, nas zonas administrativas de Natal. Ao compararmos percentualmente a divisão homens e mulheres podemos constatar que há uma relativa “igualdade” entre os gêneros; a diferença entre o número de homens e mulheres percentualmente fica em torno de 1%.

Natal, no total da divisão da população, por sexo, o número de mulheres é superior ao número de homens. Em 2000, a população jovem feminina do município tinha 5635 mulheres a mais do que homens. Como observado no indicador anterior, a zona norte tem o maior número de jovens, e, no que se refere à divisão por sexo, um maior número de mulheres. O menor contingente masculino e feminino encontra-se na zona leste, com o percentual em torno de 15% em ambos os sexos. A zona oeste tem o percentual de 27,63% de homens e 26,84% de mulheres. A zona sul tem um percentual maior de mulheres com 23,99% e 22,85% de homens.

**Tabela 06: (NATAL:2000) Cor ou Raça da população de 15 a 24 anos, segundo as zonas administrativas**

Zonas	Branca	%	Preta e Parda	%	Amarela e Indígena	%
Norte	21.342	31,01	29.319	36,78	163	29,26
Sul	20.844	30,28	14.061	17,64	160	28,73
Leste	11.013	16,00	11.748	14,74	98	17,59
Oeste	15.632	22,71	24.593	30,85	136	24,42
<b>Natal</b>	<b>68.831</b>	<b>100,00</b>	<b>79.721</b>	<b>100,00</b>	<b>557</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

A tabela 06, que indica a divisão da população jovem de Natal segundo a cor ou raça definida no questionário do Censo<sup>21</sup>, que correspondem as seguintes classificações: branca, preta e parda, amarela e indígena. No total, como indicado Natal tem uma população jovem em sua maioria que se declararam pretos ou pardos, totalizando 79.721. A população branca foi de 68.831 e amarela e indígena de 557.

Na divisão pelas zonas administrativas, no que concerne ao percentual de jovens brancos, a zona norte tem o maior percentual com 31,01%, seguida da zona sul com 30,28%. A população jovem e branca da zona oeste é de 22,71% e zona leste tem o menor percentual de jovens brancos com 16%.

No percentual de jovens pretos e pardos, a zona norte também tem o maior percentual com 36,78%. A zona oeste com o segundo maior percentual com 30,85% de jovens pretos e pardos. As duas zonas restantes possuem percentuais bem menores de jovens que se declararam pretos ou pardos com 17,64% na zona sul e 14,74% na zona leste.

A população amarela e indígena jovem é pequena; os maiores percentuais estão concentrados nas zonas norte e sul, que tiveram, respectivamente, 29,26% e 28,73 %, sendo percentuais bem próximos, dando certa equivalência nesta classificação. A zona oeste obteve um percentual de quase 25% da população jovem amarela e indígena. O menor percentual desta cor/raça foi observado na zona leste com quase 18% de jovens que se auto-declararam amarelos ou indígenas.

**Tabela 07: (NATAL:2000) Estado Civil da População de 15-24 anos, por zonas administrativas.**

Estado Civil	Casado(a)	Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	Divorciado(a)	Viúvo(a)	Solteiro	Total
<b>Norte</b>	5373 10,50%	130 0,25%	21 0,04%	31 0,06%	45638 89,15%	51193 100,00%
<b>Sul</b>	1798 5,10%	114 0,32%	31 0,09%	0 0,00%	33280 94,48%	35223 100,00%
<b>Leste</b>	1533 6,68%	50 0,22%	36 0,16%	11 0,05%	21309 92,89%	22939 100,00%
<b>Oeste</b>	3036 7,42%	29 0,07%	40 0,10%	56 0,14%	37737 92,27%	40898 100,00%
<b>Natal</b>	<b>11740</b> <b>7,81%</b>	<b>323</b> <b>0,21%</b>	<b>128</b> <b>0,09%</b>	<b>98</b> <b>0,07%</b>	<b>137964</b> <b>91,82%</b>	<b>150253</b> <b>100,00%</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

<sup>21</sup> A pergunta do questionário do Censo é a seguinte: "a sua cor ou raça é?", logo o respondente é quem se identifica segundo a raça/cor que se considera.

Na tabela 07, que corresponde ao Estado Civil da população jovem no município de Natal, foram elencados cinco indicadores: casado, desquitado ou separado judicialmente, divorciado, viúvo e solteiro. Em sua grande maioria, ou seja, 91,28% dos jovens da cidade possuem um estado civil de solteiros, esta tendência foi acompanhada em cada zona da cidade.

**Tabela 08: (NATAL:2000) Ocupações da população de 15 a 24 anos, segundo as zonas administrativas.**

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Norte</b>	<b>Sul</b>	<b>Leste</b>	<b>Oeste</b>	<b>Total</b>
Trab. doméstico c/ carteira de trabalho assinada	1.83	3.38	4.45	1.32	2.44
Trab. doméstico s/ carteira de trabalho assinada	6.51	9.54	7.32	7.56	7.62
Empregado com carteira de trabalho assinada	46.02	36.73	38.80	41.14	41.39
Empregado sem carteira de trabalho assinada	31.40	33.37	34.00	34.48	33.14
Empregador <sup>22</sup>	0.51	1.39	1.40	0.23	0.77
Conta-própria	10.47	9.89	10.74	12.73	11.03
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	1.32	3.13	2.09	0.97	1.75
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	1.84	2.57	1.20	1.57	1.83
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0.11	0.00	0.00	0.00	0.04
<b>Total</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

A tabela 09, que corresponde às ocupações ou modalidades de trabalho, na população jovem em Natal, e tendo como recorte de análise as quatro zonas administrativas.

Na modalidade, que corresponde ao trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, que indica que tais trabalhadores estão protegidos pela legislação trabalhista, observamos que em Natal apenas 2,44% de jovens. Ao verificarmos os percentuais em cada zona administrativa, é constatado que o maior percentual de jovens nesta modalidade de trabalho está na zona leste com 4,45%, seguido da zona sul com 3,38%, a zona norte com 1,83% e a zona oeste com o menor percentual de tais trabalhadores com 1,32%.

Quando a proteção trabalhista materializada pela obtenção de carteira de trabalho assinada deixa de existir os percentuais da modalidade anterior são acrescidos em Natal e por zonas administrativas. No Brasil, os encargos sociais não são legalmente cumpridos por todos empregadores, acarretando relações trabalhistas sem vínculo empregatício. Em muitos casos, o empregador poderá não

<sup>22</sup> Considera-se como empregador a pessoa que trabalhava explorando seu próprio empreendimento, com pelo menos, um empregado.

pagar o salário mínimo, o que acarreta em baixos salários, e sem nenhum resguardo legal que ampare este trabalhador, ainda mais: no caso do emprego de jovens, há uma cultura de total descumprimento das leis trabalhistas. Caso ocorra algum imprevisto (acidente de trabalho, doença), também existe outro agravante para esta faixa etária, que inclui jovens que ainda não obtiveram a maioridade legal e ainda não podem exercer trabalhos domésticos, por exemplo.

Na modalidade, empregado com carteira de trabalho assinada, o maior percentual de ocupação de jovens. Nesta condição de trabalho está presente na zona norte com 46,02%. A zona oeste obtém 41,14%, leste com 38,80% e sul com 36,73%.

Em relação ao percentual de jovens empregado sem carteira de trabalho assinada, ou seja, sem nenhuma proteção trabalhista, constatamos que Natal obtém um percentual total de 33,14%. Os maiores percentuais estão presentes nas zonas leste e oeste, com percentuais em torno de 34%, havendo um pequeno acréscimo na zona oeste. A zona sul obtém 33,37% e a zona norte com 31,40%.

Na modalidade de trabalhadores por conta-própria ou chamados trabalhadores autônomos, em Natal observamos que 11,03% de seus jovens estão inseridos no mercado de trabalho nesta modalidade. O maior percentual de jovens autônomos está na zona oeste da cidade com 12,73%. As zonas leste e norte, ambas obtiveram percentuais acima de 10%. A zona sul detém o menor percentual de jovens trabalhando por conta-própria 9,89%.

No que concerne aos jovens na condição de aprendizes ou estagiários, é constatado que apenas 1,75% do total de jovens estão nesta condição. O maior percentual de jovens em tal modalidade é verificado na zona sul com 3,13%. A zona leste obtém o segundo maior percentual com 2,09%, a zona norte com 1,32% e a zona oeste obteve um percentual abaixo de 1%.

Na modalidade trabalho não remunerado,<sup>23</sup> em ajuda a membro do domicílio, Natal obteve um percentual de 1,83%. Com exceção da zona sul que obteve um percentual de 2,57%, as demais áreas obtiveram percentuais abaixo de 2%.

Na modalidade trabalhador para o próprio consumo, que indica ocupações voltadas para o campo da agricultura, ou seja, o trabalhador que mantém alguma

---

<sup>23</sup> Segundo o IBGE, o trabalho sem remuneração compreende a ocupação sem remuneração na produção de bens ou serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora por semana: em ajuda a membro do domicílio, que tenha trabalho como conta-própria ou empregador, em ajuda a membro do domicílio que tenha trabalho como empregado na produção de bens primários, como aprendiz ou estagiário.

forma de economia que é absorvida por ele próprio. Em todas as zonas da cidade, os percentuais foram de 0%, com exceção da zona norte, com exatos 0,11%, este percentual indica que tal área mantém ainda ocupações agrícolas, que pode ser justificada por uma pequena área agrícola no bairro de Lagoa Azul, denominada Gramorezinho, onde seus moradores cultivam hortaliças, tais como: alface e coentro, que abastecem também as feiras-livres da cidade, além de cultivo de plantas medicinais.

### 3.3 - Caracterização dos jovens: Condições Educacionais

Como anteriormente exposto neste trabalho, acreditamos que baixos níveis educacionais estão intrinsecamente ligados a condições de vulnerabilidade social. Sendo assim, iremos observar alguns indicadores educacionais no município. O recorte será dado pela juventude e os dados apresentados em dois níveis de agregação: um por zonas administrativas e outro por Áreas de Expansão Demográfica (AED'S) do Censo 2000.

**Tabela 09: (NATAL: 2000) Percentual da população de 15 a 24 anos analfabeta e analfabeta funcional**

Zonas	Sem instrução ou menos de 1 ano	%	Até 4 anos de estudo	%
Norte	1.580	40,52	10.546	39,68
Sul	433	11,11	2.570	9,67
Leste	503	12,90	3.361	12,65
Oeste	1.383	35,47	10.100	38,00
<b>Natal</b>	<b>3.899</b>	<b>100,00</b>	<b>26.577</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal .

A tabela 09 corresponde ao percentual de jovens analfabetos e analfabetos funcionais. O total de jovens sem instrução ou com menos de um ano de estudo em Natal, no ano 2000, corresponde a 3.899 pessoas; deste total, 1.580 jovens residem na zona norte, o que corresponde a 40,52 % do valor total, um valor expressivo de jovens nesta condição, o que implica uma série de conseqüências negativas,

principalmente no que tange à obtenção de postos de trabalho qualificados. A zona oeste abriga, em números absolutos, 1.383 jovens sem instrução ou analfabetos o que corresponde a 35,47%. Estas duas zonas administrativas contemplam ambas o dobro de jovens nesta condição educacional em relação às duas outras zonas administrativas.

O indicador de jovens de 15 a 24 anos com até 4 anos de estudo, que compreende aos jovens analfabetos funcionais<sup>24</sup>, se comparado ao indicador anterior (sem instrução ou até um ano de estudos), podemos constatar em Natal um total de 26.577 jovens na condição de analfabetos funcionais. Ao analisarmos estes números, por zonas, norte e oeste estão num patamar elevado de jovens analfabetos funcionais, com 39,68% e 38% respectivamente. A zona sul tem menos de 10% de jovens nesta condição de baixo nível educacional, e a zona leste ultrapassa os 12% de jovens na mesma condição educacional.

**Tabela 10: (NATAL: 2000) Percentual de Jovens de 15 a 24 anos fora da escola**

Zonas	Percentual de Jovens de 15 a 24 anos fora da escola
Norte	49,35%
Sul	30,37%
Leste	39,40%
Oeste	49,83%
<b>Natal</b>	<b>43,51%</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

Na tabela 10, que corresponde ao percentual de jovens, que estão fora da escola, observamos que o percentual atinge um valor um pouco acima de 43%, que é um dado preocupante, pois indica que um elevado número de jovens está vivenciando uma situação de abandono escolar; isto pode indicar algumas causas para tal situação, que podem perpassar questões individuais, familiares, econômicas e sociais, entre outras. É preocupante, pois é indicativo de uma situação de vulnerabilidade social.

A zona norte de Natal, no referido ano, obtém um percentual de quase 50% de seus jovens fora da escola; essa condição pode ser a resultante do pouco

<sup>24</sup> Segundo o Censo- IBGE, 2000 analfabetos funcionais são aquelas pessoas que sabem ler e escrever um bilhete simples.

investimento nesta área da cidade, principalmente em Educação. As escolas de ensino médio nesta região são precárias e defasadas<sup>25</sup>; é interessante ressaltar que as escolas públicas de melhor qualidade na cidade estão concentradas nas zonas leste e sul. Além deste problema relacionado a infra-estrutura de escolas de qualidade, ainda há um crescente percentual de criminalidade, principalmente entre a população jovem.

No mesmo patamar, a zona oeste obtém o maior percentual de jovens fora da escola com exatos 49,83%, esta área da cidade, tem dificuldades de infra-estrutura similares às encontradas na zona norte. O problema da violência urbana na zona oeste é um dos maiores obstáculos enfrentados pela população jovem. Diariamente os noticiários locais relatam crimes relacionados com jovens, principalmente em relação ao tráfico de drogas.

A zona leste ocupa o terceiro maior percentual de jovens fora da escola com um pouco menos de 40%. Em alguns bairros desta zona há um elevado percentual de criminalidade (Mãe Luiza é um dos expoentes, apesar do bairro ser umas das áreas da cidade com maiores realizações de trabalhos comunitários, em sua maioria dirigidos pela Igreja e Organizações não-governamentais (ONG'S)), é interessante ressaltar que esta área possui escolas públicas com um histórico de qualidade no ensino, leiam-se Atheneu Norteriograndense, Anísio Teixeira (localizadas em Petrópolis) e Wiston Churchil (Cidade Alta).

A zona sul obtém o melhor percentual entre as demais zonas, com 30,37%, mas ainda consideramos um elevado percentual; nesta área está situado o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RN) e uma escola pública que mantém uma pareceria com tal instituição. A Escola Estadual Desembargador Floriano Cavalcanti (Lagoa Nova), que é reconhecida por prestar um ensino de boa qualidade.

---

<sup>25</sup> No ano 2007 o CEFET- RN inaugura uma sede na zona Norte de Natal, no bairro Potengi em um dos seus conjuntos habitacionais (Santa Catarina), contando com cursos técnicos voltados a Educação de Jovens e Adultos, o papel do CEFET-RN, nesta área é de aumentar o nível de ensino da população local. Além de ofertar cursos técnicos voltados para o mercado de trabalho.

**Tabela 11: (NATAL: 2000) Características educacionais da população por zonas administrativas**

Zonas	Taxa bruta de freqüência ao ensino médio, 2000 <sup>1</sup>	Taxa bruta de freqüência ao ensino superior, 2000 <sup>2</sup>	% 18 a 22 anos que freqüentam curso superior, 2000 <sup>3</sup>
Norte	80,41	7,57	2,77
Sul	111,48	69,35	32,22
Leste	98,90	39,03	18,07
Oeste	81,94	9,43	4,28
<b>Natal</b>	<b>90,63</b>	<b>27,71</b>	<b>12,59</b>

Nota (1): Razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o ensino médio e a população de 15 a 17 anos. Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

Nota (2): Razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o ensino superior e a população de 18 a 22 anos.

Nota (3): Percentual de jovens entre 18 e 22 anos que estão freqüentando curso universitário.

A tabela 11, indica as características educacionais da população em relação, a três indicadores: taxa bruta de freqüência ao ensino médio, taxa bruta de freqüência ao ensino superior e percentual de pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior.

No indicador taxa bruta de freqüência ao ensino médio, que corresponde à razão entre todas as pessoas que estão nessa modalidade de ensino e as pessoas entre 15 e 17 anos, este corte etário corresponde à idade, a qual, em condições regulares de ensino as pessoas devam estar cursando ou no término do ensino médio. Logo, quanto maior a taxa, maior o número de jovens freqüentando a escola em idade e série regular. A menor taxa de jovens no ensino médio está na zona norte de Natal com 80,41, seguida da zona oeste com 81,94. As zonas sul e leste são as zonas com melhores taxas, 111,48 e 98,90 respectivamente. A taxa total de jovens no ensino médio no município de Natal foi de 90,63.

No indicador taxa bruta de freqüência ao ensino superior que corresponde à razão entre todas as pessoas do município e às pessoas na faixa etária de 18 a 22 anos, segundo os parâmetros educacionais brasileiro, as pessoas nessa faixa etária deveriam estar freqüentando o ensino superior ou na conclusão de algum curso desta natureza. Neste indicador nenhuma zona administrativa da cidade obteve uma taxa igual ou superior a 70. Não esqueçamos de que, no Brasil, o ensino superior ainda é restrito a uma camada bastante elitizada. A zona norte obteve a menor taxa de freqüência ao ensino superior 7,57, o que reflete no indicador anterior, onde esta zona também obteve a menor taxa de freqüência ao ensino médio, já que o ensino médio é uma etapa, que deve ser concluída para ingresso no ensino superior. A

zona oeste é a segunda com menor taxa de freqüência ao ensino superior com 9,43 de jovens que freqüentam tal modalidade de ensino. As taxas das zonas sul e leste são consideravelmente superiores as das duas outras zonas. A zona leste obteve a taxa de 39,03 e a zona sul com 69,35, que comprova a razão de proporcionalidade entre uma maior taxa de freqüência ao ensino médio e conseqüente acesso ao ensino superior.

No indicador seguinte, que corresponde ao percentual de jovens de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior, podemos constatar que menos de 13% de jovens nesta faixa etária no município de Natal, estão freqüentando algum curso superior no referido ano. Ao recortamos este indicador pelas zonas administrativas o maior percentual será da zona sul com 32,22%. A zona leste obteve um percentual de 18,07% e as zonas norte e oeste com percentuais abaixo de 5% da população de jovens na faixa etária referida no ensino superior. A zona norte de Natal obtém o percentual de 2,77% e zona oeste com 4,28%.

A partir dos indicadores acima citados, podemos observar um grande desnível educacional entre as quatro zonas administrativas do município de Natal. A zona sul da cidade contempla os melhores resultados, as zonas norte e oeste, no entanto, abrigam os piores resultados. A discrepância entre as zonas administrativas é acentuada, principalmente no nível superior de ensino, onde, menos de 5% dos jovens destas duas zonas, estão freqüentando a modalidade de ensino acima referida. A zona leste fica num patamar mediado entre a zona sul, apesar de obter resultados bem melhores que as zonas norte e oeste.

**Tabela 12: (NATAL:2000) Nível Educacional da população de 18 a 24 anos de idade**

Zonas	% 18 a 24 anos analfabetas	% 18 a 24 anos c/ menos de 4 anos de estudo	% 18 a 24 anos c/ menos de 8 anos de estudo	% 18 a 24 anos c/ 12 anos ou mais de estudo	% 18 a 24 anos no curso superior
Norte	5,43	12,85	46,50	1,70	2,79
Sul	1,89	4,46	16,73	25,29	30,27
Leste	4,30	8,83	31,78	14,64	16,80
Oeste	6,59	14,44	47,91	2,71	3,72
<b>Natal</b>	<b>4,73</b>	<b>10,67</b>	<b>37,53</b>	<b>9,58</b>	<b>11,74</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

Ao recortarmos dentro da população jovem, que em discussão prévia colocamos nosso posicionamento a respeito de que consideramos juventude, temos um grupo etário de 18 a 24 anos, que teoricamente seria o grupo apto a adentrar no mercado de trabalho, pois está inserido na população economicamente ativa, e, que supostamente teria concluído o ensino médio ou está cursando ou concluindo algum curso de nível superior.

A tabela 12 nos mostra uma visão mais detalhada acerca do nível educacional desta população jovem no município de Natal, dada por este corte demográfico. No indicador percentual de jovens de 18 a 24 anos analfabetos, verificamos que a zona oeste possui o maior percentual na faixa etária citada, com o percentual de 6,59%. A zona norte com 5,43% e a zona leste com 4,30%. O menor percentual está na zona sul com menos de 2%.

No indicador que corresponde ao percentual de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, numa situação de analfabetismo funcional, o maior percentual de jovens na condição educacional citada está concentrado na zona oeste com 14,44%, seguido da zona norte com 12,85%. As zonas sul e leste possuem os menores percentuais. A zona sul com 4,46% e a zona leste com 8,83%.

No indicador pessoas de 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo, que indica um percentual de jovens que não completaram o ensino fundamental (antigo primeiro grau), os percentuais aumentam em todas as zonas administrativas da cidade. É interessante observar que neste recorte etário Natal tem um percentual de 37,53% de jovens que não completaram o ensino fundamental. A zona oeste também, neste indicador, contempla o maior percentual de jovens com menos de oito anos de estudo com 47,91% . A zona leste que nos indicadores anteriores tinha

percentuais menores que 10%, neste indicador há um acréscimo significativo 31,78%. A zona sul continua mantendo um percentual abaixo das demais zonas, neste indicador seu percentual foi de 16,73% de jovens com menos de oito anos de estudo, indicando bons resultados em relação às demais zonas administrativas.

No percentual de jovens de 18 a 24 anos com doze ou mais anos de estudo, que corresponde ao término do ensino médio (antigo segundo grau), e, possivelmente, o início no ensino superior, é interessante fazermos uma leitura dos dados em relação ao indicador anterior, onde os níveis de jovens com menos de oito anos de estudo eram elevados, o percentual irá cair, sendo lógica a relação entre a conclusão do ensino fundamental para ter acesso ao ensino médio, segundo os padrões educacionais vigente.

A zona sul, logo, terá o maior percentual de jovens de 18 a 24 anos com mais de doze anos de estudo, com 25,29%. A zona norte obteve o menor com o percentual de 1,70% de jovens com mais de doze anos de estudo, o que nos remete a inferirmos que existe neste espaço urbano um elevado percentual de jovens que não concluíram o ensino médio. A zona oeste é também um espaço com um percentual baixo de jovens com mais de doze anos de estudo, apenas 2,71% tem mais de doze anos de estudo. A zona leste obteve um percentual de 14,64% de jovens no referido nível educacional.

No percentual de jovens de 18 a 24 anos no curso superior, novamente a zona sul obtém um elevado percentual em relação às demais zonas administrativas. Esta zona tem 30,27% dos jovens no curso superior, o que seria uma tendência, haja vista o percentual de jovens com mais de doze anos de estudo, conforme o indicador anterior apontou. O menor percentual de jovens nesta modalidade de ensino está na zona norte, com 2,79% . A zona oeste ocupa uma posição um pouco melhor do que a zona norte, no entanto, também tem um percentual baixo com 3,72%. A zona leste mantém resultados medianos, em relação à zona sul e superiores as zonas norte e oeste, neste indicador a mesma obteve 16,80% de jovens no curso superior.

**Tabela 13: (NATAL:2000) Percentual de Jovens de 15 a 17 anos fora da escola**

Zonas	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola
Norte	16,98
Sul	6,82
Leste	11,39
Oeste	19,06
Natal	14,41

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

Ao recortarmos o grupo etário da juventude, na faixa etária de 15 a 17 anos, que compreende aos jovens que em condições adequadas sociais e educacionais deveriam freqüentar a escola preferencialmente no ensino médio, verificamos que em Natal 14,41% de jovens nesta faixa etária estão fora da escola, que é um percentual expressivo, em conseqüente situação de risco.

A tabela 13 indica o percentual de jovens de 15 a 17 anos fora da escola, no ano 2000. O maior percentual de jovens fora da escola está na zona oeste da cidade com 19,06%. A zona norte detém a segunda posição deste indicador com 16,98%. A zona leste obtém um percentual de 11,39% de jovens fora do espaço escolar. E a zona sul tem o menor percentual com 6,82%. É interessante ressaltar que esta situação de jovens fora da escola é um indicador preocupante, pois, se estes jovens não estão freqüentando a escola, podem estar em outros espaços que possibilitam uma socialização marginal e negativa para sua formação, ou mesmo no mercado informal para suprir carências físicas suas ou de seus familiares.

Outro ponto que queremos ressaltar é que a escola sim é importante para a formação dos jovens; no entanto, esta instituição não é de todo culpada pela crescente situação de risco social vivenciada pelos jovens. Outras instituições, principalmente a família, certamente exerce uma grande influência perante os jovens para que estes possam participar ativamente da vida em sociedade, quebrando a situação de risco social.

**Tabela 14: (NATAL: 2000) Taxa de Analfabetismo por faixa etária**

Zonas	Percentual de Jovens de 15 a 17 anos analfabetos, 2000	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, 2000
Norte	3,83	12,42
Sul	1,15	4,02
Leste	1,23	8,74
Oeste	4,49	16,02
<b>Natal</b>	<b>3,02</b>	<b>10,72</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

A tabela 14, que corresponde à taxa de analfabetismo por faixa etária, o recorte foi realizado por duas faixas etárias: de 15 a 17 anos e pessoas de 15 anos ou mais. No indicador percentual de jovens de 15 a 17 anos analfabetos, podemos constatar que os percentuais em todas as zonas administrativas estão abaixo de 5%. A zona oeste é quem está mais próximo do percentual citado, com 4,49% de jovens analfabetos. A zona norte, com um percentual um pouco menor, mas, não menos expressivo, de 3,83%. As zonas sul e leste têm percentuais menores que 2%. No total de jovens de 15 a 17 anos analfabetos, em Natal obtemos o percentual de 3,02%.

Ao ampliarmos a faixa etária do indicador citado para as pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, os percentuais aumentam em todas as zonas da cidade. O maior percentual continua na zona oeste com 16,02%. A zona norte com 12,42% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas. A zona leste com 8,74% e a zona sul com o menor percentual de jovens na condição educacional citada com 4,02%. Neste indicador, o percentual de jovens de 15 anos ou mais analfabetos no município de Natal foi de 10,72%. Este percentual é importante para indicar uma série de conseqüências advindas do baixo nível educacional desta população, principalmente no que tange ao ingresso no mercado de trabalho formal.

Para uma visão intraurbana da situação educacional da juventude de Natal, optamos pela análise, segundo as Áreas de Expansão Demográfica (AED's), pois em Natal, muitas AED's coincidem com a divisão administrativa dos bairros e isto, nos possibilitou trabalhar com os dados do questionário amostral do Censo do IBGE e agruparmos as AED's por zonas administrativas aproximando-nos da divisão administrativa da Prefeitura Municipal de Natal (zonas e bairros).

No total, o município abriga 21 AED's que estão distribuídas entre as quatro zonas administrativas. Sendo assim, a distribuição é a seguinte: zona norte (cinco

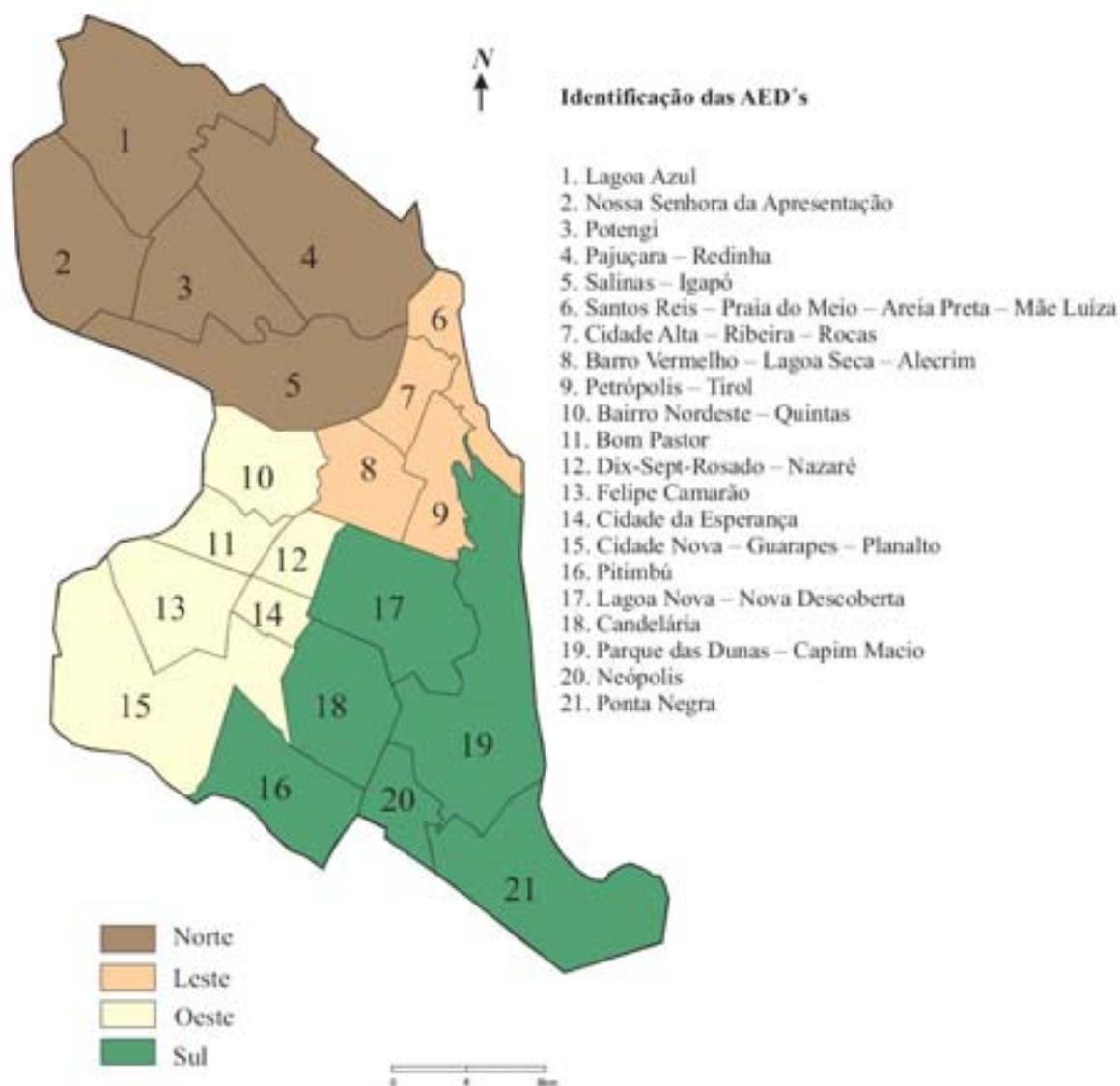
AED's) - Potengi, Salinas/Igapó, Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul, Pajuçara/Redinha. Zona sul (seis AED's) Lagoa Nova/Nova Descoberta, Parque das Dunas/Capim Macio, Ponta Negra, Candelaria, Pitimbu, Neópolis. Zona leste (quatro AED's) Cidade Alta/Ribeira/Rocas, Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luisa, Petrópolis/Tirol, Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim e Zona Oeste (seis), Cidade da Esperança, Cidade Nova/Guarapes/Planalto, Felipe Camarão, Bom Pastor, Nordeste/Quintas, Dix-sept-Rosado/Nazaré. O mapa 02 demonstra a espacialização das AED's e a divisão por zonas administrativas.

Como no item anterior, analisamos os indicadores educacionais, segundo as zonas administrativas. Neste item, analisaremos os indicadores anteriores,<sup>26</sup> partindo das AED's, o que nos possibilita uma visão mais aprofundada dos indicadores em cada zona administrativa do município de Natal.

---

<sup>26</sup> Nesta parte do trabalho, somente analisaremos os dados relacionados às condições educacionais.

**Mapa 02- Espacialização das AED's e seu agrupamento segundo as Zonas Administrativas de Natal, 2000.**



Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Núcleo RMNatal, 2008. Adaptado por R. França.

**Tabela 15: (NATAL:2000) Características da população segundo o nível de ensino e a AED na qual residem**

AED's	Taxa bruta de frequência ao ensino médio <sup>1</sup>	Taxa bruta de frequência ao ensino superior <sup>2</sup>	% 18 a 22 anos que freqüentam curso superior <sup>3</sup>
Potengi	112,57	15,47	6,92
Salinas/Igapó	77,74	4,76	1,43
Nossa Senhora da Apresentação	62,89	5,99	1,38
Lagoa Azul	73,61	2,32	0,70
Pajuçara/Redinha	67,00	5,81	1,70
Lagoa Nova/Nova Descoberta	110,36	72,96	36,48
Parque Das Dunas/Capim Macio	104,80	109,39	47,77
Ponta Negra	96,36	60,76	26,31
Neópolis	121,97	46,55	20,02
Pitimbu	124,33	51,03	22,71
Candelária	109,23	77,36	38,32
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	97,71	23,72	8,73
S. Reis/P. do Meio/A. Preta-Mãe Luiza	65,26	14,15	4,25
Petrópolis/Tirol	104,25	100,82	54,29
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	122,91	34,09	14,84
Cidade da Esperança	116,74	22,98	7,55
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	65,32	2,35	1,06
Felipe Camarão	59,78	2,81	1,91
Bom Pastor	80,32	4,73	1,41
B. Nordeste/Quintas	86,57	10,14	4,37
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	108,55	20,74	10,70
<b>Natal</b>	<b>90,63</b>	<b>27,71</b>	<b>12,59</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

Nota (1): Razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o ensino médio e a população de 15 a 17 anos.

Nota (2): Razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o ensino superior e a população de 18 a 22 anos

Nota (3): Percentual de jovens entre 18 e 22 anos que estão freqüentando curso universitário

A tabela 15 nos mostra três indicadores acerca do nível educacional da população de Natal, taxa bruta de frequência ao ensino médio, taxa bruta de frequência ao ensino superior e o percentual de jovens de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior. Se, na análise por zonas os resultados indicavam uma homogeneização dos dados em cada zona administrativa distinta, aqui temos, dentro de cada uma das zonas, os espaços que se diferenciam.

No indicador taxa bruta de frequência ao ensino médio, oito AED's alcançaram taxas acima de 100 (Potengi, Lagoa Nova/Nova Descoberta, Parque das Dunas/Capim Macio, Neópolis, Pitimbú, Candelária, Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim, Cidade da Esperança, Dix-Sept-Rosado/Nazaré), sendo assim, todas as zonas administrativas foram contempladas com taxas superiores a 100.

O interessante deste indicador que iremos ressaltar é a área do Potengi, localizada na zona norte, mas que ultrapassa a taxa em relação a outros bairros com condições sócio-econômicas superiores e com uma infra-estrutura adequada bairros da elite local. A taxa desta AED foi de 112,57, ocupando a quarta melhor taxa bruta de freqüência ao ensino médio.

Entre a taxa bruta de freqüência ao ensino médio entre 80 e 100, verificamos que quatro AED's estão incluídas, na referida faixa (Ponta Negra, Cidade Alta/Ribeira/Rocas, Bom Pastor, Nordeste/Quintas).

No indicador taxa bruta de freqüência ao ensino superior, as taxas decrescem em todas as AED's, com exceção da AED Capim Macio/Parque das Dunas. Esta AED conjuntamente com a AED Petrópolis/Tirol, são as únicas com taxa de freqüência ao ensino superior maiores que 100. Nas demais, as taxas estão abaixo de 78. No conjunto de AED's da zona norte, apenas Potengi obteve uma taxa superior a 15; nas demais, as taxas são menores que 6. Com taxas inferiores a 5, encontram-se três AED's da zona oeste: Cidade Nova/Guarapes/Planalto, Felipe Camarão e Bom Pastor. Entre as taxas superiores a 50 e inferiores a 78, podemos identificar as seguintes AED's: Lagoa Nova/Nova Descoberta, Ponta Negra, Pitimbu e Candelária.

No indicador percentual de jovens de 18 a 22 anos que freqüenta curso superior, uma única AED é destacada das demais com percentual acima de 50% Petrópolis/Tirol (54,29%). Novamente nas AED's correspondentes à zona norte de Natal, apenas a AED Potengi obteve percentual em torno de 7%; as demais obtiveram percentuais abaixo de 2%, com destaque para AED Lagoa Azul, com percentual de 0,70%, sendo a referida área com menor percentual de jovens freqüentando curso superior da cidade de Natal. Outras AED's, localizadas na zona oeste também obtiveram percentuais abaixo de 2%, Cidade Nova/Guarapes/Planalto, Bom Pastor e Felipe Camarão. A área Nordeste/Quintas obteve 4,37%, o destaque dentre as AED's da zona oeste foi Pitimbu com 22,71%.

Entre os resultados de 36% a 38%, apenas duas AED's estão entre estes percentuais, Candelária e Lagoa Nova/Nova Descoberta. É interessante destacarmos que, em Natal, o percentual de jovens no referido ano que freqüentava curso superior na faixa etária de 18 a 22 anos, era bastante restrito, notadamente os espaços, onde os percentuais mostraram melhores resultados, são os espaços da cidade com melhores condições sociais.

**Tabela16: (NATAL: 2000) Percentual de Jovens de 15 a 24 anos fora da escola**

<b>AED's</b>	<b>% de Jovens de 15 a 24 anos fora da escola</b>
Potengi	40,78
Salinas/Igapó	49,75
Nossa Senhora da Apresentação	56,54
Lagoa Azul	49,48
Pajuçara/Redinha	52,16
Lagoa Nova/Nova Descoberta	29,46
Parque das Dunas/Capim Macio	22,20
Ponta Negra	37,98
Neópolis	34,75
Candelária	27,11
Pitimbu	30,36
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	43,26
S. Reis/P. do Meio/A. Preta-Mãe Luíza	49,79
Petrópolis/Tirol	23,51
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	37,39
Cidade da Esperança	41,16
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	55,09
Felipe Camarão	57,19
Bom Pastor	44,55
Nordeste/Quintas	49,63
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	41,89
<b>Natal</b>	<b>43,51</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

Na tabela 16 que corresponde ao percentual de jovens por AED's fora da escola, destacamos que quatro áreas obtiveram percentuais acima de 50%. Dentre estas áreas, duas estão localizadas nos bairros de Nossa Senhora da Apresentação com 56,54% e Pajuçara/Redinha com 52,16%. E as outras duas áreas estão localizadas nos bairros de Felipe Camarão com 57,19% e Cidade Nova/Guarapes/Planalto com 55,09%.

O menor percentual está no Potengi com 40,78%, Lagoa Azul e Salinas/Igapó obtiveram percentuais acima de 49%. Ponta Negra e Neópolis tem percentuais de 37,88% e 34,75%, respectivamente. O menor percentual de jovens fora da escola, está no Parque das Dunas/Capim Macio com 22,20%. Os percentuais das áreas de Lagoa Nova/Nova Descoberta e Candelária correspondem respectivamente a 29,46% e 27,11%.

Os maiores percentuais de jovens fora da escola, está concentrado em Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luiza com 49,79%, quase 50% do total

de jovens. Cidade Alta/Ribeira/Rocas com 43,26% e o menor percentual das páreas da zona leste está em Petrópolis/Tirol 23,51%. Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim apresenta um percentual de 37,39.

A zona oeste da cidade abriga a área com o maior percentual de jovens fora de escola, que corresponde a Felipe Camarão com 57,19%. Cidade Nova/Guarapes/Planalto obteve o percentual de 55,09%. Nas demais áreas os percentuais ultrapassam 41%, com exceção de Pitimbú com exatos 30,36%. Este conjunto de áreas com elevados percentuais de jovens fora da escola corrobora com os elevados índices de criminalidade destas áreas.

**Tabela17: (NATAL:2000) Percentual de Jovens de 15 a 17 anos fora da escola**

<b>AED's</b>	<b>% de Jovens de 15 a 17 anos fora da escola</b>
Potengi	9,79
Salinas/Igapó	18,09
Nossa Senhora da Apresentação	24,74
Lagoa Azul	18,82
Pajuçara/Redinha	15,43
Lagoa Nova/Nova Descoberta	7,47
Parque Das Dunas/Capim Macio	2,76
Ponta Negra	13,73
Neópolis	5,74
Candelária	3,91
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	14,01
S. Reis/P. do Meio/Areia Preta-Mãe Luíza	19,06
Petrópolis/Tirol	3,78
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	7,54
Cidade da Esperança	12,56
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	27,07
Felipe Camarão	24,06
Bom Pastor	12,13
Nordeste/Quintas	17,07
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	12,68
Pitimbu	6,51
<b>Natal</b>	<b>14,41</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

A tabela 17 corresponde ao percentual de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. No total de jovens nesta condição, Natal tem um percentual de 14,41%, o que indica um percentual elevado de jovens que não freqüentam a escola na referida faixa etária. Os percentuais mais elevados estão em três AED's da cidade, uma na zona norte e duas na zona oeste. Cidade Nova/Guarapes/Planalto foi a AED com maior percentual 27,07%, Nossa Senhora da Apresentação com 24,74% e Felipe Camarão com 24,06%.

Apenas três AED's obtiveram percentuais que apontam para um baixo número de jovens ali residentes que estão fora da escola (Parque das Dunas/Capim Macio, Candelária e Petrópolis/Tirol). Seus percentuais estão abaixo de 4%, com destaque para a AED Parque das Dunas/Capim Macio com 2,76%. Cinco AED's estão entre os percentuais de 5% a 10% (Potengi, Lagoa Nova/Nova Descoberta, Neópolis, Pitimbu, Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim).

E, entre o percentual de 10% a 20%, estão compreendidas 10 AED's (Salinas/Igapó, Lagoa Azul, Pajuçara/Redinha, Ponta Negra, Cidade Alta/Ribeira/Rocas, Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luísa, Cidade da Esperança, Bom Pastor, Nordeste/Quintas, Dix-Sept-Rosado/Nazaré) o que demonstra um peso relativamente alto na cidade de jovens fora da escola, distribuídos no espaço urbano da cidade; logo, este grave problema não está restrito apenas a espaços urbanos segregados da cidade, embora que as duas zonas da cidade com maior deficiência física quanto social, norte e oeste, tenham os maiores percentuais de jovens numa condição desfavorável educacionalmente e socialmente, mas, estende-se para além das áreas sociais com baixo nível sócio-econômico.

**Tabela 18: (NATAL:2000) Taxa de Analfabetismo dos Jovens por faixa etária, AED's**

<b>AED's</b>	<b>% de Jovens de 15 a 17 anos analfabetas</b>	<b>% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas</b>
Potengi	1,80	7,50
Salinas/Igapó	4,51	13,19
Nossa Senhora da Apresentação	6,29	15,90
Lagoa Azul	4,43	15,51
Pajuçara/Redinha	2,81	11,28
Lagoa Nova/Nova Descoberta	0,91	5,21
Parque das Dunas/Capim Macio	0,72	1,21
Ponta Negra	1,51	7,17
Neópolis	1,69	3,68
Pitimbu	2,01	2,32
Candelária	0,00	2,77
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	0,92	12,84
S. Reis/P. do Meio/A. Preta-MãeLuíza	2,63	14,97
Petropolis/Tirol	1,04	1,90
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	0,38	6,65
Cidade da Esperança	1,94	9,07
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	6,16	20,45
Felipe Camarão	5,27	20,82
Bom Pastor	2,81	17,50
Nordeste/Quintas	7,23	13,93
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	0,54	11,69
<b>Natal</b>	<b>3,01</b>	<b>10,72</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

Na tabela 18, que indica a taxa de analfabetismo por faixas etárias, o indicador foi dividido em duas faixas etárias jovens de 15 a 17 anos e 15 anos e mais. No primeiro recorte etário 15 a 17 anos analfabetos, podemos constatar que seis AED's obtiveram percentuais abaixo de 1%, e uma AED (Candelária) apresentou um percentual de 0% de jovens analfabetos. Dentre estas AED's, nenhuma está localizada na zona norte de Natal.

O maior percentual de jovens na faixa etária citada, está na AED Nordeste/Quintas com 7,23%, seguida da AED Nossa Senhora da Apresentação com 6,29%. No percentual acima de 1% e abaixo de 3%, podemos observar que nove AED's estão entre estes percentuais. As AED's restante apresentaram percentuais acima de 4% e abaixo de 8%.

No indicador percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, constatamos uma elevação em todas as AED's, que é dada pela ampliação na faixa etária. Neste indicador está 10,72% de analfabetos. Esse indicador aponta duas AED's com elevado percentual de pessoas analfabetas: Cidade Nova/Guarapes/Planalto e Felipe Camarão, que obtiveram 20,45% e 20,82% respectivamente.

Na faixa percentual acima de 10% e abaixo de 20%, estão nove AED's; dentre estas, a que obteve maior percentual foi Bom Pastor com 17,50% . E, entre o percentual acima de 5% e abaixo de 10%, estão cinco AED's. O maior percentual compreendido entre os valores citados está na AED Cidade da Esperança com 9,07% e o menor na AED Lagoa Nova/Nova Descoberta com 5,21%.

Quatro AED's obtiveram percentuais abaixo de 4%, sendo que o menor percentual está na AED Parque das Dunas/Capim Macio com 1,21%. A AED Pitimbu, que está localizada na zona oeste que, como verificamos, abriga os piores percentuais. Tem um percentual de 2,32%, que indica um bom nível de alfabetização de sua população de 15 anos e mai, tornando esta área uma honrosa exceção em relação às demais.

**Tabela 19:(NATAL: 2000) Nível Educacional da população de 18 a 24 anos por AED's**

<b>AED's</b>	<b>Analfabetas</b>	<b>Com menos de quatro anos de estudo</b>	<b>Com menos de oito anos de estudo</b>	<b>Com doze anos ou mais de estudo</b>	<b>No curso superior</b>
Potengi	2,65	6,37	28,43	4,28	7,39
Salinas/Igapó	2,86	10,65	48,07	1,42	1,59
Nossa Senhora da Apresentação	9,03	19,17	56,58	0,42	1,17
Lagoa Azul	6,38	14,53	53,99	0,22	0,61
Pajuçara/Redinha	5,64	13,83	50,00	1,49	1,64
Lagoa Nova/Nova Descoberta	1,36	3,90	16,78	26,67	33,45
Parque das Dunas/Capim Macio	0,96	3,42	9,03	41,52	45,53
Ponta Negra	3,95	9,67	29,75	19,35	25,07
Candelária	2,20	2,24	12,04	34,31	35,59
Neópolis	1,59	4,51	15,85	15,10	18,89
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	7,77	12,93	41,41	8,37	9,32
S. Reis/P. do Meio/A. Preta/M. Luíza	7,63	14,82	46,70	2,28	3,86
Petrópolis/Tirol	0,79	4,80	14,55	45,81	49,64
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	2,27	5,03	25,60	11,88	14,17
Pitimbu	1,66	2,75	14,42	15,75	21,51
Cidade da Esperança	4,19	5,43	23,38	4,55	7,03
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	9,02	23,07	60,23	0,54	0,78
Felipe Camarão	9,00	19,89	57,93	1,00	1,44
Bom Pastor	8,71	16,31	54,42	0,39	1,01
Nordeste/Quintas	4,45	9,48	43,57	2,51	4,11
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	3,50	7,75	36,48	7,79	9,06
<b>Natal</b>	<b>4,73</b>	<b>10,67</b>	<b>37,53</b>	<b>9,58</b>	<b>11,73</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

Na tabela 19, que corresponde ao nível educacional da população na faixa etária de 18 a 24 anos nas AED's do município de Natal, temos quatro indicadores distintos: percentual de analfabetos, analfabetos funcionais, com menos de oito anos de estudo, com mais de doze anos e por fim, jovens que freqüentam um curso superior.

No indicador percentual de jovens analfabetos de 18 a 24 anos, apenas duas AED's tiveram percentuais abaixo de 1%: Parque das Dunas/Capim Macio com 0,96% e Petrópolis/Tirol com 0,79%. Os percentuais mais expressivos estão acima de 7% e abaixo de 10%, estão distribuídos em seis AED's. Se observamos a partir das zonas administrativas, a zona sul é a única que não tem nenhuma AED na faixa percentual citada. As AED's são as seguintes: Nossa Senhora da Apresentação

9,03%, Cidade Alta/Ribeira/Rocas 7,77%, Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luíza 7,63%, Cidade Nova/Guarapes/Planalto 9,02%, Felipe Camarão 9,0% e Bom Pastor 8,71%. As demais AED's, obtiveram percentuais abaixo de 5%.

No indicador pessoas de 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo ou analfabetas funcionais, os percentuais aumentam consideravelmente em todas as áreas. O maior percentual está na AED Cidade Nova/ Guarapes/Planalto com 23,07% seguido de Felipe Camarão com 19,89% e Nossa Senhora da Apresentação com 19,17%.

O menor percentual de jovens analfabetos funcionais está na AED de Candelária com 2,24%. Este nível percentual pode ser explicado pelos percentuais anteriores, que demonstraram bons níveis educacionais, principalmente quando apontou 0% de jovens entre 15 e 17 anos analfabetos.

No conjunto de AED's da zona sul de Natal, os percentuais estão abaixo de 5%, com exceção, da AED Ponta Negra com 9,67%. Na zona norte de Natal, as áreas obtiveram percentuais acima de 10%, com exceção da AED Potengi com 6,37%. Outra AED que novamente aparece com destaque perante a zona na qual está inserida a oeste foi a AED Pitimbu, que neste indicador obteve 2,75%.

Na zona leste, as quatro AED's podem ser analisadas a partir de dois grupos percentuais, que seria entre 5% e acima de 10%. As áreas de Petrópolis/Tirol e Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim tiveram respectivamente 4,80% e 5,03% e as áreas de Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luíza e Cidade Alta/Ribeira/Rocas com percentuais 14,82% e 12,93% respectivamente.

No indicador pessoas com menos de oito anos de estudo, que indica a não-conclusão do ensino fundamental, podemos verificar que em seis áreas os percentuais são iguais ou ultrapassam 50%. Na zona norte, os percentuais ultrapassam 48%. A única área com percentual abaixo deste foi Potengi, com 28,43%. O menor percentual de pessoas com esta condição educacional está localizado na área de Parque das Dunas/Capim Macio com 9,03%. Ponta Negra, dentre as áreas que estão na zona sul, obtém o percentual mais expressivo com 29,75%. Na zona leste, o percentual mais elevado está localizado em Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luíza com 46,70%, e o menor percentual de pessoas com menos de oito anos de estudo nesta zona está em Petrópolis/Tirol com 14,55%. A zona oeste abriga a área com o maior percentual de toda a cidade na referida condição educacional, que corresponde a Cidade Nova/Guarapes/Planalto

com 60,23%. O menor percentual desta zona administrativa está em Pitimbu com 14,42%.

No indicador percentual de jovens de 18 a 24 anos com mais de doze anos de estudo, que indica que estas pessoas adentraram no ensino médio e podem tê-lo concluído ou ainda estarem cursando algum curso de nível superior. Neste indicador, apenas duas áreas obtiveram percentuais acima de 41%, quais foram: Parque das Dunas/Capim Macio com 41,52% e Petrópolis/Tirol com 45,81%. Ao destacarmos as zonas administrativas, constatamos que na zona norte, apenas Potengi obteve um percentual acima de 4%. Nas demais áreas, os percentuais ficaram abaixo de 1,5%, sendo que o menor percentual de toda zona norte e da cidade está na área de Lagoa Azul com 0,22%. Na zona sul, os percentuais ultrapassam 15%; Candelária obteve 34,31%. Na referida zona, o menor percentual está localizado em Neópolis com 15,10%. Na zona oeste, apenas uma área obteve um percentual acima de 15%, que correspondeu a Pitimbu. As demais áreas apresentam percentuais abaixo de 8%; o menor percentual entre todas as áreas da zona oeste foi Bom Pastor com 0,39%. Os baixos percentuais de jovens de 18 a 24 anos com mais de doze anos de estudo, em determinadas áreas da cidade, terá como uma das conseqüências um baixo número de jovens que não cursarão o ensino superior, diminuindo ainda mais a inserção no mercado de trabalho atual.

No indicador que corresponde ao percentual de jovens de 18 a 24 anos no curso superior no ano 2000 nas AED's de Natal, podemos constatar que estes dados são um reflexo do indicador anterior, pois, uma baixa inserção e conclusão do ensino médio dificultará a entrada no ensino superior. As duas áreas com o maior percentual de jovens no curso superior foram as áreas de Parque das Dunas/Capim Macio e Petrópolis/Tirol, com os respectivos percentuais de 45,53% e 49,64%. O menor percentual entre todas as áreas na já referida condição educacional está em Lagoa Azul com 0,61%.

## CAPÍTULO 4: JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL EM NATAL

### 4.1- Abordagem pelo enfoque “Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades” (AVEO).

Segundo Carlos Filgueira e Rúben Kaztman (2005) as três instituições básicas da ordem social capitalista: o mercado, o Estado e a sociedade são fontes de oportunidades de acesso ao bem-estar, entendido como reprodução material da vida com acesso a bens e serviços. O relatório da CEPAL, afirma que o mercado exerce um crescente domínio sobre as duas outras instituições.

Com la creciente centralidad del mercado em la estructura institucional que fundamenta el orden social, el actual escenario social registra, paralelamente, una creciente incertidumbre com respecto al trabajo como via principal de construcción del futuro de las personas y sus familias. A esta incertidumbre contribuyen el aumento del desempleo y del empleo precario, la flexibilización laboral, el debilitamiento de las instituciones sindicales y el retroceso del Estado como empleador y como garante de la protección social. (CEPAL, 1999; p.10)

A centralidade do mercado perante as demais instituições, origina uma maior fragmentação das relações sociais. O trabalho é a expressão máxima do mercado de trabalho, e não ter acesso ao mesmo interfere na vida social dos indivíduos, de forma negativamente tornando as pessoas fragilizadas em suas relações com os outros. Logo, a integração social, vista pela ótica do mercado exclui uma gama de indivíduos gerando uma constante disparidade entre as classes sociais, entre os que estão inseridos no mercado e aqueles que estão fora do mesmo. E, ainda a segmentação do mercado de trabalho, que segundo Ribeiro (2004), foi produzida pela economia urbana globalizada, que é um mix de empregos bem pagos e qualificados e empregos mal remunerados e pouco qualificados.

Y el decaimiento de las instituciones primordiales (la familia y la comunidad) el mundo laboral se fue convirtiendo en el ámbito

privilegiado a través del cual las personas vinculaban sus esfuerzos con logros que tenían significación social, que cimentaban su autoestima y que les permitían alcanzar el rol adulto, integrarse en la sociedad, desarrollar una identidad y obtener los ingresos con los cuales participar en el mundo del consumo” (CEPAL, 1999, p. 11).

Na citação acima fica evidenciado que a família e a sociedade já não atendem aos anseios de seus membros enquanto instituições de proteção e segurança; esta função está sendo de alguma maneira promovida pelo mercado, pela idéia de construção de uma identidade via padrões de consumo hegemônicos. A idéia de pertencimento a sociedade é imputada pela obtenção de mercadorias, que são descartáveis, tornando compulsiva a necessidade de consumo. A necessidade de consumir mesmo aquilo que não é necessário é influenciada principalmente pelos meios de comunicação.

Logo, os recursos são transformados em ativos em conformidade com as três instituições primordiais anteriormente citadas, que se configuram em estruturas de oportunidades; e quando ocorre a fragilização de alguma delas, conseqüentemente diminui a capacidade de famílias ou indivíduos de acumular ativos. Kaztman e Filgueira propõem a classificação dos domicílios a partir de três ativos principais: capital físico, capital social e capital humano. O paradigma Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades (AVEO), é baseado no conjunto dos ativos que constituem estas formas de capital.

Por estratégia se entiende cada una de las formas particulares de articulación de recursos para el logro de una meta. La meta puede ser mejorar la situación de bienestar presente (estrategias de promoción) o mantenerla evitando su deterioro cuando ella es amenazada (estrategias de adaptación). Las estrategias se traducen en comportamientos observables de individuos y hogares, en prácticas que se definen en la acción (KAZTMAN, 1999; p. 20).

As estruturas de oportunidades acessadas pelas famílias operam como fonte primordial da quebra da situação de vulnerabilidade social. Podemos então, definir que um bom nível educacional, segurança, saúde dos membros e acesso a bens e

serviços pelas famílias, são exemplos de estrutura de oportunidades. As estruturas de oportunidades são materializadas via recursos, que podem ser individuais ou do grupo (família).

Las estructuras de oportunidades se definen como probabilidades de acceso a bienes, a servicios o al desempeño de actividades. Estas oportunidades inciden sobre el bienestar de los hogares, ya sea porque permiten o facilitan a los miembros del hogar el uso de sus propios recursos o porque les proveen recursos nuevos (CEPAL, 1999, p.9).

As estruturas de oportunidades incidem sobre a estrutura das famílias, no sentido, de aumentar o bem-estar dos indivíduos., como exemplo o acesso a Educação via instituição escola, certamente irá aumentar o nível de bem-estar dos indivíduos que acessam tal estrutura. As famílias potencializam seus recursos ou acessam recursos novos, advindos da comunidade ou mesmo do âmbito familiar. A família é o primeiro espaço de socialização, ou seja, é a socialização primária. Sendo, uma instituição primordial para a formação dos indivíduos.

El acceso a determinados bienes, servicios o actividades proven recursos que facilitan a su vez el acceso a otras oportunidades,[...].En la mayor parte de los casos, la obtención de niveles socialmente aceptables de bienestar pasa por el logro de empleos de buena calidad,[..]. Para ello deben atender, principalmente, a los cambios en los requerimientos de calificaciones y habilidades asociados a las transformaciones de la estructura productiv. (CEPAL, 1999; p.9).

Neste fragmento fica evidente a necessidade de níveis elevados de qualificação para obtenção de empregos de boa qualidade, que se traduz em níveis aceitáveis de bem-estar ou de consumo.

Como, anteriormente colocamos o termo vulnerabilidade está tanto no âmbito material como imaterial. Logo, o conceito também não é aplicado somente para a camada da população em situação de pobreza eminente, oriunda de uma condição

de baixa renda, mas, para as camadas em franca iminência de galgarem para o grupo de pobres, em nosso caso os pobres urbanos.

Mas, as condições para que determinado grupo esteja em situação de vulnerabilidade é dada por um conjunto de fatores. Aqui denominaremos este conjunto de fatores de estrutura de oportunidades, que consiste na probabilidade ou capacidade de acesso a bens, serviços e desempenho de atividades.

Os recursos<sup>27</sup> que o indivíduo ou o domicílio (leia-se família) têm são convertidos em ativos<sup>28</sup>, que seria o aproveitamento dos recursos, das estruturas de oportunidades existentes no: mercado, Estado e sociedade. “As estruturas de oportunidades diferenciam-se da noção de ativos, porque não são modificadas pela ação isolada dos indivíduos” (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2006; p. 72). Logo, as estruturas de oportunidades dependem do grupo e não do indivíduo, o grupo social é quem potencializa as estruturas de oportunidades, quais mecanismos ou recursos otimizam o bem-estar dos indivíduos em seus grupos de integração social. “En rigor, se afirma que los recursos se convierten en activos en la medida que permiten el aprovechamiento de las oportunidades que ofrece el medio a través del mercado, el Estado o la sociedad” (KAZTMAN, 1999; p.8).

Os recursos emitidos pela tríade: mercado, Estado e sociedade devem ser emitidos conjuntamente, pois a quebra de uma destas instituições como fontes de geração de recursos potencializam que o indivíduo adentre numa condição de vulnerabilidade social, que pode perdurar por toda sua existência.

Dentre essas instituições citadas ao olharmos mais atentamente para a sociedade, e para a sua base encontramos a família como fonte de recursos. Estes recursos podem advir desde a composição das famílias, ou seja, tipos de famílias, como do espaço que a família ocupa na sociedade e no lugar geográfico, (o domicílio) onde esta família reside. Sem dúvida, a segregação sócio-espacial contribui para determinar as estruturas de oportunidades existentes no bairro. E, o crescimento urbano, no sentido de formar espaços exclusivos de ricos e pobres, forma no território espaços de vulnerabilidade e dinâmicas da pobreza.

[...] o tema da segregação espacial assume importância também em razão de outros estudos sobre a pobreza urbana os quais têm

---

<sup>27</sup> São todos os bens tangíveis ou intangíveis, que uma família controla. (KAZTMAN, 1999, p.19)

destacado os seus mecanismos de reprodução no contexto urbano. Tais estudos indicam a crescente correlação entre os fenômenos da destituição social e a concentração dos grupos em situação de vulnerabilidade em território crescentemente homogêneos, na medida em que se produz uma dinâmica de causação circular da pobreza (RIBEIRO, 2004; p.91)

Segundo Kaztman (1999), o nível de vulnerabilidade de um lugar depende da posse e controle de ativos, isto é, dos recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades que brindam no meio que se desenvolvem. Segundo Kaztman e Filgueira “as estruturas de oportunidades mais importantes para o acesso aos ativos são as que surgem do funcionamento do Estado, do mercado e da comunidade” (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2001; p.72), pois, todos os indivíduos são dependentes destas três instituições, mesmo que em graus diferenciados, mas, elas influenciam a formação do ser social em todas as suas fases, sendo estas detentoras das estruturas de oportunidades presentes na sociedade.

Os recursos que emanam das estruturas de oportunidades são otimizados pelos membros das famílias, que adquirem recursos externos ou seus próprios. Neste sentido, é desejável que a família seja um exemplo positivo para jovens e crianças, e que estes não sejam cooptados por agentes externos como a mídia ou o exército do tráfico, presente nos centros urbanos com maior expressão. Outro exemplo positivo, que é uma fonte de recursos é o bairro, no qual os grupos vulneráveis estão espacialmente localizados.

O domicílio enquanto espaço de obtenção de recursos e proteção, pode ser visto como espaço contrário, no qual inexista proteção e mesmo recursos escassos ou nulos, para que os que ali residem possam acessar. Pode ser o espaço da desordem ou mesmo um não-lugar.

O termo vulnerabilidade [...], quando se aplica às pessoas e aos grupos, ele denota uma escassa capacidade para resolver situações de risco ou situações adversas,..., chamamos de vulnerabilidade ante a pobreza ou a exclusão social às situações que surgem quando as configurações de recursos que controlam e podem movimentar os domicílios não são suficientes para aproveitar as estruturas de oportunidades de acesso ao bem-estar (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2001; p.71).

As estruturas de oportunidades são diferenciadas para cada grupo social, pois cada grupo social vivencia um contexto social correspondente a sua posição na pirâmide social.

As estruturas de oportunidades definem-se em termos de oportunidades de acesso a bens, serviços ou atividades que incidem sobre o bem-estar dos domicílios, seja porque os fazem usar seus próprios recursos mais facilmente seja porque lhes possibilitam outros, úteis para que integrem a sociedade por meio de canais existentes” (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2001; p. 72).

Se observarmos atentamente ao encadeamento da vida social em nossa sociedade, podemos constatar que há modelos “prontos” para que os indivíduos e famílias galguem níveis sociais melhores. Podemos enumerar alguns indicadores: educação de boa qualidade, empregos estáveis, habitação que ofereça condições mínimas de moradia, saúde, estes são fatores tidos como básicos para que os indivíduos ou domicílios (famílias) tenham o mínimo de bem-estar social. Os autores no fragmento abaixo, apontam a renda como fonte mais importante, pois, será possível ter acesso a ativos mais valorizados.

O termo “estrutura de oportunidades” indica que as rotas do bem-estar estão estreitamente vinculadas entre si, de modo que o acesso a determinados bens, serviços e oportunidades provê recursos que facilitam o acesso a outras oportunidades. Como a capacidade de geração de rendimentos é o recurso mais importante para o bem-estar dos domicílios, os ativos mais valorizados pelas pessoas são aqueles que tornam possível o acesso a empregos de boa qualidade” (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2001; p. 73).

No entanto, seria extremamente determinista optar pela via da renda para explicar situações de desigualdades sociais. Não concordamos com este pensamento, já que há outras vias para que ocorra a quebra de situações de desigualdades sociais. E, estas vias são gestadas no interior de instituições, tais como: família, escola, bairro, grupos sociais, como exemplo. No entanto, é interessante observar o contexto social, para que possamos criar parâmetros de

bem-estar ou qualidade de vida, pois, estas situações são fundamentadas por aspectos da cultura presente em cada sociedade.

A estrutura de oportunidades é então um conjunto de recursos e ativos, que permitem aos indivíduos alcançarem níveis de bem-estar, para que possam melhorar suas vidas. As estruturas de oportunidades potencializam ou geram novas estruturas de oportunidades. A figura abaixo demonstra o esquema da estrutura de oportunidades.

**Figura 02: Esquemática da Estrutura de Oportunidades**



Fonte: Elaborado pela autora, baseado nos textos de Rúben Kaztman.

Outra questão interessante é observar o bairro em sua localização no espaço urbano, pois, esta localização pode ser um ativo positivo ou negativo para que membros deste bairro possam conseguir desde aceitação social perante outros, quanto ao buscarem postos de trabalho. A localização geográfica do bairro, então assume extrema importância para que a rede de confiança intra-bairro ou extra-bairro seja consolidada. Bairros estigmatizados, enquanto espaços de violência, prostituição, de “vadiagem” marcam negativamente seus moradores, com uma carga de preconceito social muito forte, o que pode bloquear a estrutura de oportunidades dos moradores.

O contexto do bairro é importante no sentido que, o espaço físico irá determinar uma série de recursos para tal, como equipamentos de lazer ou de ensino. O acesso

a espaços, nos quais os membros que ali residam, possa interagir e utilizar uma série de recursos existentes no bairro. Segundo Kaztman, a crescente polarização ou segregação sócio-espacial entre ricos e pobres presente no espaço urbano das cidades, afeta as estruturas de oportunidades presentes na comunidades, pois, a interação entre membros de diferentes classes sociais não ocorre, devido a uma clara separação geográfica, entre ricos e pobres. A, localização geográfica assume os contornos de uma divisão social, criam-se verdadeiros “guetos”, espaços de exclusão e abandono.

Las estructuras de oportunidades vinculadas a la otra institución primordial, la comunidad, también se han visto afectadas en las áreas urbanas por procesos de segregación residencial que incrementan la polarización espacial de las clases sociales (KAZTMAN, 1999; p.12).

Segundo Kaztman e Filgueira, as estruturas de oportunidades podem ser classificadas em dois grandes grupos: as que provêm novos ativos ou regeneram aqueles esgotados e as que facilitam um uso mais eficiente dos recursos já disponíveis nos domicílios. “Para cada etapa do ciclo de vida, existe ao menos uma estrutura de oportunidades que constitui a fonte dominante na qual procuram-se os ativos necessários para uma integração adequada à sociedade” (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2001; p. 77).

O Estado, também é um provedor de estruturas de oportunidades, pois, este pode criar novas estruturas ou simplesmente aproveitar estruturas já existente. Kaztman (1999) exemplifica que o Estado pode atuar em dois grupos: o que facilita o uso mais eficiente dos recursos já existentes e os que criam novos ativos e regeneram aqueles esgotados. No primeiro grupo, a criação de creches para que as mães possam adentrar no mercado de trabalho, é um exemplo de ações relacionadas ao primeiro grupo, ou uma melhora na infra-estrutura dos bairros para que os indivíduos utilizem este espaço com melhores condições. Um exemplo, referente ao segundo grupo está relacionado à melhoria de escolas e do ensino, para que os jovens possam galgar postos de trabalho de melhor qualidade. “Las instituciones del Estado son particularmente importantes en la conformación de las oportunidades que, a través de su impacto en la producción, distribución y uso de

activos, facilitan el acceso a los canales de movilidad e integración social” (KAZTMAN, 1999; p.12).

Sendo o homem um ser social e dependente de outrem por natureza, a cada etapa do ciclo de vida existe uma estrutura de oportunidade, que constitui sua base para integração á sociedade. Na infância a família cumpre esse papel numa maior proporção, na juventude além da família, outras estruturas surgem: mercado, sociedade, instituições como a escola, espaços de sociabilidade e o Estado. Na vida adulta também coexistem estas estas estruturas além de outras conforme a posição social que os indivíduos ocupem na sociedade.

Nem todo recurso constitui um ativo, para que estes sejam considerados ativos é necessário que os domicílios/famílias aproveitem as estruturas de oportunidades oferecidas pelo: mercado, comunidade e Estado. Como exemplo, podemos considerar que a educação pública (estrutura de oportunidades) que é ofertada pelo Estado pode ser convertida em ativos, quando os membros do domicílio usufruem, dos recursos da escola, enquanto espaço educacional e transformam estes recursos em ativos para romper com situações de vulnerabilidade social suas ou de membros da família. Os autores definem ativos como:

As famílias manejam muitos recursos, materiais e imateriais, cuja mobilização e articulação lhes permitem melhorar seu bem-estar, evitar a deterioração das condições de vida e ficar menos vulneráveis. A enumeração detalhada destes recursos poderia ser quase infinita. Mas, sob este ponto de vista, somente alguns desses recursos constituem ativos. São aqueles que permitem aos domicílios um aproveitamento efetivo das oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela comunidade, para ter acesso a condições de vida que possam ser consideradas dignas em um determinado momento (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2001; p. 85).

Nem todos os recursos constituem ativos, mas, somente aqueles que segundo os autores permitam aos domicílios (famílias) aproveitarem efetivamente as oportunidades oferecidas pelas instituições, que constituem a sociedade, e que possam ser consideradas condizentes com um determinado momento. Logo, os ativos são determinados por um momento histórico, tais instituições determinam o que em cada época, pode ser considerado como apropriado para se ter uma qualidade de vida desejável.

È, então necessário então que as instituições primordiais da sociedade possam atuar em conjunto, no sentido de buscar melhores condições de vida para seus membros. Não podemos “culpar” uma única instituição pela atual situação de vulnerabilidade vivenciada por alguns grupos sociais, nem mesmo culpá-los por tal situação. O enfoque AVEO surge com uma visão mais plural do tecido social, pois, busca compreender a sociedade em consonância com as estruturas sociais as quais os indivíduos estão inseridos.

Com base no AVEO -Ativos, Vulnerabilidade e Estruturas de Oportunidades - Rúben Kaztman e Luíz César de Queiroz Ribeiro elaboram uma proposta empírica à ser desenvolvida no âmbito do Projeto Observatório das Metrôpoles : território, coesão social e governança democrática<sup>29</sup> que tomou como parâmetro de aplicação aplicar a realidade social brasileira. À proposta metodológica de aplicação empírica inspirada no AVEO foi introduzida à variável território, ressaltada, por Ribeiro em seus estudos como “efeitos do lugar” que se constitui numa dimensão de análise essencial para a compreender a estrutura de “ativos” e “oportunidades” no contexto social das metrópoles brasileiras. Pois para Ribeiro (2005) o território contribui para a formação social dos espaços urbanos na medida que a realidade brasileira é influenciada pelos “efeitos de lugar” que vão recair sobre a segmentação social e segregação residencial e conseqüentemente interfundo nas oportunidades geradas no território e acessadas pela juventude. Esses pesquisadores vêm desenvolvendo o estudo da vulnerabilidade social e da segregação sócio-espacial nas grandes cidades latino americanas e brasileiras.<sup>30</sup>

Para orientar os estudos comparativos acerca da metrópole e a questão social no Brasil, o roteiro intitulado “Segregação Residencial e Educação nas Metrôpoles”, sugere a realização de “estudo piloto”, de caráter exploratório, por parte

<sup>29</sup> Sobre o projeto Milênio e a Rede Metrôpoles acessar [www.observatoriodasmetrololes.net](http://www.observatoriodasmetrololes.net)

<sup>30</sup> KAZTMAN, Ruben. **Seducidos y abandonados: el aislamiento Social de los pobres urbanos.** ( Versão não editada). Chile: CEPAL, n. 75, dez, 2001. KAZTMAN, Ruben. **La Ciudad Fragmentada Respuesta de los sectores populares urbanos a las transformaciones del mercado y del territorio en Montevideo.** Princeton University.2004. KAZTMAN, Ruben. **Marco Conceptual sobre Activos, Vulnerabilidad y Estructura de Oportunidades.**(versão não editada). Chile:CEPAL,abr,1999. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. a metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito In: \_\_\_\_\_ **Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. RIBEIRO,Luiz César de Queiroz. **Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território.** Rio de Janeiro, 2007. Observatório das Metrôpoles RIBEIRO,Luiz César de Queiroz. **Cidade e Cidadania:Inclusão Urbana e Justiça Social** In: Cidade Segregação Urbana e Planejamento. Goiânia, Editora UCG,. RIBEIRO,Luiz César de Queiroz; SANTOS JR,Orlando A. **Globalização, fragmentação e reforma urbana.** In:O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro. Ed: Civilização Brasileira,1997.

dos Núcleos da Rede Metrôpoles que auxilie na construção de uma metodologia comparativa para averiguar a relação existente entre as questões educacionais e o contexto social dos bairros das cidades metropolitanas brasileiras. Esta dissertação faz parte desse conjunto de estudos que vem sendo, também, realizado na UFRN pelo Núcleo Natal do Observatório.

#### **4.2- Explicando a Metodologia: Indicadores e procedimentos técnicos empregados**

Este trabalho trata da aplicação da metodologia proposta no “estudo piloto”, de caráter exploratório, acerca das vinculações entre a composição social dos bairros das cidades metropolitanas brasileiras e os “ganhos educativos” dos jovens que neles residem. Os ganhos educativos são expressos numa maior quantidade em anos de estudo da população. A proposta é de explicar as variações nos “ganhos educativos” dos jovens e para isso levar em conta que os possíveis efeitos dessas variações nos bairros são mediadas, pelas características das famílias.

Nosso objetivo consistiu em aplicar a metodologia proposta no roteiro, que foi de identificar em Natal os possíveis espaços de Vulnerabilidade Social advindos de um contexto social com baixos níveis de capital social, físico e humano e quais possíveis implicações no grupo da Juventude natalense.

Para nortear nosso trabalho elegemos a variável Educação, pois, elevados “ganhos educativos”, contribuem para quebra de situações de vulnerabilidade social. Queremos comprovar ou não que o local de moradia (bairro) e as características da família são fatores que, podem contribuir ou não para que se configurem espaços sociais positivos ou negativos para a formação do jovem, enquanto cidadão. O local de residência pode ou não conter ativos ou recursos que otimizem as estruturas de oportunidades presentes no bairro e na família.

Como as variações nos ganhos educativos dos jovens perpassam o núcleo familiar, os pesquisadores afirmam que “devemos ter em conta que os possíveis efeitos nos bairros são mediados pelas características das famílias” (KAZTMAN & RIBEIRO, 2007; p.1). A família, enquanto espaço da primeira socialização e possivelmente grande fomentadora de capital social, fortalece uma maior relação de reciprocidade e confiança entre seus membros. A família constitui referência para os

mais jovens, ou seja, uma desestruturação no núcleo familiar ou mesmo um baixo acúmulo de capital social afetaria negativamente a juventude.

A metodologia proposta está, pois, dividida em três momentos, cada um dos quais discutirá a variável correspondente a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2000:

Em nível individual, será observada a variável dependente: “ganhos educativos”. No nível das famílias, serão observadas variáveis intervenientes que caracterizam a família. No nível dos bairros, serão ponderadas algumas variáveis que serão consideradas independentes.

A realização do estudo piloto teve como lócus o município de Natal; aplicando-o, tendo por base dois recortes territoriais: um mais agregado, às regiões administrativas da cidade; e, na impossibilidade de organizar os dados pelos bairros<sup>31</sup>, recorreremos à espacialização das informações por áreas de expansão demográfica (AED's) do Censo 2000 que lhes correspondem em boa parte. As AED's agrupadas pelas zonas administrativas da cidade: Norte, Sul, Leste e Oeste, que foram apresentadas e espacializadas anteriormente.

#### 1) Os ganhos educativos em nível individual (variável dependente)

a) Através dela, tentaremos verificar e diferenciar os jovens que abandonaram o sistema educativo daqueles que estão dentro do sistema escolar; e ainda, entre os que se encontram no sistema, mas que apresentam atraso escolar;

b) As diferenciações entre os que apresentam atraso escolar permite separar fenômenos que têm causas e conseqüências sociais diferenciadas. Entende-se que, se o atraso for “moderado”, pode responder a um mau desempenho escolar supostamente atribuído a situações conjunturais associadas a viagens, enfermidades, crises familiares, acidentes, etc. No entanto, se o atraso for “severo”, pode responder a causas mais profundas e podem provocar deserção temporária do sistema educativo; como por exemplo, o trabalho precoce.

c) A escolha de um limite inferior de idade de 10 anos para medir o “atraso escolar” se justifica pelo fato de que seria mais difícil verificar a significância desse atraso pelo pouco tempo em que o aluno se encontra no sistema educativo de letramento (que formalmente no Brasil se dá aos 7 anos de idade).

---

<sup>31</sup> O questionário amostral do censo 2000 IBGE, não permite a abertura dos dados desagregados por bairros.

## 2) As características das famílias (variável interveniente)

As características das famílias operam como variáveis que fazem a mediação entre o bairro e comportamento dos jovens (15 a 24 anos) que, no geral, ainda não são emancipados da família, moram em casa dos pais. Desse modo, a variação dos “ganhos educativos” nos diferentes bairros deve controlar distintas dimensões da configuração dos ativos <sup>32</sup>dos domicílios.

### a) Ativos físicos da família<sup>33</sup>

Para os segmentos menos favorecidos da sociedade urbana, a regularização fundiária e o valor de mercado da moradia constituem um capital físico por excelência. O acesso à “casa própria” associada à sua localização, seu valor no mercado imobiliário, não é somente um ideal para a família pobre das grandes cidades brasileiras. Torna-se um capital estável, embora não tenha, necessariamente, liquidez imediata. De todo modo, em tese, possibilita segurança à família uma vez que permitiria projetos familiares de prazo mais longo; incluindo os melhoramentos da própria casa. A residência contribui para o bem-estar dos indivíduos, diz Moser<sup>34</sup>. O seu melhoramento acentua a qualidade de vida dos membros; logo, o conseqüente aumento do capital humano.

Para medir este ativo, o roteiro sugere ter respostas às seguintes perguntas do questionário amostral do Censo 2000 do IBGE: 2.07 a 2.13, que considera aspectos da infra-estrutura e do terreno da moradia. Para isto construímos o “Índice Global de Ativos Físicos” por AED’s, utilizando a análise de componentes

---

<sup>32</sup> Ativos são subconjuntos de recursos (todos os bens tangíveis ou intangíveis controlados por uma família) que compõem aqueles cuja mobilização permite o aproveitamento das estruturas de oportunidades (probabilidades de acesso a bens, a serviços ou ao desempenho de atividades) existentes em um momento. Estas oportunidades incidem sobre o bem estar dos domicílios, seja porque permitem o uso de seus próprios recursos ou porque provêm recursos novos. (Katzman, 1999). O autor usa a palavra **estrutura** porque ela alude o fato de que as rotas de bem estar estão estreitamente vinculadas entre si de modo que facilitam o acesso a outras oportunidades. E que, no geral, passam por empregos de boa qualidade. E daí a sequência no acesso a distintas oportunidades de bem estar que tende a organizar-se de modo a que os membros do domicílio se incorporem às atividades que o mercado valoriza. Seriam uma espécie de “linhas de montagem corretas”

<sup>33</sup> Os ativos do capital físico e do capital humano têm sido amplamente discutidos na literatura das ciências sociais. Muitos são os trabalhos que exploram sua lógica de produção e reprodução, seus usos, assim como as estratégias específicas que demandam a aquisição, acumulação, consumo, poupança e investimento de cada um deles. (KAZTMAN, 2006, p.85)

<sup>34</sup> MOSER, Caroline O. N., The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies, World Development, Vol. 26. No. 1, pp. 1-19, 1998

principais<sup>35</sup>, que envolvem as seguintes variáveis: forma de abastecimento de água do domicílio (pergunta 2.07), canalização de água do domicílio (pergunta 2.08), quantidade de banheiros no domicílio (pergunta 2.09), existência de sanitário no domicílio (pergunta 2.10), esgotamento sanitário do domicílio (pergunta 2.11), coleta de lixo (pergunta 2.12) e existência de iluminação elétrica no domicílio (pergunta 2.13).

#### b) Ativos humanos das famílias

Segundo Katzman (1999), “ativo humano” é um recurso para acesso de vários outros ativos, mas os principais são: emprego e/ou trabalho remunerados, que, muitas vezes, pode resultar de uma boa educação/qualificação e saúde adequada. Principalmente nos estudos sobre os determinantes de situações de vulnerabilidade da juventude, (principalmente, menores de 20 anos não emancipados) o autor recomenda construir um indicador do “clima educativo” do domicílio, tendo por base a média dos “ganhos educativos” – anos de estudos concluídos - das pessoas de 20 anos e mais.

Nesse sentido, construímos para Natal um indicador do “clima educativo” por zonas administrativas e por AED’S. Isto permitiu identificar espaços que concentram ou não níveis adequados de educação da população.

Para ampliar a noção de “clima educativo” das famílias, também fizemos cruzamentos do indicador com a população jovem (15 a 24 anos), que não trabalham, não estudam e tão pouco, procuram emprego, ou seja, aqueles que o autor denomina “desafiliados institucionalmente” no sentido de melhor inferir os jovens em situação de risco<sup>36</sup>.

Outro aspecto do “capital humano” seria a saúde dos membros da família, pois facilitaria a utilização da força de trabalho dos membros, sem restrições, o que contribui para o aumento do capital humano como ativo da família. Ou seja, através das perguntas<sup>37</sup> (4.10 a 4.14) do questionário amostral do Censo 2000, poderíamos

---

<sup>35</sup> “É comum utilizar os escores das componentes para condução de análise estatística de dados ou para a simples ordenação (ranking) dos elementos amostrais observados, com o intuito de identificar aqueles que estão com maiores, ou menores, valores globais das componentes”. (MINGOTI, 2005, p.69)

<sup>36</sup> Neste trabalho, utilizamos o recorte etário definido pelo IBGE, para o grupo da juventude. O indicador construído foi denominado percentual de desafiliados institucionalmente, que serão analisados por dois recortes: AED’S e bairros.

<sup>37</sup> As questões são as seguintes: 4.10- Tem alguma deficiência mental permanente que limite as suas atividades habituais? 1- Sim 2-Não; 4.11- Como avalia sua capacidade de enxergar? 1-Incapaz , 2-

perceber a contribuição relativa de cada membro da família, tendo em conta seus respectivos níveis de saúde e educação”. Tal indicador foi denominado percentual de incapacidades / deficiências.

### c) Ativo social

Para Katzman (2007), não é possível desenvolver com os dados do censo brasileiro, indicadores do ativo social das famílias, mas podem ser desenvolvidas algumas aproximações ao capital social dos bairros. Como o Censo não permitiu a desagregação para a composição dos tipos de famílias, não foi possível a construção de indicadores de ativos sociais no presente estudo. Depreende-se a dificuldade de mensurar o capital social de famílias com base em dados quantitativos, pois as relações familiares não podem ser compreendidas somente pela obtenção de bens e serviços. O aprofundamento dessa questão exigiria um estudo empírico, fugindo aos propósitos deste trabalho.

### 3) As características dos bairros: variável independente

De acordo com a proposta, há duas razões para decidir a seleção dos atributos utilizados para caracterizar os bairros (no nosso caso, as AED's). A primeira razão é teórica, tendo em vista os determinantes contextuais mais relevantes, no caso em questão, os “ganhos educativos” dos jovens. A segunda é de ordem prática: os limites impostos pelas informações do censo.

Do ponto de vista teórico, dizem, “é importante identificar os traços da vizinhança cujo efeito sobre os” ganhos educativos” de jovens se apóia em hipóteses válidas”. Na literatura, dizem ainda, “existem duas características do bairro que têm esses efeitos: a existência de” modelos de rol “(práticas sociais repetidas) no ambiente imediato de jovens e crianças e a” eficácia normativa”, no sentido do grau de aceitação de um conjunto de normas comuns entre os adultos do bairro e sua disposição a cumpri-las e a fazer os outros cumprir” (Katzman, 2007, p. 4).

---

Grande dificuldade permanente, 3- Alguma dificuldade permanente, 4- Nenhuma dificuldade; 4.12- Como avalia a sua capacidade de ouvir? 1-Incapaz , 2- Grande dificuldade permanente, 3- Alguma dificuldade permanente, 4-Nenhuma dificuldade; 4.13- Como avalia sua capacidade de caminhar/subir escadas? 1-Incapaz , 2- Grande dificuldade permanente, 3- Alguma dificuldade permanente, 4- Nenhuma dificuldade; 4.14- Tem alguma das seguintes deficiências? 1-Paralisia permanente total, 2- Paralisia permanente das pernas, 3- Paralisia permanente de um dos lados do corpo, 4- Falta de perna, mão, pé ou dedo polegar, 5- Nenhuma das enumeradas.

Aponta dentro das possibilidades de informação do Censo brasileiro três caminhos exploratórios. O primeiro consiste em caracterizar os bairros pela média educativa da sua população dentro de uma determinada faixa de idade. Para tanto construímos o indicador “média de anos de estudo da população jovem de Natal” nos dois níveis de agregação: AED`s e Zonas Administrativas. O segundo é caracterizar os bairros pela consistência dos vínculos de seus residentes com o mercado de trabalho (o trabalho formal pela segurança institucional que este proporciona através da Consolidação das leis do trabalho (CLT) ou servidores estatutários. O terceiro seria caracterizar os bairros pelo tempo de residência de seus moradores. Apesar dessa última ser uma idéia que nos pareceu muito interessante, não conseguimos mensurar com os dados disponíveis.

Quanto à consistência dos vínculos dos residentes com o mercado de trabalho, de acordo com os autores, a vantagem desta variável é a conexão com a teoria, que afirma que a associação entre a situação de trabalhadores urbanos menos qualificados com as novas modalidades do capitalismo e sua concentração em determinados bairros (ou áreas) da cidade têm efeitos negativos tanto sobre a existência de “modelos de rol” como sobre o nível de “eficiência normativa”. Isto ocasiona efeitos nocivos no desempenho escolar, de jovens moradores destes bairros (Kaztman, 2007; p. 11).

Por outro lado, dizem tomar esta variável como central para caracterização dos bairros. Isto traz, também, certas desvantagens, pois nas ciências sociais não se tem tanta experiência de trabalhar com variáveis de emprego, tendo como parâmetro a família. Logo, surgem dois desafios: 1) avaliar o grau de confiabilidade das medidas propostas e decidir como se ponderam as distintas dimensões envolvidas na medição da consistência dos vínculos das famílias com o mercado de trabalho; 2) o Censo 2000 não permite a análise das variáveis em comparação com Censos anteriores. A proposta do roteiro é que sejam levados em consideração dois indicadores: taxa de desemprego, excetuando os que estavam à procura de emprego e a quantidade de trabalhadores ocupados com proteção trabalhista, por família.

Atentam, no entanto, que há um problema, pois as informações do Censo não permitem separar os desocupados que já tenham tido experiência de trabalho dos que procuram emprego pela primeira vez. Por exemplo, jovens vivendo em famílias mais abastadas, mesmo respondendo que estão à busca de emprego, certamente serão bem mais seletivos dos que os jovens oriundos de camadas menos

abastadas. Isto pode ocasionar distorção nas informações. Os autores propõem, para atenuar essa provável distorção nos dados, que sejam consideradas somente as taxas de desemprego de pessoas de 20 a 59 anos, já que este constitui efetivamente o núcleo da população economicamente ativa.

Observando essas orientações, construímos o indicador taxa de desemprego da população de 20 a 59 anos para Natal, com base nas respostas das questões 4.39 até 4.43<sup>38</sup> do questionário amostral do censo 2000, o que permitiu separar as pessoas que trabalham ou não. Com o auxílio da questão 4.55<sup>39</sup> (do questionário amostral) foi possível separar os desocupados dos inativos. As respostas destas questões permitem construir médias pelos dois níveis de desagregação, anteriormente mencionados, e caracterizar as áreas pela concentração de desempregados.

A sugestão proposta é a construção de uma variável denominada “trabalho protegido”, somando numa mesma categoria os percentuais dos que têm carteira de trabalho assinada, ou os que estão protegidos por um regime jurídico dos servidores públicos ou militares, ou aportam a Previdência Social.

Com isto, cada bairro se classificaria segundo a medida da proporção de membros de cada uma das famílias residentes que faz aporte a seguridade social. Quando as pessoas têm mais de uma ocupação, a sugestão era priorizar a ocupação principal ou secundária, com alguma proteção trabalhista.

Para operacionalizar a mensuração dos trabalhadores ocupados com proteção trabalhista, foram buscadas respostas nas perguntas: 4.47, 4.49 e 4.50<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> 4.39- Na semana de 23 a 29 de Julho de 2000, trabalhou em alguma atividade remunerada? 1-Sim 2-Não; 4.40- Na semana de 23 a 29 de Julho de 2000 tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado? 1-Sim 2-Não; 4.41- Na semana de 23 a 29 de Julho de 2000 ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa conta-própria ou empregadora, moradora do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário? 1-Sim 2-Não; 4.42 - Na semana de 23 a 29 de julho de 2000 ajudou, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio empregada em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais, caça, pesca ou garimpo? 1-Sim 2-Não; 4.43 - Na semana de 23 a 29 de julho de 2000 trabalhou em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais ou pesca, destinados à alimentação de pessoas moradoras no domicílio? 1-Sim 2-Não.

<sup>39</sup> 4.55 - No período de 30 de junho a 29 de julho de 2000, tomou alguma providência para conseguir algum trabalho? 1-Sim 2-Não.

<sup>40</sup> As questões são as seguintes:

4.47 - Nesse trabalho era: 1 - trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, 2 - trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, 3- empregado com carteira de trabalho assinada, 4 - empregado sem carteira de trabalho assinada, 5 – empregador, 6 - conta-própria, 7- aprendiz ou estagiário sem remuneração, 8 - não remunerado em ajuda a membro do domicílio, 9 - trabalhador na produção para o próprio consumo.

do questionário amostral do Censo do IBGE 2000. A informação relevante é a relação que as pessoas ocupadas têm com as instituições sociais do trabalho. No Brasil, pela sua vinculação ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) o indicador construído foi denominado “percentual de empregados com trabalho protegido”.

Na operacionalização da metodologia, contamos com apoio de profissional de estatística; mesmo assim orientados, esbarramos em algumas limitações. As barreiras encontradas na construção dos indicadores foram as seguintes: 1) primeiramente, o questionário censitário não permite desagregar todos os dados, só sendo possível desagregar as informações utilizando o questionário amostral; a segunda barreira é que o Censo elege como forma de coleta de dados a construção de setores censitários, que para aplicação do questionário amostral são agrupados em AED's e não por bairros. Para Natal, gerou algum prejuízo. A situação ideal seria desagregar os dados por bairro. Sendo a menor escala de desagregação possível as AED's, os indicadores serão analisados segundo dois níveis: AED's e zonas administrativas. O conteúdo desta metodologia tem por referência o esquema da proposta<sup>41</sup> criada pelos autores já citados.

Após uma leitura e discussão do roteiro antes apresentado, identificamos, no questionário do Censo, as possibilidades de construção dos indicadores. Para tanto, utilizamos a base de dados do Censo IBGE (2000), do Núcleo Natal da Rede Observatório das Metrôpoles que está formatada no software Statistics Program Sciences Social (SPSS), 16.1.

De posse de todos os resultados gerados pelo SPSS, com o auxílio técnico do estatístico, realizamos a elaboração de tabelas com o programa Excell do Windows. Após a elaboração de todas as tabelas, analisamos os dados, os quais estão expostos no próximo tópico deste capítulo. Para uma melhor visualização de alguns dados, foram construídos mapas temáticos no software Terra View 3.2. A seguir iremos expor cada variável e os indicadores construídos.

---

4.49-Quantos empregados trabalhavam nesse negócio, firma, empresa, instituição ou entidade em julho de 2000? 1-Um, 2-Dois, 3-Três a Cinco, 4-Seis a Dez, 5-Onze ou mais.

4.50- Neste trabalho, era contribuinte de Instituto de Previdência Oficial? 1 – Sim, 2 – Não.

<sup>41</sup> Ver proposta original em anexo. A tradução do espanhol foi “livre”.

## 4.3 – Análise dos Resultados

### 4.3.1 – Comportamento da variável dependente: ganhos educativos em nível individual

No roteiro, “os ganhos educativos” dos jovens podem ser medidos através de variáveis<sup>42</sup> **nominais** ou **ordinais**. As variáveis nominais correspondem a: estudam ou não-estudam; e ordinais: estudam sem atraso escolar, estudam com atraso leve, estudam com atraso moderado, estudam com atraso severo e não-estudam. Neste caso, partimos da variável ordinal e aplicamos à população de 10 a 14 anos, que corresponde à idade que efetivamente uma criança ou adolescente deverá estar cursando ou concluindo o ensino fundamental. Na proposta inicial, era que fosse medido o atraso escolar até os 17 anos, que consiste na idade em que um jovem, no Brasil, em condições favoráveis, conclui o ensino médio. Como esbarramos numa questão técnica, qual seja: no ensino médio, os dados do Censo não permitem uma desagregação por séries. Logo, construímos um indicador denominado **atraso escolar** da população entre 10 a 14 anos, Sendo assim, somente foi possível medir o atraso escolar até o ensino fundamental.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> As variáveis qualitativas nominais são utilizadas, quando não se pode estabelecer uma ordem natural, entre seus valores, como por exemplo, turma (A ou B), Sexo (feminino ou masculino) e fuma (sim ou não). As variáveis qualitativas ordinais têm uma ordenação natural, indicando intensidade crescentes de realização, como por exemplo tamanho (médio, grande, pequeno), classe social (baixa, média alta)

<sup>43</sup> Para medir o atraso escolar proposto no trabalho, primeiramente esbarramos com uma dificuldade metodológica, que consistiu na impossibilidade de desagregação dos dados do Censo-2000, no que concerne à criação de variáveis a partir do ensino médio. Os dados referentes ao ensino médio ou antigo segundo grau estão agrupados em uma única variável, não sendo possível fazer as faixas, que correspondem a cada série do ensino médio. No Brasil o ensino médio é iniciado aos 15 anos de idade para aqueles que não sofreram nenhum atraso escolar. Logo, só foi possível medir o atraso escolar entre a faixa etária de 10 a 14 anos, que corresponde ao ensino fundamental ou antigo primeiro grau. Kaztman (2007) propõe a criação de variáveis nominais e ordinais. As variáveis nominais seriam: não-estudam ou estudam e as ordinais seriam: estudam com atraso, sem atraso, atraso moderado, atraso severo. Optamos pela construção de variáveis ordinais, pela consistência dos dados do censo e por possibilitar uma melhor visualização das variáveis, que compreendem o indicador atraso escolar.

**Tabela 20 (NATAL: 2000) Atraso escolar da população entre 10 a 14 anos**

Idade	Atraso escolar (%)					Total
	Sem atraso	Atraso leve	Atraso moderado	Atraso severo	Não estudam	
10	63.95	19.90	10.85	2.55	2.75	100.00
11	53.52	25.97	10.95	6.74	2.83	100.00
12	42.28	26.43	16.42	11.58	3.29	100.00
13	37.09	19.54	18.70	18.83	5.84	100.00
14	30.94	18.90	12.54	31.68	5.94	100.00

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

O indicador “atraso escolar” foi dividido em cinco indicadores: sem atraso, que corresponde a nenhum atraso escolar na faixa etária citada, ou seja, está na série e idade adequada sem nenhum ano de atraso; com atraso leve, que indica até um ano de atraso, com atraso moderado até dois anos de atraso escolar, com atraso severo, que consiste num atraso de três ou mais anos e não-estudam, que corresponde àqueles que estão integralmente fora da escola.

Na idade de 10 anos, que corresponde no antigo regime de séries ao 4º ano do primeiro grau, ao medir o atraso escolar, verificou-se que 63,95% não vivencia a situação de atraso escolar em Natal. O percentual de crianças de 10 anos de idade que estão numa situação de atraso leve, ou seja, até um ano de atraso no município de Natal, corresponde a 18,90%. Quando observamos o indicador correspondente ao atraso moderado, ou seja, até dois anos de atraso escolar, observamos 10,85%, de crianças na referida situação. No indicador atraso severo, que corresponde a três anos ou mais de atraso escolar, observamos que o percentual é pouco significativo, 2,55%, como era esperado, pois, corresponde as séries iniciais. No indicador correspondente a variável não-estudam, 2,75% das crianças estão numa situação de exclusão escolar, evidenciando uma situação de vulnerabilidade social.

Na faixa etária de 11 anos, que no sistema educacional brasileiro corresponde a 5ª série do ensino fundamental, cerca de 50% das crianças não vivenciam atraso escolar. No indicador “com atraso leve”, o percentual foi de 25,97%. Se comparado com a faixa etária anterior de 10 anos, constatamos que neste indicador houve um crescimento do percentual de crianças com até um ano de atraso escolar. No indicador “atraso moderado”, verificamos que 10,95% de crianças no município de Natal estão nesta condição de atraso. No indicador “atraso severo” 6,74% No indicador, que corresponde aqueles que não estudam, constatamos que 2,83% de crianças de 11 anos estão na referida situação.

Na idade de 12 anos, que corresponde a 6ª série do ensino fundamental, constatamos que um pouco mais de 40% não vivenciaram uma situação de atraso escolar. No indicador atraso leve, podemos constatar que 26,43% estão com um ano de atraso. Na variável atraso moderado, 16,42% vivenciam um atraso escolar de até 2 anos. Com atraso severo, que corresponde a três anos ou mais de atraso escolar, verificamos que um pouco mais de 10% estão nesta faixa. Chamamos a atenção para este dado: mais de 10% de adolescentes com 12 anos estão vivenciando um atraso escolar severo. Isto vai incidir diretamente nas perspectivas de futuro dos jovens, além de configurar evasão escolar nas estatísticas do sistema educacional, caracterizando uma situação de risco eminente para a juventude de Natal. Na mesma idade, quando observamos o indicador não-estudam, mais 3,29% de adolescentes estão fora da escola.

Aos 13 anos de idade, que segundo o sistema educacional corresponde ao penúltimo ano do ensino fundamental, 37,09% da população não tem atraso escolar. Na variável com atraso leve o percentual foi de 19,54%. Com atraso moderado o percentual foi 18,83%, e, na variável não-estudam o percentual elevou-se para 5,84%. O atraso severo que revela “abandono escolar” o indicador é preocupante, com 18,83% dos jovens com 14 anos com problemas reais de freqüência ao sistema educacional.

Na idade de 14 anos, que corresponde a última série do ensino fundamental, 31% não tem atraso escolar. Os demais resultados foram os seguintes: 18,90% de atraso leve, 12,54% de atraso moderado e quase 32% de atraso severo, evidenciando uma situação de poucos ganhos educativos nesta idade da população jovem se associado aos cerca de 6% que não estudam.

Ao compararmos os dados na faixa etária entre 10 e 14 anos há um maior número de pessoas que vivenciaram atraso escolar à medida em que os jovens vão aumentando em idade, principalmente no atraso severo que, na idade de 14 anos, chega 31,68%. Nessa idade, 70% já vivenciou atraso escolar. Os que não-estudam, aos 14 anos, também mostram o maior percentual em relação às demais idades, com 5,94%.

### 4.3.2 Comportamento da variável interveniente: as características das famílias

Como vimos, as características das famílias operam como variáveis intervenientes entre o contexto do bairro em que moram e o comportamento dos jovens que, no geral, entre 15 e 24 anos, ainda não são emancipados da família, moram, em casa dos pais. Desse modo, a variável “ganhos educativos” nos diferentes bairros podem variar segundo as dimensões da configuração dos ativos familiares.

Para isto construímos, inicialmente, o “Índice de capital físico da família” por AED’s. Utilizamos a análise de componentes, envolvendo os seguintes indicadores: forma de abastecimento de água do domicílio, canalização de água do domicílio, quantidade de banheiros no domicílio, existência de sanitário no domicílio, esgotamento sanitário do domicílio, coleta de lixo e existência de iluminação elétrica no domicílio. Os resultados cruzados para Natal estão na tabela 21.

**Tabela 21:(NATAL: 2000) Índice do Capital Físico das Famílias por AED’S**

AED's	Índice Capital Físico <sup>44</sup>
Petrópolis/Tirol	2.22
Neópolis	2.11
Parque das Dunas/Capim Macio	1.93
Cidade da Esperança	1.91
Lagoa Nova/Nova Descoberta	1.88
Candelaria	1.68
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	1.44
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	1.08
Ponta Negra	0.86
Pitimbu	0.74
Salinas/Igapo	0.48
Potengi	0.35
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	0.09
Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luiza	-0.06
Nordeste/Quintas	-0.24
Pajuçara/Redinha	-0.94
Lagoa Azul	-1.32
Bom Pastor	-2.49
Nossa Senhora da Apresentação	-3.39
Felipe Camarão	-3.58
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	-4.75

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

<sup>44</sup> Para a obtenção do Índice de Capital Físico das famílias foi utilizada a análise de componentes principais, envolvendo as seguintes variáveis do Censo 2000: forma de abastecimento de água do

O Índice de Capital Físico corresponde a um ranking entre as áreas, ou seja, ele vai determinar posições numa ordem decrescente, ou seja, de um melhor resultado até o resultado pior. Logo, podemos constatar que, segundo este índice, a melhor área da cidade, em termos de capital físico, encontra-se nos bairros de Petrópolis e Tirol, que correspondem as AED's com a mesma denominação. Entre todas as áreas da cidade, treze ocuparam posições positivas e oito, posições negativas.

É interessante ressaltar que todas as áreas da zona sul estão entre as dez primeiras posições. Apenas duas áreas da zona norte estão entre estas dez primeiras posições. Outro ponto que nos chama a atenção é que a quarta posição é ocupada por Cidade da Esperança.

As posições negativas são ocupadas pelas áreas das zonas: norte, leste e oeste, sendo que a predominância é das zonas norte e oeste. A última posição foi ocupada por Cidade Nova/Guarapes/Planalto.

O indicador seguinte, que está na tabela 22 corresponde aos “ativos humanos” presentes no bairro (no caso, AED's). Kaztman (2007) propõe a construção de um indicador denominado “clima educativo” da família. Para tanto, parte dos ganhos educativos (anos de estudo concluídos) da população de 20 anos e mais. O resultado de tal indicador está na tabela abaixo.

**Tabela 22: (NATAL: 2000) Anos de estudo concluídos da população com 20 anos ou mais segundo as zonas**

Zonas	Faixas anos de estudo (%)					Total
	Sem instrução	1 a 4 anos de estudo	5 a 9 anos de estudo	10 a 14 anos	15 anos ou mais	
Norte	34.89	37.27	40.84	27.29	5.27	32.05
Sul	10.51	13.22	14.94	34.30	59.92	24.07
Leste	15.18	15.78	15.27	19.07	28.66	17.75
Oeste	39.41	33.72	28.95	19.34	6.16	26.12
<b>Total</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

---

domicílio (2.07), canalização de água do domicílio (2.08), quantidade de banheiros no domicílio (2.09), existência de sanitário no domicílio (2.10), esgotamento sanitário do domicílio (2.11), coleta de lixo (2.12) e existência de iluminação elétrica no domicílio (2.13).

A população de 20 anos ou mais, em números absolutos, corresponde a 428.138 pessoas no Censo 2000. A população foi recortada por anos de estudo, concluídos em 5 faixas, segundo as zonas administrativas da cidade.

O percentual de pessoas sem instrução, observa-se mais elevado nas zonas norte e oeste. A zona norte com 34,89% e a zona oeste com 39,41%. Na faixa populacional com um a quatro anos de estudos (analfabetos funcionais), a zona norte tem 37,27% e a zona oeste tem 33,72%.

Na faixa entre 5 a 9 anos de estudo, que supostamente indica que as pessoas com tal quantidade de anos de estudo, pode indicar o ensino fundamental concluído ou iniciado, obtemos os seguintes percentuais: a zona norte com 40,84%, com 28,95%. As zonas leste e sul têm percentuais aproximados: com 15,27% e 14,94%, respectivamente.

À medida que avança os anos de estudo concluídos, podemos verificar que há uma quase inversão nos percentuais das zonas administrativas. Na variável de 10 a 14 anos de estudo, que informa que estas pessoas possivelmente concluíram o ensino médio, obtemos um dado interessante. A zona sul é o espaço com o maior percentual de pessoas nessa condição educacional com 34,30%. O que nos chama a atenção é a segunda posição que é ocupada pela zona norte com 27,29%, já que esta zona administrativa vinha obtendo percentuais que indicavam baixa escolaridade. As zonas leste e oeste estão num mesmo patamar com os respectivos percentuais 19,07% e 19,34%.

Na variável que corresponde a 15 anos ou mais de estudos concluídos, que supostamente indica que pessoas devam estar cursando o ensino superior, é importante ressaltar que as zonas norte e oeste obtiveram os menores percentuais. A zona norte com 5,27% e a zona oeste com 6,16%. O maior percentual com cerca de 60% está na zona sul de Natal e a zona leste com um pouco mais de 28%. Este resultado corrobora com estudos<sup>45</sup> anteriores sobre a tipologia socioocupacional da Região Metropolitana de Natal.

A abertura dos mesmos dados por AED's revela, no interior de cada zona, as localidades onde a situação do clima educativo da família revela também a situação social do bairro.

---

<sup>45</sup> Ver no projeto: Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil o Produto-Monografia dos Espaços Metropolitanos- Espaço Metropolitano de Natal

**Tabela 23: (NATAL: 2000) Anos de estudo concluídos da população com 20 anos ou mais segundo as AED's**

AED's	Faixas anos de estudo (%)					Total
	Sem instrução	1 a 4 anos de estudo	5 a 9 anos de estudo	10 a 14 anos	15 anos ou mais	
Potengi	6.13	7.21	9.70	9.64	2.23	<b>8.06</b>
Salinas/Igapó	4.11	4.81	4.78	2.63	0.45	<b>3.68</b>
Nossa Senhora da Apresentação	9.77	8.82	9.05	5.15	1.03	<b>7.14</b>
Lagoa Azul	7.90	8.60	8.36	4.14	0.51	<b>6.38</b>
Pajuçara/Redinha	6.97	7.84	8.95	5.73	1.05	<b>6.79</b>
Lagoa Nova/Nova Descoberta	4.50	4.74	5.08	9.59	19.57	<b>7.62</b>
Parque das Dunas/Capim Macio	0.64	0.92	1.37	4.55	12.91	<b>3.20</b>
Ponta Negra	2.14	2.41	2.45	4.56	6.88	<b>3.46</b>
Neópolis	1.49	2.07	2.33	5.43	5.20	<b>3.40</b>
Candelária	0.92	1.37	1.51	4.17	9.87	<b>2.98</b>
Pitimbu	0.82	1.72	2.22	6.00	5.49	<b>3.42</b>
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	3.74	2.77	2.74	2.89	3.28	<b>2.93</b>
S. Reis/P. do Meio/A. Preta/M. Luíza	5.13	5.04	4.36	3.07	2.21	<b>4.01</b>
Petrópolis/Tirol	0.71	1.58	1.60	3.95	13.75	<b>3.32</b>
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	5.61	6.40	6.57	9.16	9.42	<b>7.49</b>
Cidade da Esperança	2.58	2.87	3.20	3.67	1.04	<b>3.01</b>
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	8.60	7.04	4.99	2.55	0.51	<b>4.68</b>
Felipe Camarão	10.35	8.70	6.15	2.87	0.37	<b>5.65</b>
Bom Pastor	3.66	3.49	2.78	1.27	0.11	<b>2.34</b>
Nordeste/Quintas	8.17	6.84	6.63	4.92	1.69	<b>5.86</b>
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	6.06	4.79	5.20	4.06	2.43	<b>4.58</b>
<b>Total</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

No percentual de pessoas sem instrução, quatro áreas se destacam por apresentar percentuais acima de 8%, uma está localizada na zona norte e três na zona leste. Tais áreas foram as seguintes: Nossa Senhora da Apresentação 9,77%, Cidade Nova/Guarapes/Planalto 8,60%, Felipe Camarão 10,35% e Nordeste/Quintas 8,17%. Isto demonstra que nestas áreas há um elevado percentual de pessoas sem instrução. Diferentemente desta situação de elevados percentuais, há quatro áreas da cidade com percentuais abaixo de 1%. Três estão localizados na zona sul e uma na zona leste. Tais áreas forma as seguintes: Parque das Dunas/Capim Macio 0,64%, Pitimbu 0,82%, Candelária 0,92% e Petrópolis/Tirol 0,71%.

Na faixa de 1 a 4 anos de estudo concluídos, que indica o percentual de pessoas analfabetas funcionais, seis áreas apresentam percentuais acima de 7%, e tais áreas estão nas zonas norte e oeste. Quatro destas estão localizadas na zona norte: Potengi 7,21%, Nossa Senhora da Apresentação 8,82%, Lagoa Azul 8,60%, Pajuçara/Redinha 7,84%. As duas áreas da zona oeste são: Cidade

Nova/Guarapes/Planalto 7,04% e Felipe Camarão 8,70%. E, quatro áreas obtiveram percentuais abaixo de 2%. Destas, quatro estão na zona sul e uma na zona leste.

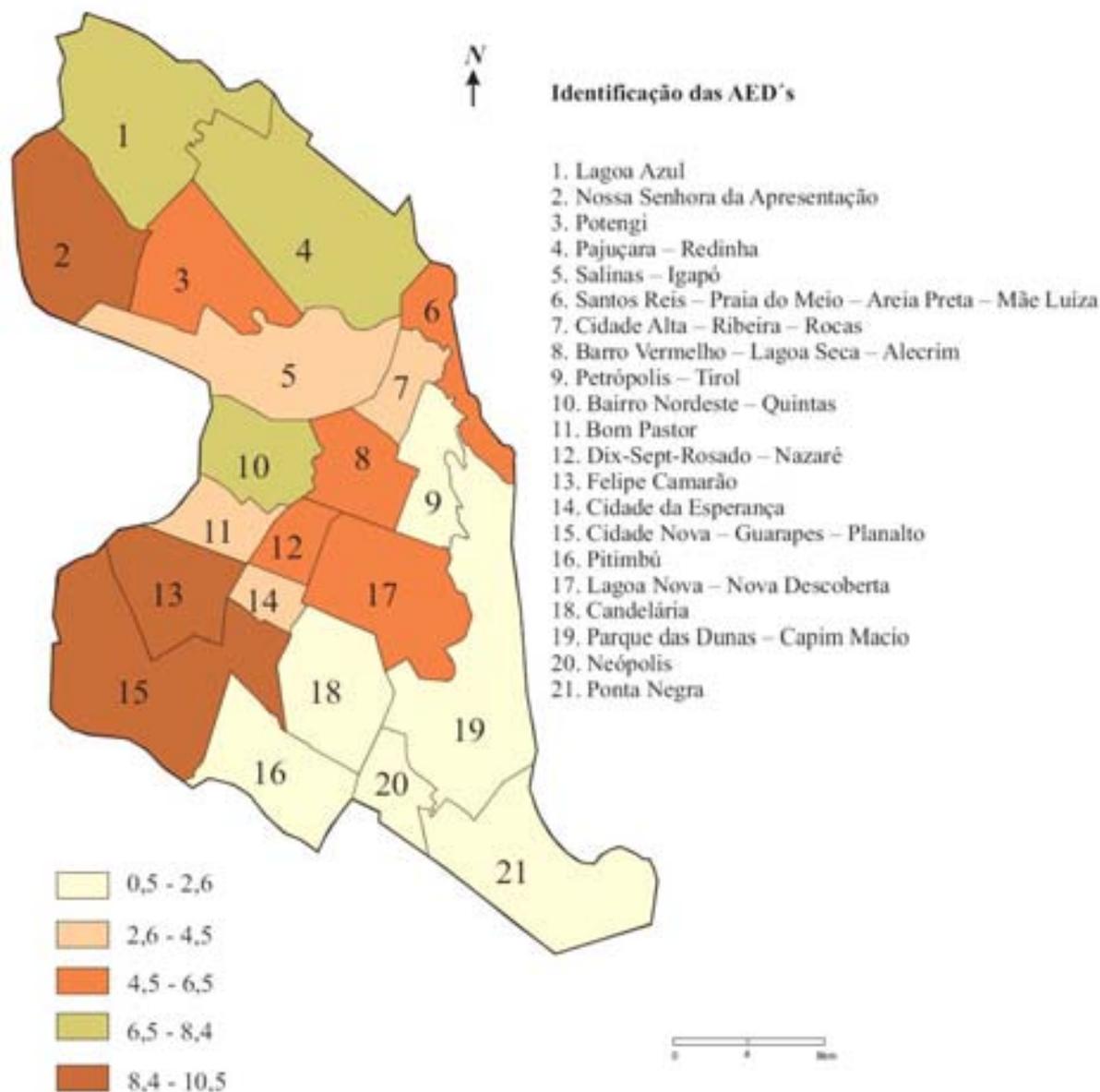
No indicador percentual de 5 a 9 anos de estudos concluídos, que corresponde ao período do ensino fundamental, quatro áreas apresentaram percentuais acima de 8% e todas estão localizadas na zona norte. O maior percentual está em Potengi com 9,70%. Três áreas obtiveram percentuais abaixo de 2%. Duas estão na zona sul e uma na zona leste. Tais áreas foram as seguintes: Parque das Dunas/Capim Macio 1,37%, Candelária 1,5% e Petrópolis/Tirol 1,60%. E três áreas apresentaram percentuais acima de 6%, duas na zona oeste e uma na zona leste. Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim 6,57%, Felipe Camarão 6,15 e Nordeste/Quintas 6,63%.

No que corresponde ao percentual de pessoas com 10 a 14 anos de estudo, que adentraram no ensino médio e supostamente podem tê-lo concluído e ingressado no ensino superior ou não, três áreas obtiveram percentuais acima de 9%, e estão presentes em três zonas: norte, sul e leste. As áreas foram as seguintes: Potengi 9,64%, Lagoa Nova/Nova Descoberta 9,59% e Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim 9,16%. Oito áreas apresentaram percentuais abaixo de 4%. Uma está localizada na zona norte, três na zona leste e quatro na zona oeste. Tais áreas e seus respectivos percentuais foram os seguintes: Salinas/Igapó 2,63%, Cidade Alta/Ribeira/Rocas 2,89%, Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luiza 3,07%, Petrópolis/Tirol 3,95%, Cidade da Esperança 3,67%, Cidade Nova/Guarapes/Planalto 2,55%, Felipe Camarão 2,87% e Bom Pastor 1,27%. As demais áreas obtiveram percentuais entre 4% a 6%.

No indicador que corresponde ao percentual de pessoas com 15 anos ou mais de estudo, que compreende as pessoas que ingressaram no ensino superior, é observado que há uma clara divisão entre dois parâmetros percentuais; um positivo e outro negativo, pois as zonas leste e norte apresentam os menores percentuais, abaixo de 2% e as zonas sul e leste apresentaram áreas com percentuais acima de 9%. Quatro áreas da zona norte apresentaram percentuais abaixo de 2%, que foram as seguintes: Salinas/Igapó 0,45%, Nossa Senhora da Apresentação 1,03%, Lagoa Azul 0,51% e Pajuçara/Redinha 1,05%. E cinco áreas estão localizadas na zona oeste, que compreende as seguintes: Cidade da Esperança 1,04%, Cidade Nova/Guarapes/Planalto 0,51%, Felipe Camarão 0,37%, Nordeste/Quintas 1,69% e Bom Pastor 0,11%, sendo esta última o menor percentual da cidade. Cinco áreas apresentaram percentuais acima de 9%. Três localizadas na zona sul e duas na

zona leste. As áreas da zona sul foram as seguintes: Candelária 9,87%, Parque das Dunas/Capim Macio 12,91% e Lagoa Nova/Nova Descoberta 19,57%, sendo a maior percentual da cidade de pessoas com 15 anos ou mais de anos de estudo.

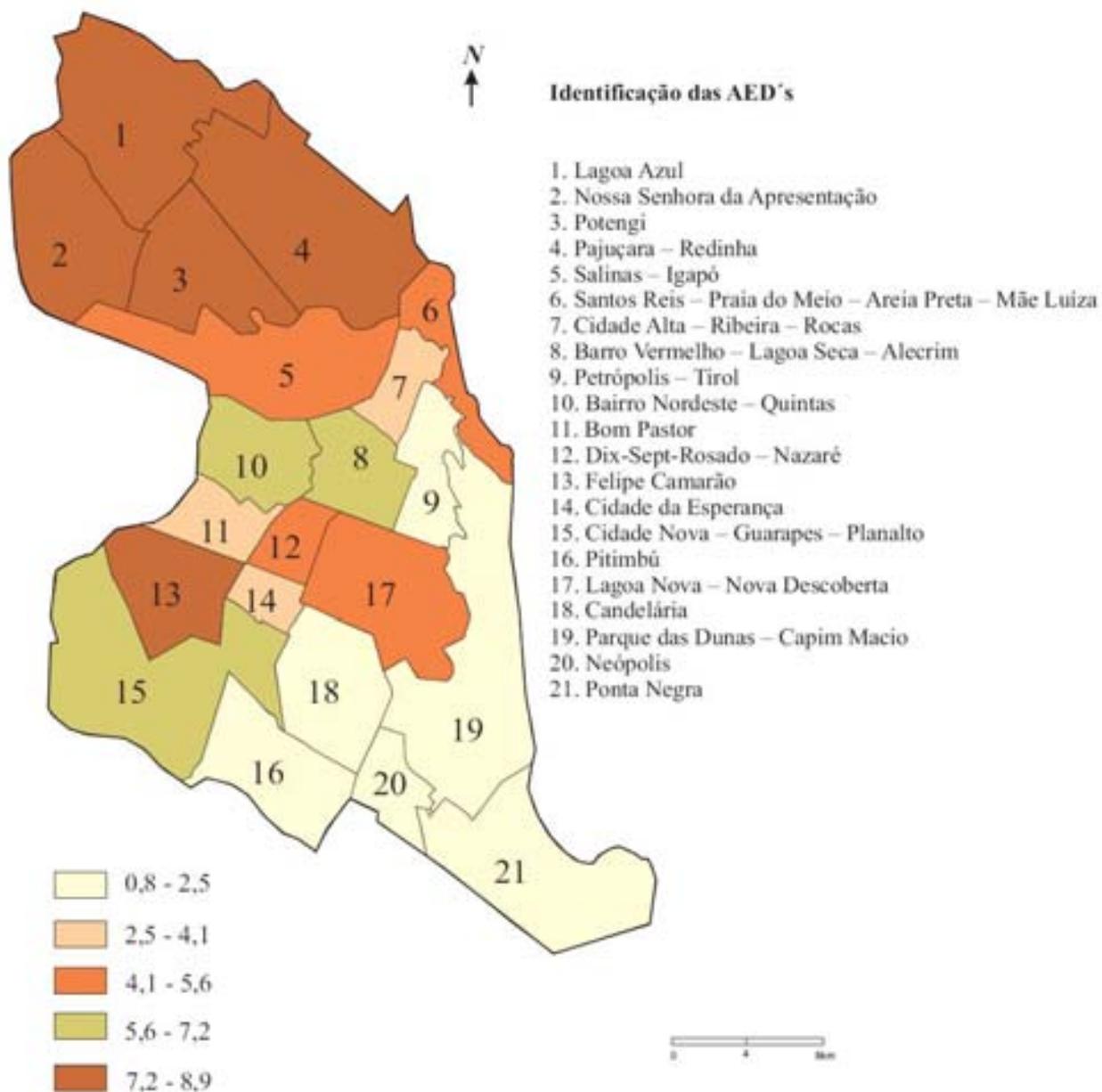
**Mapa 03: Percentual de pessoas sem Instrução com 20 anos ou mais por AED's, Natal- 2000<sup>46</sup>**



Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Núcleo RMNatal, 2008. Adaptado por R. França e L. Ferreira.

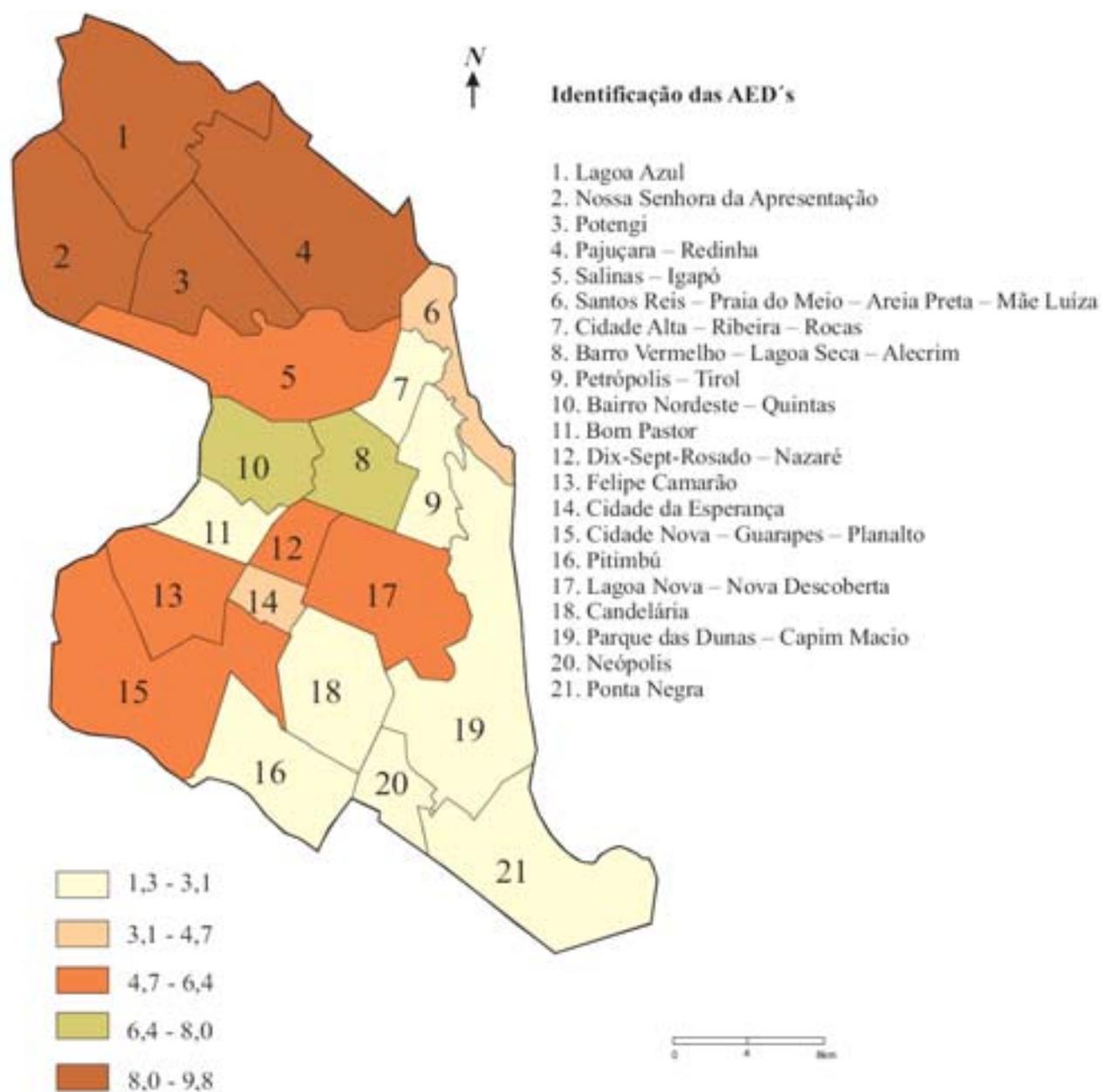
<sup>46</sup> Alguns indicadores serão espacializados através de mapas temáticos.

**Mapa 04: Percentual de pessoas com 20 anos e mais com 1 a 4 anos de estudo por AED's, Natal-2000**



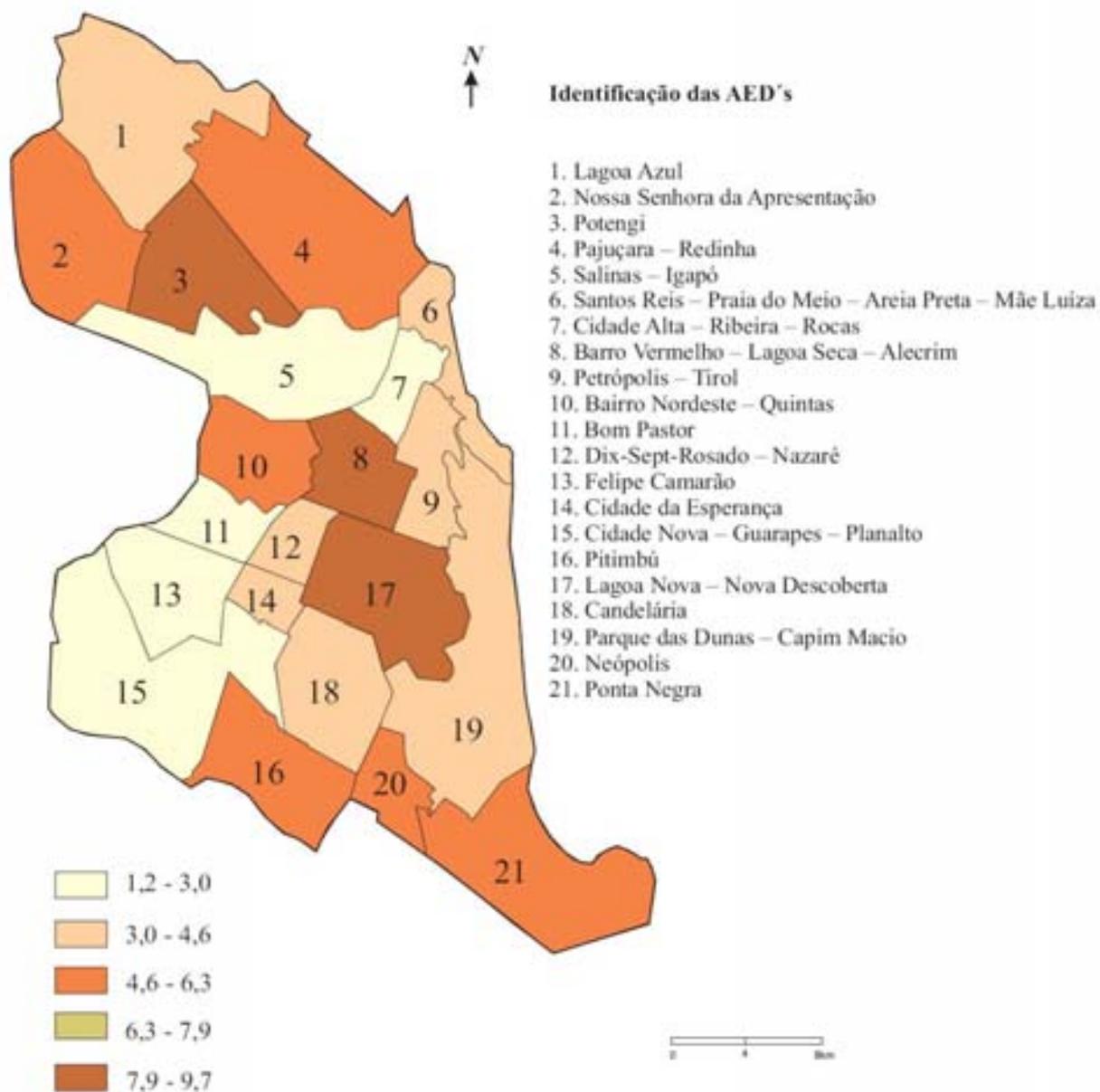
Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Núcleo RMNatal, 2008. Adaptado por R. França e L. Ferreira.

**Mapa 05: Percentual de pessoas de 20 anos e mais com 5 a 9 anos de estudo por AED's, Natal- 2000**

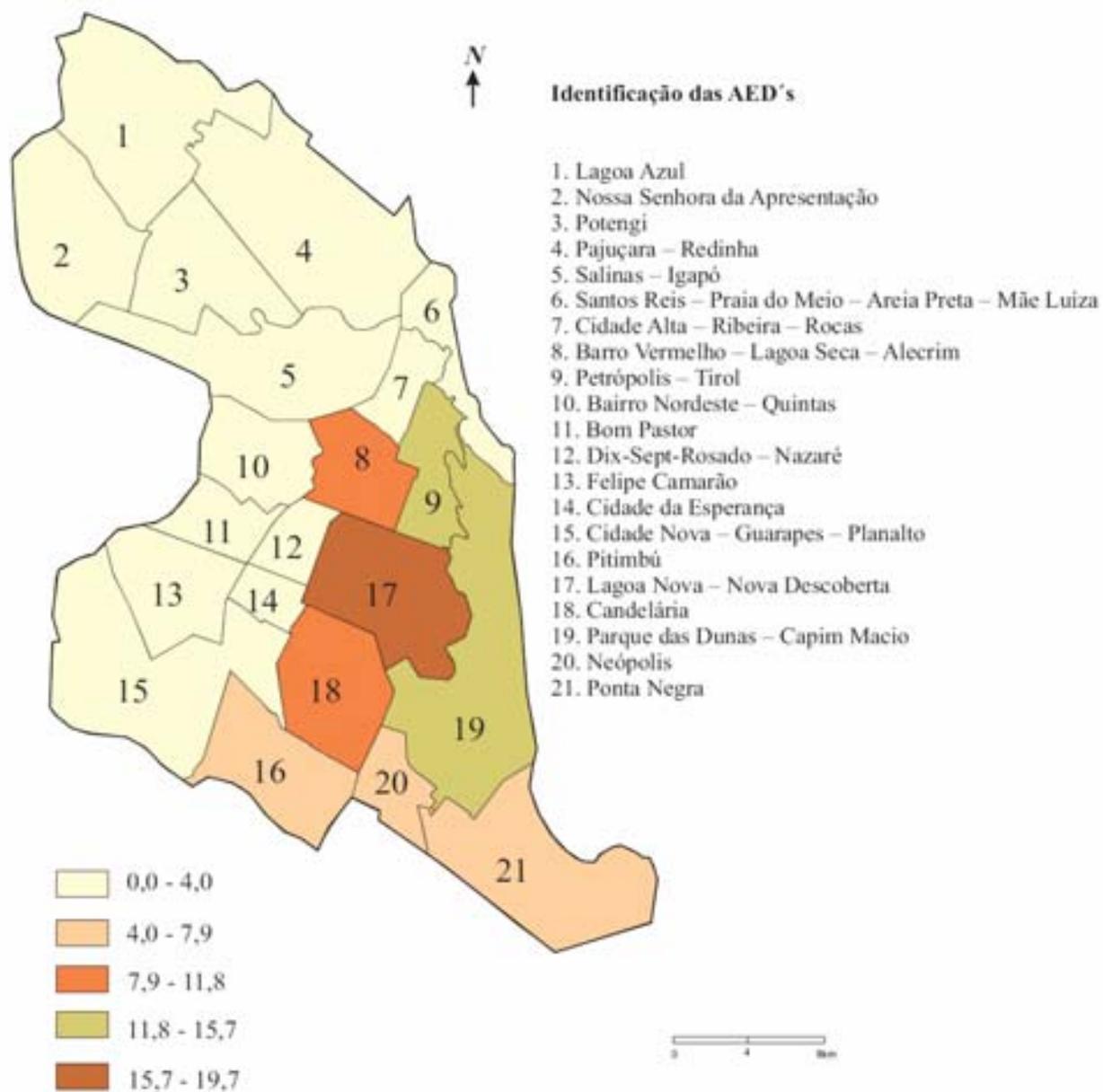


Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Núcleo RMNatal, 2008. Adaptado por R. França e L. Ferreira.

**Mapa 06: Percentual de pessoas de 20 anos e mais com 10 a 14 anos de estudo por AED'S-2000**



**Mapa 07: Percentual de pessoas de 20 anos e mais com 15 anos ou mais de estudo por AED's-2000**



Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Núcleo RMNatal, 2008. Adaptado por R. França e L. Ferreira.

Na metodologia, Kaztman (2007) propõe a criação de um indicador denominado desafiados institucionalmente, que são aqueles que estão fora das instituições básicas da sociedade: escola e mercado de trabalho. O recorte dos desafiados institucionalmente é dado pela população jovem. O mesmo autor afirma que, além do mundo do trabalho, no qual a cada dia os jovens estão mais afastados, não conseguindo formar uma identidade com tal instituição, também não conseguem inserção na escola, outra fonte formadora de identidade. A identidade da juventude já não perpassa pelo mercado de trabalho nem escola. O autor coloca que:

Para uma quantidade cada vez maior de residentes, especialmente mais jovens, o mundo de trabalho deixou de operar como eixo na construção das identidades. Por sua vez, a participação institucional, talvez com a provável exceção das igrejas, é muito baixa ou nula. Referimo-nos a uma espécie de vazio das estruturas institucionais formadoras de identidades, em cujo centro, sem dúvida, localiza-se a falta de oportunidades para construir trajetórias profissionais estáveis (KAZTMAN & FILGUEIRA, 2006; p.83).

Para a construção do percentual de jovens desafiados Institucionalmente foram considerados os jovens que não estudam, não trabalham e nem estão a procura de emprego. Para tanto construímos a tabela abaixo.

**Tabela 24: (NATAL: 2000) Percentual de Desafiados Institucionalmente, segundo as zonas**

Zonas	Desafiados Institucionalmente	População com Idade entre 15 e 24 anos	% de Desafiados Institucionalmente
Norte	7901	51194	15.43
Sul	2588	35222	7.35
Leste	2561	22939	11.16
Oeste	6569	40898	16.06
<b>Natal</b>	<b>19619</b>	<b>150253</b>	<b>13.06</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal

(<sup>1</sup>): Considerou-se a população entre 15 e 24 anos que não trabalha, não estuda e não procura emprego.

A população jovem de Natal no ano 2000 foi de 150253 jovens. O total de jovens desafiados institucionalmente em Natal no mesmo ano totalizou 19.619 jovens ao compararmos com o total de jovens de todo o município.

Percentualmente, 13,06% dos jovens em Natal, estão na situação de desafiados institucionalmente.

O maior número de jovens na cidade está localizado na zona norte com 51194. Deste total, 7901 estão desafiados institucionalmente, correspondendo a mais de 15% da população jovem na condição de risco, anteriormente citada.

A zona sul tem, em números absolutos, 35.222 jovens em sua população, e, deste total, 7,35% da população está desafiada institucionalmente. Esta é a zona administrativa da cidade com o menor percentual de jovens desafiados institucionalmente.

A zona leste tem, em números absolutos, a menor população jovem de Natal, com 22.939 jovens. O percentual de desafiados institucionalmente foi de 11,16%. Em números absolutos, como verificado, totalizam 2561 jovens desafiados, compreendendo, em números absolutos, ao menor número de jovens em tal situação.

A zona oeste da cidade obteve o maior percentual de jovens desafiados institucionalmente e o segundo maior número de jovens em sua população. O percentual desta zona foi de 16,06% de jovens em situação de total apartação da escola e mercado de trabalho.

**Tabela 25: (NATAL: 2000) Percentual de Desafiliados Institucionalmente segundo as AED's.**

<b>AED's</b>	<b>Desafiliados Institucionalmente</b>	<b>População com Idade entre 15 e 24 anos</b>	<b>% de Desafiliados Institucionalmente<sup>1</sup></b>
Potengi	1404	13089	10.73
Salinas/Igapó	796	5958	13.36
Nossa Senhora da Apresentação	2199	11012	19.97
Lagoa Azul	1760	10787	16.32
Pajuçara/Redinha	1741	10348	16.82
Lagoa Nova/Nova Descoberta	724	10602	6.83
Parque das Dunas/Capim Macio	227	4735	4.79
Ponta Negra	628	5282	11.89
Neópolis	365	5191	7.03
Candelária	382	5004	7.63
Pitimbu	262	4408	5.94
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	499	3613	13.81
S. Reis/P. do Meio/A. Preta/M. Luíza	1112	6313	17.61
Petrópolis/Tirol	111	3849	2.88
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	840	9164	9.17
Cidade da Esperança	455	4084	11.14
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	1472	7847	18.76
Felipe Camarão	2041	9740	20.95
Bom Pastor	565	3827	14.76
Nordeste/Quintas	1353	8420	16.07
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	684	6980	9.80
<b>Natal</b>	<b>19620</b>	<b>150253</b>	<b>13.06</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

Nota (1): Considerou-se a população entre 15 e 24 anos que não trabalha, não estuda e tão pouco procura emprego.

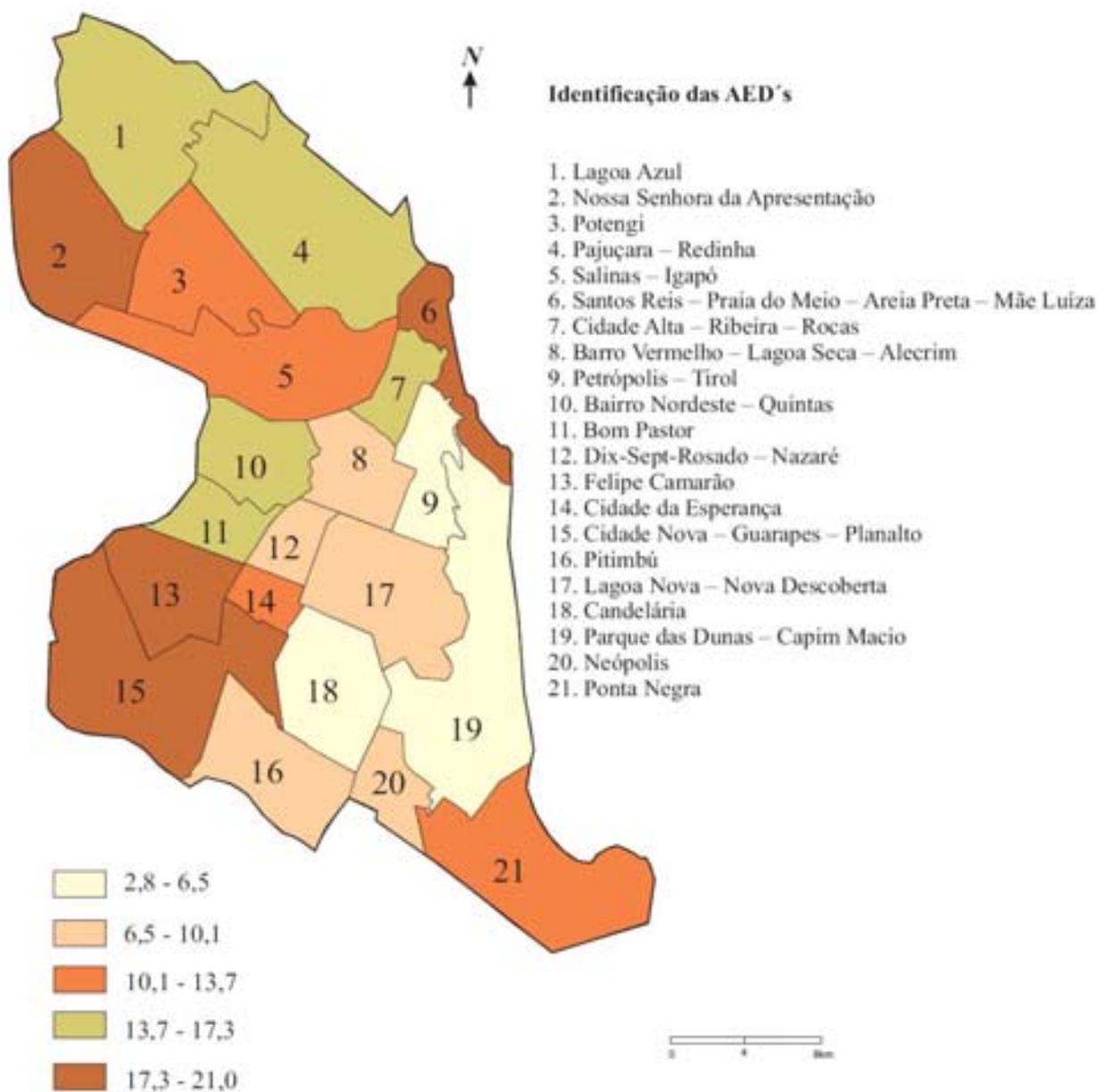
A tabela 25 compreende os jovens desafiliados institucionalmente por AED's. Podemos verificar que os maiores percentuais de jovens desafiliados institucionalmente estão nas zonas norte e oeste. Sete áreas apresentaram percentuais acima de 15%. Três destas estão localizadas na zona norte, três na zona oeste e uma na zona leste. Os dois maiores percentuais estão em Nossa Senhora da Apresentação com 19,97% e Felipe Camarão com 20,95%.

Nas áreas com percentuais entre 10% a 15%, podemos verificar que seis áreas estão neste intervalo percentual. O menor percentual deste intervalo foi verificado em Potengi 10,73% e o maior em Bom Pastor 14,76%.

No intervalo percentual entre 5% e 10%, podemos verificar seis áreas, sendo que nenhuma destas está localizada na zona norte. Os dois maiores percentuais desta área estão em Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim 9,17% e Dix-Sept-Rosado/Nazaré 9,80% e o menor percentual está em Lagoa Nova/Nova Descoberta 6,83%.

No percentual abaixo de 5%, verificamos duas áreas: Petrópolis/Tirol 2,89%, sendo este o menor percentual da cidade e Parque da Dunas/Capim Macio 4,79%, ocupando o segundo menor percentual de jovens desafiados. No mapa abaixo, podemos verificar o percentual de desafiados no espaço da cidade.

**Mapa 08: Percentual de jovens desafiados Institucionalmente por AED's- 2000**



Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Núcleo RMNatal, 2008. Adaptado por R. França e L. Ferreira.

**Tabela 26: (NATAL: 2000) Percentual de Incapacidades / Deficiências segundo as zonas administrativas**

Incapacidades / Deficiências	Zonas				Total
	Norte	Sul	Leste	Oeste	
Pelo menos uma deficiência	40.71	14.29	15.27	29.73	100.00
Problema mental permanente	45.92	14.31	12.50	27.27	100.00
Capacidade de Enxergar	42.55	13.28	14.88	29.29	100.00
Capacidade de Ouvir	40.09	16.76	13.24	29.90	100.00
Capacidade de caminhar / subir escadas	36.33	15.48	21.72	26.47	100.00
Paralisia permanente total	62.75	37.25	0.00	0.00	100.00
Paralisia permanente das pernas	45.71	18.57	17.14	18.57	100.00
Paralisia permanente de um dos lados do corpo	44.85	7.35	14.71	33.09	100.00
Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar	44.78	17.41	0.00	37.81	100.00

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

Ainda no que concerne à capacidade física dos membros das famílias, que é uma dimensão do “capital humano”, segundo Kaztman (1999), a capacidade física é um tipo de recurso que facilita a obtenção de outros recursos. Ter uma saúde ou condição física de pouca qualidade opera como uma barreira tanto para integração social, no sentido de dificultar o acesso a espaços físicos, quanto no exercício de algumas modalidades de trabalho, como também no sistema educacional que ainda não está preparado para fornecer um ensino que atenda as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência.

Las capacidades son un tipo particular de recursos. Se distinguen del resto porque en determinadas circunstancias operan condiciones necesarias para la movilización eficaz y eficiente de otros recursos (KAZTMAN, 1999; p.20).

Para muitas pessoas, a energia física é a única moeda de troca pra obtenção de recursos que supram suas necessidades básicas. Principalmente os empregos menos qualificados são tipicamente atrelados a atividades que exijam uma dada capacidade física. Incapacidades relacionadas a problemas mentais, no geral, comprometem ainda mais uma integração social plena.

La energía física de los miembros era el principal, y muchas veces el único, recurso de los hogares. Los avances tecnológicos están transformando rápidamente esta situación al menos por dos vías. Por um lado, ampliando exponencialmente el campo de oportunidades al conocimiento y reduciendo em forma paralela los requerimientos físicos para el trabajo, y por outro, creando aparatos, utensílios y herramientas que permiten incorporar a la actividad económica a individuos que por su tipo de invalidez previamente hubieran sido excluidos (KAZTMAN, 1999; p.20).

Foi construído o indicador que corresponde ao percentual de incapacidades/deficiências. A primeira análise parte das zonas administrativas. Este indicador foi proposto, no sentido de identificar o potencial físico e a qualidade da saúde dos membros de cada região, pois, ser portador de alguma incapacidade física corrobora para um menor potencial de força de trabalho. Este indicador está relacionado ao “capital físico” das pessoas presentes em cada área. Elencamos nove incapacidades, segundo as opções listadas no censo a partir das questões 4.10 a 4.14 (ver questionário do Censo, 2000 em anexo). Sendo assim, com base nas respostas das questões listadas anteriormente, construímos o indicador citado. O que nos chamou a atenção neste indicador é que a zona norte apresenta os maiores percentuais, em relação às demais zonas.

No indicador, que corresponde a pelo menos uma deficiência, constatamos que as zonas norte e oeste abrigam os maiores percentuais de pessoas com, pelo menos, uma deficiência. Os percentuais foram respectivamente 40,71% e 29,73%. Os menores percentuais estão concentrados nas zonas sul e leste, tendo obtido os percentuais 14,29 % e 15,27% respectivamente.

No indicador “problema mental permanente”, a zona norte apresenta em torno de 46%. A zona sul apresenta o menor percentual com quase 13%. As demais zonas obtiveram resultados entre os percentuais das zonas norte e sul.

No que concerne à capacidade de enxergar,<sup>47</sup> a zona norte obteve o percentual de 42,55% e as zonas sul e leste apresentaram os menores percentuais: 13,28% e 14,88% respectivamente. No indicador capacidade de ouvir, a zona norte obtém 40,09% e a zona leste o menor percentual; 13,24%.

---

<sup>47</sup> Este indicador foi construído á partir da questão 4.11, que é a seguinte: Como avalia sua capacidade de enxergar? 1-Incapaz, 2-Grande dificuldade permanente, 3-Alguma dificuldade permanente, 4-Nenhuma dificuldade. Logo, os percentuais refletem as três primeiras respostas, que fornecem a existência de alguma dificuldade quanto a enxergar.

No indicador capacidade de caminhar/subir escadas, na zona norte é observada o maior percentual 36,33%; as zonas leste e oeste obtiveram percentuais acima de 21%. A zona sul apresenta o menor percentual 15,48%.

No que concerne a paralisia permanente total, apenas duas zonas apresentam pessoas com tal deficiência, que são as seguintes: zona norte 62,75% e sul 37,25%. As duas zonas restantes apresentaram percentuais de 0%.

No indicador “paralisia permanente das pernas” foi observado que a zona norte abriga o maior percentual de pessoas com tal deficiência: 45,71%. As zonas sul e oeste apresentaram percentuais iguais, ambos com 18,57%. E a zona leste obteve 17,14%.

No indicador referente à paralisia permanente de um dos lados do corpo, a zona norte apresenta o maior percentual 44,85%. A zona oeste obteve 33,09%, sendo a segunda zona com maior percentual de tal deficiência. A zona sul obteve o menor percentual: 7,35%.

No que concerne à variável relacionada à ausência de algum membro do corpo, que corresponde à falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar, os dados apontaram os seguintes percentuais: a zona norte obteve 44,78%, a zona oeste com 37,81% e a zona sul 17,41%. É interessante ressaltar que a zona leste não apresentou nenhuma pessoa com tal deficiência.

Tabela 27: (NATAL: 2000) Percentual de Incapacidades / Deficiências segundo as AED'S de Natal

AED's	Incapacidades / Deficiências									
	Pelo menos uma deficiência	Problema mental permanente	Capacidade de Enxergar	Capacidade de Ouvir	Capacidade de caminhar / subir escadas	Paralisia permanente total	Paralisia permanente das pernas	Paralisia permanente de um dos lados do corpo	Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar	
Potengi	7.51	8.88	6.73	8.39	6.15	0.00	7.86	8.70	15.92	
Salinas/Igapó	4.36	5.78	4.33	2.48	5.22	27.45	0.00	15.22	6.47	
N. Srª da Apresentação	10.72	10.11	12.09	11.18	5.89	0.00	0.00	6.52	22.39	
Lagoa Azul	10.98	10.32	11.75	8.59	14.38	35.29	29.29	14.49	0.00	
Pajuçara/Redinha	7.15	10.78	7.67	9.47	4.62	0.00	8.57	0.00	0.00	
Lagoa Nova/N. Descoberta	5.10	2.99	5.41	5.59	7.49	0.00	13.57	7.25	0.00	
Parq. das Dunas/C. Macio	1.27	2.53	1.02	1.76	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Ponta Negra	2.43	4.54	1.43	2.38	2.21	19.61	0.00	0.00	11.94	
Neópolis	2.06	1.50	1.93	3.78	1.27	0.00	0.00	0.00	5.47	
Pitumbu	2.00	1.86	1.69	2.28	3.28	17.65	0.00	0.00	0.00	
Candelária	1.43	0.88	1.81	0.93	1.27	0.00	5.00	0.00	0.00	
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	3.18	1.86	3.29	2.23	3.48	0.00	0.00	4.35	0.00	
S. Reis/P. do Meio/Areia Preta-Mãe Luíza	5.98	6.97	5.52	4.55	11.37	0.00	9.29	10.87	0.00	
Petrópolis/Tirol	1.71	1.08	1.95	1.55	0.74	0.00	0.00	0.00	0.00	
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	4.40	2.58	4.09	4.92	6.09	0.00	7.86	0.00	0.00	
Cidade da Esperança	2.22	1.81	1.75	2.59	3.68	0.00	0.00	7.97	0.00	
C. Nova/Guarapes/Planalto	5.80	3.77	5.48	8.02	5.69	0.00	18.57	9.42	6.47	
Felipe Camarão	11.55	10.99	13.10	9.58	5.95	0.00	0.00	0.00	10.45	
Bom Pastor	2.32	1.60	1.68	3.42	4.21	0.00	0.00	7.97	0.00	
Nordeste/Quintas	5.35	7.33	5.12	3.83	2.34	0.00	0.00	7.25	10.95	
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	2.51	1.86	2.16	2.48	4.68	0.00	0.00	0.00	9.95	
<b>Total</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMINatal.

Na tabela 27, que corresponde ao percentual de incapacidades/deficiências, segundo as AED's de Natal, podemos ter uma visão mais localizada das áreas que compõem cada zona administrativa.

No indicador “pelo menos uma deficiência”, três áreas apresentaram percentuais acima de 10%, sendo duas áreas na zona norte e uma na zona oeste. Tais áreas e seus respectivos percentuais foram: Nossa Senhora da Apresentação 10,72%, Lagoa Azul 10,985 e Felipe Camarão 11,55%, que foi o maior percentual da cidade. Com percentual abaixo de 2,60% estão nove áreas, das quais cinco destas estão localizadas na zona sul, uma na zona leste e três na zona oeste. Tais áreas e seus respectivos percentuais são: Parque das Dunas/Capim Macio 1,27%, Ponta Negra 2,43%, Pitimbu 2%, Neópolis 2,06%, Candelária 1,43%, Petrópolis/Tirol 1,71%, Cidade da Esperança 2,22%, Bom Pastor 2,32% e Dix-Sept-Rosado/Nazaré 2,51%.

No indicador “problema mental permanente”, quatro áreas apresentaram percentuais acima de 10%, que foram as seguintes: Nossa Senhora da Apresentação 10,11%, Lagoa Azul 10,32%, Pajuçara/Redinha 10,78% e Felipe Camarão 10,99%. Onze áreas apresentaram percentuais abaixo de 3%. Estas áreas estão distribuídas nas zonas sul, leste e oeste. Tais áreas e seus percentuais foram: Lagoa Nova/Nova Descoberta 2,99%, Parque das Dunas/Capim Macio 2,53%, Pitimbu 1,86%, Neópolis 1,50%, Candelária 0,88%, Cidade Alta/Ribeira/Rocas 1,86%, Petrópolis/Tirol 1,08, Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim 2,58%, Cidade da Esperança 1,81%, Bom Pastor 1,60% e Dix-Sept-Rosado/Nazaré 1,86%.

No indicador “capacidade de enxergar”, três áreas apresentaram percentuais acima de 11%: Nossa Senhora da apresentação 12,09%, Lagoa Azul 11,75% e Felipe Camarão 13,10%. Nove áreas apresentaram percentuais abaixo de 2,20%, e nenhuma está localizada na zona norte. As áreas que apresentaram baixa incidência de pessoas com tal deficiência foram: Parque das Dunas/Capim Macio 1,02%, Ponta Negra 1,43%, Pitimbu 1,69%, Neópolis 1,93%, Candelária 1,81%, Petrópolis/Tirol 1,95%, Cidade da Esperança 1,75%, Bom Pastor 1,68% e Dix-Sept-Rosado/Nazaré 2,16%.

No indicador “capacidade de ouvir”, duas zonas apresentaram áreas com percentuais acima de 8%; destas, quatro estão na zona norte e duas na zona oeste. Tais áreas foram as seguintes: Potengi 8,39%, Nossa Senhora da Apresentação 11,18%, Lagoa Azul 8,59%, Pajuçara/Redinha 9,47%, Cidade Nova/Guarapes/Planalto 8,02% e Felipe Camarão 9,58%. Nove áreas apresentaram percentuais abaixo de

2,60%, sendo que a zona sul apresenta o maior número de áreas em tal percentual. Tais áreas são: Salinas/Igapó 2,48%, Parque das Dunas/Capim Macio 1,76%, Ponta Negra 2,38%, Pitimbu 2,28%, Candelária 0,93%, Cidade Alta/Ribeira/Rocas 2,23%, Petrópolis/Tirol 1,55%, Cidade da Esperança 2,59% e Dix-Sept-Rosado/Nazaré 2,48%.

No indicador “capacidade de caminhar/subir escadas”, apenas duas áreas apresentaram percentuais acima de 11%, que foram as seguintes: Lagoa Azul 14,38% e Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luiza 11,37%. Cinco áreas apresentaram percentuais abaixo de 2,5%, que correspondem a: Ponta Negra 2,21%, Petrópolis/Tirol 0,74%, Nordeste/Quintas 2,34%, Neópolis e Candelária apresentaram o mesmo percentual 1,27%.

No indicador “paralisa permanente total”, quatro áreas apresentaram percentuais acima de 17%, sendo que o destaque está em Lagoa Azul com 35,29%. As demais áreas apresentam os seguintes percentuais: Salinas/Igapó 27,45%, Ponta Negra 19,61% e Pitimbú 17,85%. As demais áreas apresentaram percentuais de 0%.

No indicador “paralisia permanente das pernas”, três áreas apresentam percentuais acima de 13%, o destaque novamente é em Lagoa Azul 29,29%. As duas áreas restantes apresentaram os seguintes percentuais: Lagoa Nova/Nova Descoberta 13,57% e Cidade Nova/Guarapes/Planalto 18,57%. Cinco áreas apresentaram percentuais entre 5% a 10%. As demais áreas obtiveram percentuais de 0%.

No indicador “paralisia permanente de um dos lados do corpo”, quatro áreas apresentaram percentuais acima de 9%, tais áreas correspondem a: Salinas/Igapó 15,22%, Lagoa Azul 14,49%, Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luiza 10,87% e Cidade Nova/Guarapes/Planalto 9,42%. Sete áreas apresentaram percentuais entre 4% e 9%. Nas demais obtiveram percentuais de 0%.

No indicador “falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar”, cinco áreas apresentaram percentuais acima de 10%; no entanto, o maior percentual foi verificado em Nossa Senhora da Apresentação 22,39%. As demais áreas e seus respectivos percentuais foram: Potengi 15,92%, Ponta Negra 11,94%, Felipe Camarão 10,45% e Nordeste/Quintas 10,95%. E quatro áreas apresentaram percentuais entre 5% e 10%. As demais apresentaram percentuais de 0%.

### 4.3.3 Comportamento da variável Independente: Características do Bairro.

O bairro e suas características servem como referência, principalmente para os mais jovens. A existência de contextos aceitáveis socialmente no entorno do bairro, ou seja, na vizinhança contribui para que as gerações futuras obtenham níveis sociais melhores. E ter um elevado nível de escolaridade aumenta a capacidade dos membros de galgarem posições sociais de destaque. Então construímos a média de anos de estudos da população na faixa etária entre 20 e 59 anos.

**Tabela 28: (NATAL: 2000) Média de anos de estudo da população entre 20 e 59 anos segundo as zonas de Natal**

Zonas	Média de Anos de Estudo
Norte	6,62
Sul	10,65
Leste	8,87
Oeste	6,25
<b>Natal</b>	<b>5,88</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

A tabela acima, que corresponde à média de anos de estudo da população entre 20 a 59 anos, nos dar uma caracterização do bairro, segundo os ganhos educativos dos adultos. Para tanto, partimos de uma média de anos de estudo desta população, o que identifica espaços geográficos com melhores ganhos educativos.

As zonas norte e oeste obtiveram médias num mesmo patamar em torno de seis anos de estudo da sua população adulta. A zona leste apresenta uma média de 8,87 anos e a zona sul se sobressai perante as demais com uma média de mais de dez anos de estudo de sua população adulta.

Na tabela seguinte, iremos desagregar a média de anos de estudos pelas áreas.

**Tabela 29: (NATAL: 2000) Média de anos de estudo da população entre 20 a 59 anos segundo as AED's de Natal**

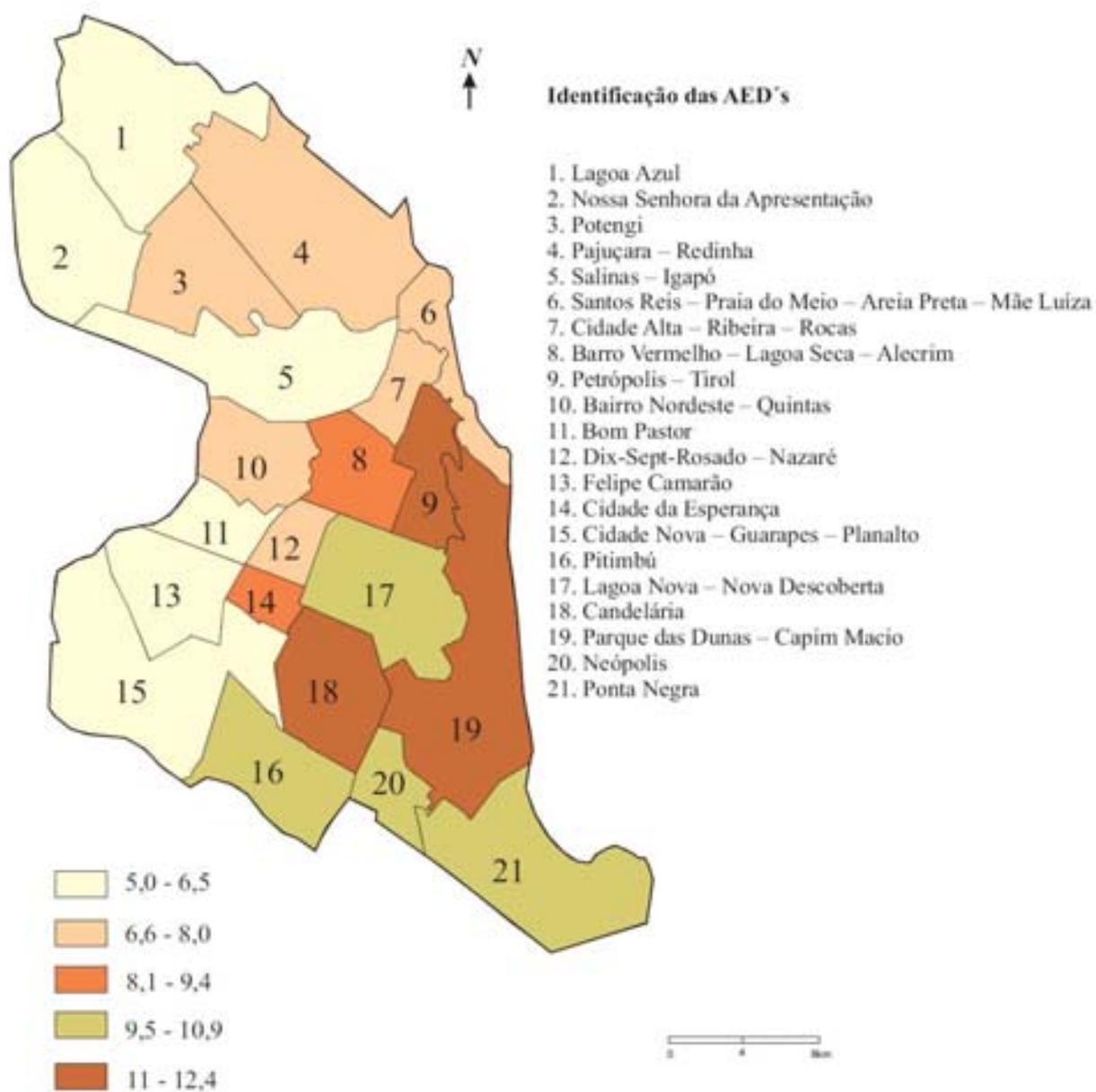
AED's	Média de Anos de Estudo
Potengi	7,88
Salinas/Igapó	6,25
Nossa Senhora da Apresentação	6,12
Lagoa Azul	5,94
Pajuçara/Redinha	6,56
Lagoa Nova/Nova Descoberta	10,40
Parque das Dunas/Capim Macio	12,29
Ponta Negra	9,53
Neópolis	10,03
Candelária	10,57
Pitimbu	11,61
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	7,91
S. Reis/P. do Meio/A. Preta/M. Luíza	6,69
Petrópolis/Tirol	12,11
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	9,10
Cidade da Esperança	8,12
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	5,18
Felipe Camarão	5,10
Bom Pastor	5,56
Nordeste/Quintas	6,86
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	7,30
<b>Natal</b>	<b>7,86</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

Na tabela 29, podemos constatar que onze áreas ultrapassam a média de anos de estudo de Natal que foi de 7,86. Na zona sul, todas as suas áreas obtiveram médias superiores a nove, com destaque para Parque das Dunas/Capim Macio, com a média de 12,29 anos de estudo de sua população. Tanto na zona sul quanto na zona oeste, apenas uma de suas áreas ultrapassaram a média de Natal. Tais áreas e suas respectivas médias são as seguintes: Potengi 7,88, Lagoa Nova/Nova Descoberta 10,40, Parque das Dunas/Capim Macio 12,29, Ponta Negra 9,53, Neópolis 10,03, Pitimbu 10,57, Candelária 11,61, Cidade Alta/Ribeira/Rocas 7,91, Petrópolis/Tirol 12,11, Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim 9,10 e Cidade da Esperança 8,12.

No entanto, algumas áreas obtiveram médias em torno de 5 anos de estudo. São quatro áreas, sendo três localizadas na zona oeste e uma na zona norte. Tais áreas e suas respectivas médias são as seguintes: Lagoa Azul 5,94, Cidade Nova/Guarapes/Planalto 5,18, Bom Pastor 5,56 e Felipe Camarão 5,10, sendo esta última a área com a menor média de toda a cidade.

Mapa 09: Média de anos de estudo da população de 20 a 59 anos por AED'S-2000



Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Núcleo RMNatal, 2008. Adaptado por R. França e L. Ferreira.

O desemprego é um mal social que afeta a população, seja por meio da conjuntura sócio-política ou mesmo pela inovação tecnológica, no qual os menos qualificados certamente irão ficar à margem de trabalhos estáveis. O emprego no século XXI está alicerçado no setor terciário e em ocupações com pouca ou nenhuma estabilidade. As relações precarizadas e a necessidade imediata de consumo criam contingentes de desempregados, principalmente nos centros urbanos.

Natal tem se mostrado uma cidade com uma economia voltada para o setor terciário e principalmente no que tange ao setor de serviços voltado para o turismo de sol e mar. Os autores do fragmento abaixo afirmam que:

É importante destacar que nas últimas décadas, as atividades terciárias, sobretudo em Natal, tiveram um intenso processo de crescimento, em razão do desenvolvimento da atividade turística, que é uma das mais importantes atividades econômicas do Rio Grande do Norte e da centralidade exercida por Natal, não apenas no âmbito regional, mas em todo território do Rio Grande do Norte (GOMES & BARBOSA, 2007; p. 3).

Não queremos discutir as relações de trabalho, causas e conseqüências, mas, apenas afirmar que Natal apresenta ultimamente características de uma economia terciária. Kaztman (1999) afirma que há uma grande incerteza em relação ao trabalho como via principal para construção de um projeto de futuro para os jovens e suas famílias. Tal situação é fruto das relações trabalhistas desfavoráveis e suas atuais exigências, “Las nuevas vías de movilidad social se concentran alrededor de las actividades ‘globalizadas’” (KAZTMAN, 1999; p.10).

Além de uma menor participação dos sindicatos enquanto questionadores da tal ordem e o retrocesso do Estado, enquanto empregador e supridor de proteções sociais. O autor expõe tal idéia no fragmento abaixo:

Com la creciente centralidad del mercado em la estructura institucional que fundamenta el orden social, el actual escenario social registra paralelamente, una creciente incertidumbre com respecto al trabajo ‘como via principal de construccion del futuro de las persona y sus familias. A esta incertidumbre contribuyen el aumento del desempleo y del empleo precario, la flexibilización

laboral, el debilitamiento de las instituciones sindicales y el retroceso del Estado como empleador y como garante de la protección social (KAZTMAN, 1999; p.10).

Neste sentido, caracterizar as áreas e zonas da cidade, por meio da taxa de desemprego da população em idade economicamente ativa, permitirá averiguar os espaços com maior ou menor incidência de desempregados. O indicador “taxa de desemprego”, teve como recorte a população de 20 a 59 anos, tal recorte foi proposto pelo roteiro, pois consiste no núcleo da população em idade economicamente ativa; outra questão foi tentar excetuar os jovens abastados que podem sim estar à procura de um emprego; no entanto, serão bem mais seletivos quanto ao tipo de emprego que irão realmente exercer.

**Tabela 30: (NATAL: 2000) Taxa de desemprego da população de 20 a 59 anos segundo as zonas administrativas de Natal**

Zonas	Taxa de Desemprego
Norte	18.74
Sul	10.86
Leste	13.44
Oeste	16.24
<b>Natal</b>	<b>15.26</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

Na tabela 30, podemos constatar que a taxa de desemprego em Natal foi de 15,26. As zonas norte e oeste abrigam as maiores taxas de desemprego do município de Natal. A zona norte, no entanto, obteve a maior taxa dentre todas as zonas 18,74, seguida da zona oeste com 16,24. A zona sul obteve a menor taxa de desemprego com 10,86 e a zona leste 13,44.

No entanto, ao desagregarmos os dados por AED's, podemos ter uma visão mais localizada da taxa de desemprego no município.

**Tabela 31: (NATAL: 2000)Taxa de desemprego da população de 20 a 59 anos segundo as AED's de Natal**

AED's	Taxa de Desemprego
Potengi	17.47
Salinas/Igapó	17.97
Nossa Senhora da Apresentação	16.90
Lagoa Azul	21.05
Pajuçara/Redinha	20.33
Lagoa Nova/Nova Descoberta	10.72
Parque das Dunas/Capim Macio	6.98
Ponta Negra	12.36
Neópolis	12.57
Candelária	10.95
Pitimbu	16.87
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	17.48
S. Reis/P. do Meio/A. Preta/M. Luíza	7.36
Petrópolis/Tirol	12.65
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	15.43
Cidade da Esperança	16.86
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	15.29
Felipe Camarão	18.60
Bom Pastor	17.71
Nordeste/Quintas	11.58
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	14.32
<b>Natal</b>	<b>15.26</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

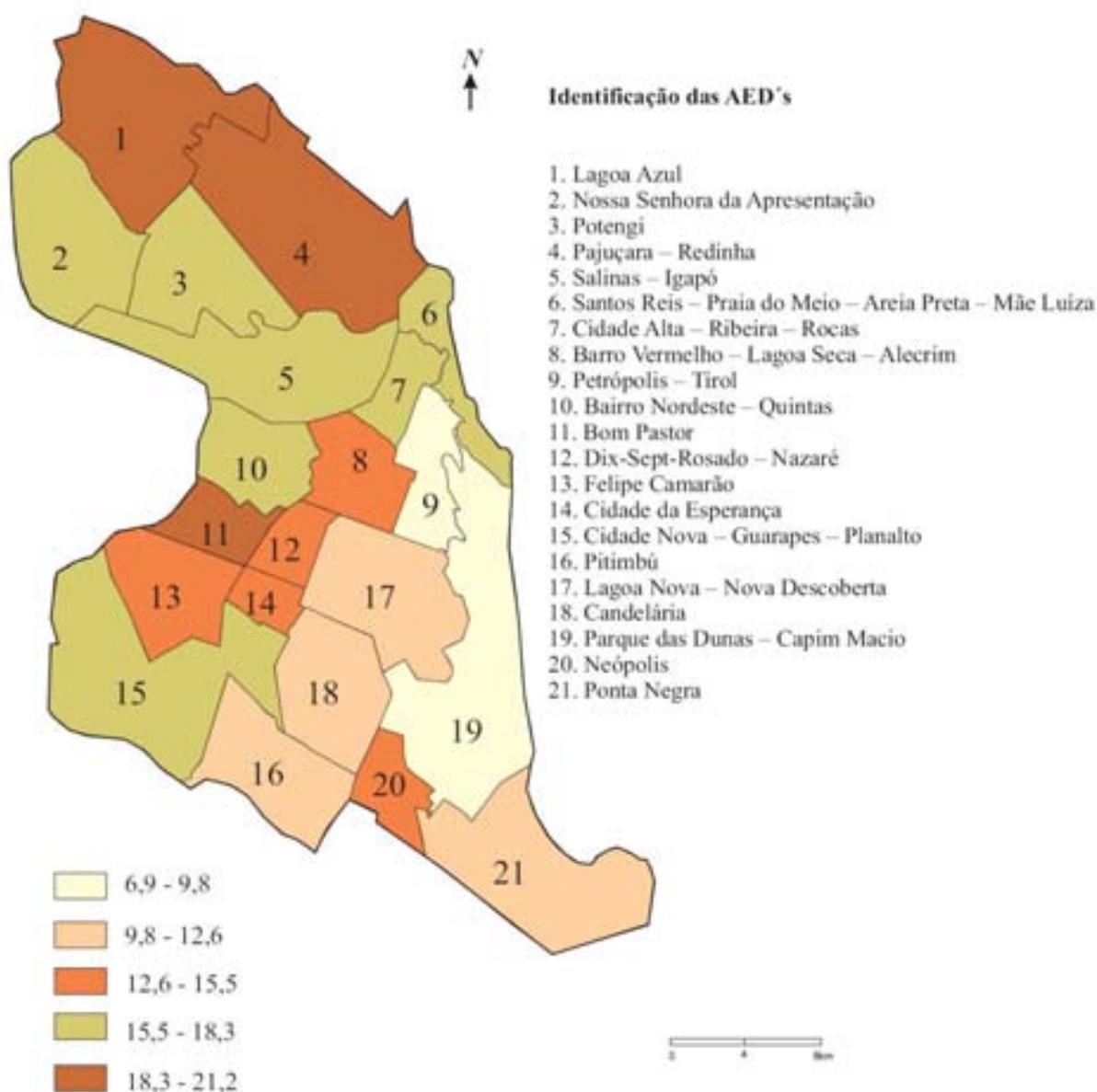
Podemos constatar, a partir dos dados expostos na tabela, que doze áreas apresentam uma taxa de desemprego superior à taxa de Natal, ou seja, obtiveram taxas acima de 15,26. É na zona norte onde está concentrada as maiores taxas e todas suas áreas estão inseridas em tal patamar. Outro dado é que nenhuma área da zona sul obteve uma taxa superior a 13. Na zona oeste, apenas uma área não obteve uma taxa superior a 15.

O conjunto de áreas com taxas superiores a 15 foram as seguintes: Potengi 17,47, Salinas/Igapó 17,97, Nossa Senhora da Apresentação 16,90, Pajuçara/Redinha 20,33, Lagoa Azul 21,05 (sendo esta a maior taxa de desemprego da cidade), Cidade Alta/Ribeira/Rocas 16,87, Santos Reis/Praia do Meio/Areia Preta-Mãe Luiza 17,48, Cidade da Esperança 15,43, Cidade Nova/Guarapes/Planalto 16,86, Felipe Camarão 15,29, Bom Pastor 18,60, Nordeste/Quintas 17,71.

As duas menores taxas obtiveram percentuais abaixo de 8. Uma localizada na zona sul e outra na zona leste. Tais áreas e suas respectivas taxas, foram as

seguintes: Parque das Dunas/Capim Macio 6,98 e Petrópolis/Tirol 7,36. As demais áreas obtiveram taxas acima de 10 e abaixo de 15.

**Mapa 10: Taxa de desemprego da população de 20 a 59 anos segundo as AED's de Natal**



Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Núcleo RMNatal, 2008. Adaptado por R. França e L. Ferreira.

**Tabela 32: (NATAL: 2000) Percentual de empregados com trabalho protegido**

Zonas	% de empregados com trabalho protegido.
Norte	58.37
Sul	65.91
Leste	62.43
Oeste	52.87
<b>Natal</b>	<b>59.61</b>

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

O trabalho protegido diz respeito àqueles trabalhadores com proteção trabalhista (carteira de trabalho assinada, contribuição ao INSS). A tabela nos mostra o percentual de trabalhadores que têm segurança. Natal apresenta um percentual de quase 60% de trabalhadores com trabalho protegido. Duas zonas da cidade apresentam percentuais abaixo do percentual de Natal, que foram as zonas norte e oeste, com os respectivos percentuais de 58,37% e 52,87%. A zona sul apresenta o maior percentual de trabalhadores com proteção trabalhista 65,91% e a zona leste com 62,43%.

**Tabela 33: (NATAL: 2000) Percentual de empregados com trabalho protegido, segundo as AED's.**

<b>AED's</b>	<b>% de empregados com trabalho protegido.</b>
Potengi	65.72
Salinas/Igapó	56.29
Nossa Senhora da Apresentação	54.47
Lagoa Azul	57.11
Pajuçara/Redinha	56.27
Lagoa Nova/Nova Descoberta	65.75
Parque das Dunas/Capim Macio	74.83
Ponta Negra	54.09
Neópolis	64.05
Candelária	74.08
Pitimbu	58.91
Cidade Alta/Ribeira/Rocas	57.62
S. Reis/P. do Meio/A. Preta/M. Luíza	72.88
Petrópolis/Tirol	61.15
Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim	63.16
Cidade da Esperança	43.63
Cidade Nova/Guarapes/Planalto	49.26
Felipe Camarão	54.51
Bom Pastor	64.62
Nordeste/Quintas	56.73
Dix-Sept-Rosado/Nazaré	54.79
<b>Natal</b>	<b>59.61</b>

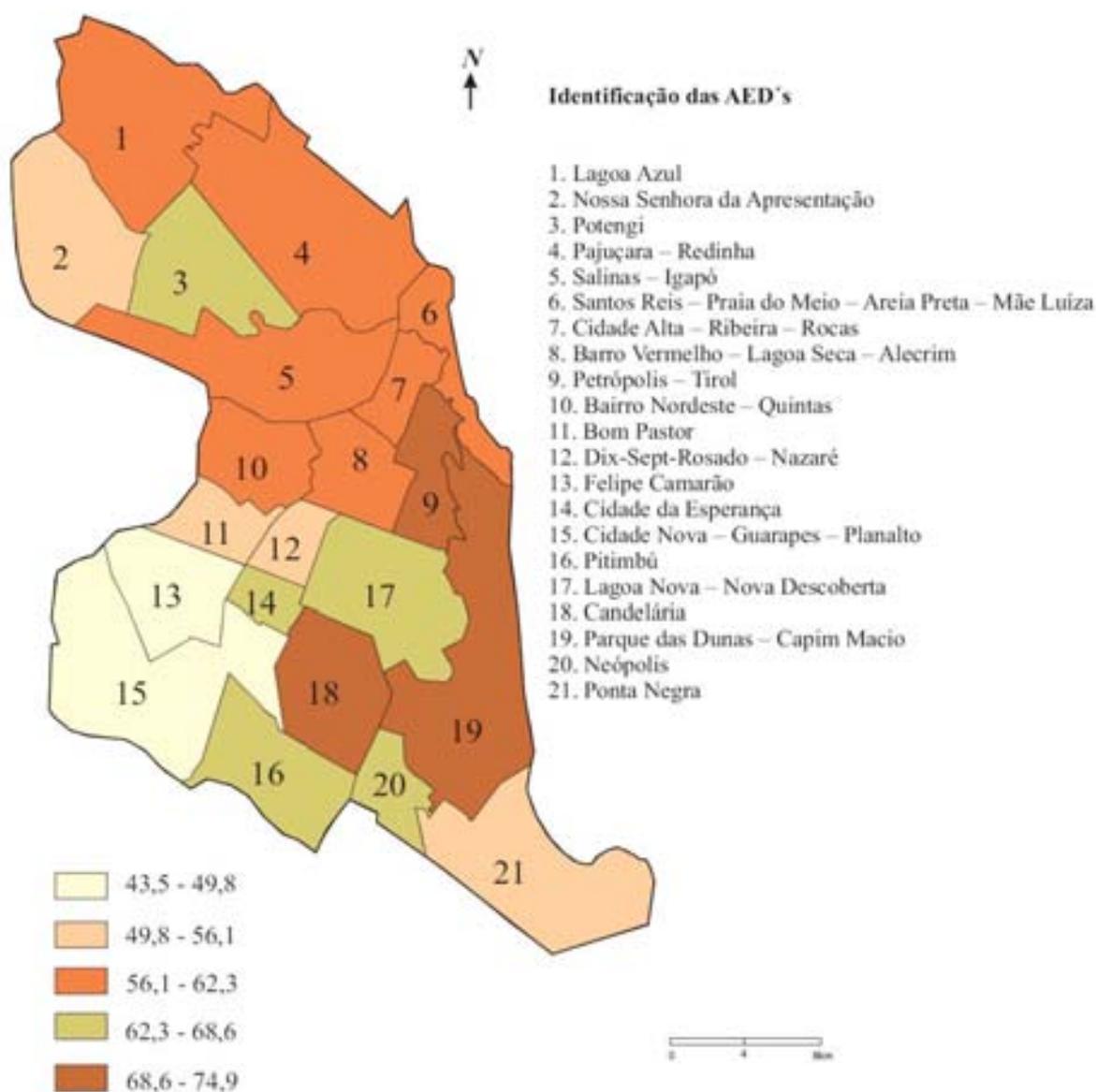
Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 (Metrodata). Tratamento dos Dados: Núcleo RMNatal.

A tabela 33 nos demonstra que um pouco mais de 50% de todas as áreas apresentam percentuais abaixo de 59% de pessoas empregadas com trabalho protegido. Nove áreas apresentaram percentuais acima de 61%. É interessante ressaltar que as zonas sul e leste comportam o maior número de áreas com tal percentual. E, tanto a zona norte quanto a zona oeste têm apenas uma área cada. Tais áreas com percentuais acima de 61% foram as seguintes: Potengi 65,72%, Lagoa Nova/Nova Descoberta 65,75%, Neópolis 64,05%, Pitimbu 64,62%, Candelária 74,08%, Petrópolis/Tirol 72,88%, Barro Vermelho/Lagoa Seca/Alecrim 61,15%, Cidade da Esperança 63,16%, Parque das Dunas/Capim Macio 74,83%, sendo esta última o maior percentual.

Os dois menores percentuais ficaram abaixo de 50%, e estão localizados na zona oeste da cidade. As áreas foram as seguintes: Felipe Camarão 49,26% e Cidade Nova/Guarapes/Planalto 43,63%, sendo esta última com o menor percentual da cidade. O mapa 11 demonstra a espacialização do percentual de empregados com trabalho

protegido. O interessante é que neste mapa obervamos a mancha de empregados com trabalho protegido na cidade, que estão em Petrópolis/Tirol, Parque das Dunas/Capim Macio e Candelária.

**Mapa 11: Percentual de Empregados com Trabalho protegido por AED's-2000**



Fonte: Mapa base IBGE, 2002. Núcleo RMNatal, 2008. Adaptado por R. França e L. Ferreira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a realidade social através de dados quantitativos para muitos acadêmicos é olhar friamente para a realidade, no entanto dados, números, médias e percentuais também são ferramentas importantes para que gestores públicos, acadêmicos e sociedade possam refletir sobre o concreto sobre o plausível para que problemas sociais, problemas que envolvem pessoas, cidades sejam sanados ou atenuados.

Tentamos identificar a existência ou não de espaços de vulnerabilidade social na cidade de Natal realizando um “estudo piloto”. No cruzamento das variáveis selecionadas ficou patente que as características sociais do bairro podem influenciar os ganhos educativos dos jovens; mesmo sem desconsiderar as potencialidades individuais dos jovens e seu contexto familiar.

Ao fazermos para Natal um cruzamento entre o resultado da média de anos de estudo da população de 20 a 59 anos por zonas administrativas com a taxa de desemprego, pudemos constatar que um maior número de anos de estudo é inversamente proporcional a uma menor taxa de desemprego, pois, pessoas mais qualificadas irão adentrar no mercado de trabalho com uma “certa facilidade”, e podem efetivamente ocupar melhores posições frente aqueles menos qualificados. Esta é uma tendência que presumimos ser global, ou seja, elevada qualificação proporcionaria melhores postos de trabalho, com proteções trabalhistas estáveis.

Defendemos que uma boa qualificação escolar é um conjunto de ações não individualizadas. É resultado de um ambiente ao qual os indivíduos possam aproveitar toda a trama de oportunidades presentes no seu entorno, leia-se o contexto da família como afirma Kaztman e o contexto do bairro como propõe, também, Ribeiro. E tais oportunidades são propiciadas via instituições, no caso específico, a família e a sociedade (bairro, comunidade em que moram).

Resta saber, então, qual a importância do contexto do bairro na estrutura de oportunidades que os jovens podem acessar; que em tese reduziria a vulnerabilidade social dos mesmos. Ou seja, a importância da estrutura espacial e social para a elevação de seus ganhos educativos no contexto escolar. As relações de sociabilidade permitidas pela escola são fundamentais para que os jovens possam interagir

positivamente com a sociedade. Bairros pouco atrativos e que não propiciem condições adequadas para a inserção na escola contribuem para o aumento de indicadores sociais negativos.

Mas, jovens oriundos de contextos familiares com inúmeros problemas sociais, que podem ser identificados por baixo nível educacional dos adultos, elevados índices de desemprego, pouca estrutura física da residência, dificilmente podem competir com condições de igualdade com jovens oriundos de contextos sociais positivos, ou seja, com níveis educacionais elevados dos adultos, baixas taxas de desemprego e residência com boa estrutura-física.

Não estamos falando de uma situação de determinismo social, ou seja, não afirmamos que bastam os jovens residir em tais espaços e certamente suas oportunidades de ascensão social serão diminuídas, mas, no entanto afirmamos que podem ser prejudicadas dada a diminuição de ativos. Jovens sem um aporte de recursos materiais e imateriais da família e da sociedade terão que enfrentar a dura realidade do mercado de trabalho mais cedo e certamente dada a realidade de vida das grandes cidades não conseguem ter níveis educacionais elevados.

Queremos, chamar a atenção para estas áreas consideradas de risco na cidade e afirmar que o conjunto de precariedade do bairro e as condições educacionais e sociais dos adultos como exemplo para os mais jovens são, sim indicadores, da atual situação dos jovens oriundos de tais espaços.

Neste estudo, sobre Natal, pudemos constatar que a família e o bairro influenciam a situação de vulnerabilidade social, em que se encontram, os jovens. Notadamente os indicadores apontaram para as duas áreas administrativas do município de maior risco social: Norte e Oeste; no entanto, no interior de tais áreas coexistem bairros que se sobressaem positivamente, por vezes minimizando a situação de vulnerabilidade por zona, como no caso do bairro Potengi na zona norte. Mesmo nas zonas com melhores indicadores sociais encontram-se áreas de risco e vulnerabilidade: como identificados nas zonas leste e sul de Natal.

Em Natal, pudemos constatar que o bairro e a estrutura familiar são referências sociais importantes para a juventude e exercem grande influência em suas escolhas e trajetórias futuras. Uma prova de tal afirmação é constatada ao observamos através da espacialização de dois indicadores, que são: média de anos de estudo da população de 20 a 59 anos e a taxa de desemprego na mesma faixa etária. É interessante observar

no mapas: 9 e 10, uma mesma configuração espacial entre áreas com melhores médias de anos de estudo e menores taxas de desemprego. No geral, áreas com estruturas sociais assemelhadas. Isto, comprova que a estrutura do bairro e de seus residentes importa para obtenção de melhores indicadores sociais, tanto negativamente quanto positivamente.

Um indicador da maior importância para mensurar a vulnerabilidade da juventude é aquele referente aos “desafiliados institucionais”, que como já dissemos anteriormente, corresponde aos jovens entre 15 e 24 anos que não trabalham, não estudam e não procuram emprego. Pudemos constatar que em Natal estes jovens, em situação de risco residem nas áreas mais pobres da cidade. Por outro lado, os dados referentes a Educação apresentam também os piores resultados em termos de “ganhos educativos” associando, ainda mais, à relação entre a Vulnerabilidade Social e baixos níveis educacionais. Tratando-se de população adulta (de 20 a 59 anos), espaços com elevadas taxas de desemprego e baixos níveis educacionais.

Tais espaços da cidade carecem de ações efetivas de combate aos baixos níveis educacionais da Juventude e sua inserção no mercado de trabalho. São nestes mesmos espaços, onde incidem em Natal os diversos problemas sociais, principalmente relacionados aos jovens. São os espaços do tráfico de drogas, de constantes homicídios envolvendo jovens, de prostituição infanto-juvenil, de violência generalizada, etc..

Sintetizando, ressaltamos a clara diferenciação social da cidade de Natal, a segmentação, da juventude, fruto da própria formação sócio-espacial segmentada da cidade. A cidade é socialmente desigual, e esta desigualdade se expressa aqui através dos indicadores construídos e que apontaram para a importância das características sociais do bairro para o acesso dos jovens à educação e a cidadania.

**BIBLIOGRAFIA**

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

AMBROMOWAY, Miriam; *et al.* **Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO/BID, 2002. 192 p.

ALGEBAILLE, Eveline Bertino; STOTZ, Eduardo Navarro; VALLA, Victor Vincent (Orgs.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

ALMEIDA, Elmir de. Políticas públicas para jovens em Santo André In:\_\_\_\_\_ **Revista pólis**: estudos, formação e assessoria em políticas sociais. São Paulo: Pólis, n.35, 2000. 80 p.

ALVIM, Rosilene; GOUVEIA, Patrícia. **Juventude anos 90**. Rio de Janeiro: Livraria Contra Capa, 2000.

BAQUERO, Marcelo. A fragmentação social na América Latina: formas alternativas para sair da crise. In: BAQUERO, Marcelo. (Org), **Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BARROS, Ricardo Paes *et al.* Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização e as Conseqüências Humanas**. Tradução de Marcus Pinchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 13-33.

BAVA, Augusto Caccia; COSTA, Dora Isabel Paiva da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: **Jovens na América Latina**. São Paulo, Escrituras Editoras, 2004. p. 63-114.

BILAC, Elisabete Dória. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões, In: CUNHA, José Marcos Pinto da. (Org.). **Novas metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

BOCK, Silvio D. A Inserção do jovem no mercado de trabalho. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marília Pontes (Orgs). **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 11-18.

BORGES, André. Governança e Política Educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52. 2003.

BOTELHO, Paulo. **O Analfabetismo Funcional**. São Paulo: Malheiros, 2000. Disponível em: <<http://www.guiarh.com.br/23.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2005.

BRACHO, Teresa. Exclusão Educacional como dispositivo da exclusão social In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org). **Demografia da Exclusão Social**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 119-143.

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social: O que é ser protegido?** .Tradução: Lúcia M. Endich. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

CASTELL, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 50-287.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. (Coord.).**Caderno Temático: Região Metropolitana de Natal**. Natal, UFRN/CNPq-Pronex/FAPERN.2005.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades**. Chile , abril, 1999.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Segregación Residencial Y Desigualdades Sociales en Montevideo**. Chile , maio, 1999.

DIETERLEN, Paulette. Derechos necesidades básicas y obligación institucional In: ZICCARDI, Alicia (org). **Pobreza Desigualdad Social y Ciudadanía los Limites de Las Políticas Sociales em América latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 13-22.

FERRARO, Alceu Ravello. História quantitativa da alfabetização. In: RIBEIRO, Vera Masagão. (Org) **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. p.195-207.

FERREIRA, Francisco H. G. os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (Org). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.131-158.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERMANO, Willington, PAIVA, Marlúcia. Educação popular no Rio Grande do Norte: 1958-1964. In: \_\_\_\_\_ **Diário de Natal**. Natal, Coleção Educação de Jovens e Adultos: recuperar 50 anos para avançar, n. 2, mai, 2005. p. 9 .

GORDON, Sara. Ciudadania y derechos sociales: critérios distributivos? In: ZICCARDI, Alicia (Org). **Pobreza, Desigualdad Social y ciudadanía Los Limites de las políticas Sociales em América latina**.Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 23-36.

HERRÁN,Carlos Alberto. **Reduzindo a Pobreza e a Desigualdade no Brasil**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA, Eduardo Júnior. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In CUNHA, José marcos Pinto da. (org.) **Novas metropoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia guia prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997. p. 176-177.

KAZTMAN, Ruben. **Seducidos y abandonados: el aislamiento Social de los pobres urbanos.** (Versão não editada). Chile: CEPAL, n. 75, dez, 2001.

\_\_\_\_\_. Vulnerabilidad y Exclusión social. Uma proposta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. (Versão não editada). Chile, CEPAL, 2005.

\_\_\_\_\_. Marco Conceptual sobre Activos, Vulnerabilidad y Estructura de Oportunidades. (Versão não editada). Chile, CEPAL, 1999.

KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Ruben. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades”. In: CUNHA, José Marcos Pinto da. (org.) **Novas metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

KAZTMAN, Ruben; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Segregação Residencial e Educação nas Metrópoles.** (plano de trabalho). Observatório das Metrópoles/Instituto do Milênio. (versão não editada). Rio de Janeiro. 2007.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco- sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano:** Novos Estudos. São Paulo. CEBRAP, n. 63, jul, 2002. p. 9-30.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade Socioeconômica e Civil Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** Brasil, v. 18, n. 51, 2003. p. 65-85.

LIMA, João Vicente R.B. C. CAMPOS, Rosana. Desigualdades Sociais e pobreza: buscando novos enquadramentos. In\_\_\_\_\_: **Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MAIOLINO, A.L.; MANCEBO, D. **Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão.** Psicologia & Sociedade: 14-20; mai/ago.2005

MAGALHÃES, Marcos Nascimento & LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. **Noções de Probabilidade e Estatística.** 2 ed. são Paulo, IME-USP, 2000, p. 8-9.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese de (Organizadores). **Jovens na Metrópole: etnografia de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade.** I ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada.** Belo Horizonte, UFMG, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Educação para Jovens e Adultos, Ensino Fundamental:** proposta Curricular 1º segmento. Brasília, DF, 1999.

MOSER, Caroline O. N. **The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies.** World Development, New York, v. 2, n. 1, 1998. p. 1-19.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Globalização e Exclusão Social:** fenômenos de uma nova crise da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 74-94

O JOVEM como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise da Regiões Metropolitanas do Brasil:** Construção de Tipologias, Tipologia Social e Identificação de Áreas Vulneráveis. Rio de Janeiro: (versão não editada), 2005.

PARADA, Miguel Bazdresch. Educación y pobreza: uma relación conflictiva In: ZICCARDI, Aícia (org). **Pobreza, Desigualdad Social y Ciudadanía los Limites de las Políticas Sociales em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 65-84.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Cidadania Negada Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. P.49-64.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social Ensaio sobre a Nova Pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003., p. 48 – 249.

RANINCHEKESI, Sônia. Capital social e cultura política em tempos de crise econômica: os casos de Brasil e Uruguai. In: BAQUERO, Marcelo. (Org), **Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JR, Orlando A. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. In: O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro. Ed: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. a metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito in: \_\_\_\_\_ **Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). São paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do Espaço Social da Cidade na Gestão do Território**. Rio de Janeiro, 2007. Observatório das Metrópoles. Disponível em <[http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/Segregacao\\_residencial\\_e\\_politicas\\_publicas.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/Segregacao_residencial_e_politicas_publicas.pdf). > Acessado em: 30/06/2007.

\_\_\_\_\_. Segregação Residencial e Segmentação Social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas Metrôpoles Brasileiras. IX Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 23 a 27 de maio, Bahia, 2005.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão: problematização do conceito**. Educação e Pesquisa: São Paulo, v. 25, n. 1, jan/jun, 1999, p. 35-49.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo e Atitude**. Campinas/SP: Papirus: Ação Educativa, 1999, p.227-245.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003, p. 9-45.

RODRIGUES, Paulo César . **Juventudes e cidades educadoras** . Ed. Vozes: Petrópolis, 2003. p. 165-180.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 77-129.

SANTOS, Tânia Steren dos. **Globalização e Exclusão: a dialética da mundialização do capital**. Sociologias: Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul/dez, 2001. p. 170-198.

SESI (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA). **Guia para a ação alfabetizadora**. Brasília:SESI, 2003. p. 19-43.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. **Depois das fronteiras à formação dos espaços de pobreza na periferia norte de Natal-RN**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SILVA, Algeria Varela da. **Vulnerabilidade Social e as condições Educacionais da Juventude na Região Metropolitana de Natal**. (Monografia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2005.

SILVA, Anieris Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Dinâmica e Organização do Espaço Metropolitano de Natal/RN: uma Leitura a partir do Setor Terciário**. In: IX COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA , 2007, Porto Alegre: UFRGS,.2007. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/9porto/ricassia.htm>>. Acesso em: 23 de junho de 2007.

SOARES, Leôncio. Educação de jovens e Adultos. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-132.

SOJO, Ana. **Vulnerabilidade social, asseguração y diversificación de riesgos en América Latina y el Caribe**. Revista de la CEPAL: Chile, n. 86, ago, 2003. p. 121-140.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: FAPESP, 1999. p. 15-29.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.87-128.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e Política Educacional Elementos para uma crítica do Neoliberalismo In: APPLE, Michael; GENTILI, Pablo (Orgs). **Pedagogia da Exclusão: O Neoliberalismo e a crise da escola pública**. (Coleção Estudos Culturais e a Educação). Petrópolis: Vozes, 1995.

VANNUCHI, Paulo; NOVAES, Regina (Orgs.): **Juventude e Sociedade Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ZICCARDI, Alicia. Las ciudades y la cuestión social In: ZICCARDI, Aícia (org). **Pobreza, Desigualdad Social y Ciudadanía los Limites de las Políticas Sociales em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 65-84.